

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	12
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO	15
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	26
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES.....	27
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	28
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	28
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	29
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	31
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32
10. FUNDOS VINCULADOS	34
11. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	35
12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	36
13. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	37
14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	37
15. INVESTIMENTOS.....	46
16. IMOBILIZADO	57
17. INTANGÍVEIS.....	59
18. FORNECEDORES	61
19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES, VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	62
20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	64
21. ENCARGOS REGULATÓRIOS	69
22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	70
23. PROVISÕES	71
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	81
25. RECEITA	83
26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	89
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	94
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	95
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	100
30. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	116
31. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	119
32. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E REVISÃO TARIFÁRIA DA CEMIG D.....	122
33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	122
34. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	122

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

ATIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017	30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.493.383	1.030.257	39.974	38.672
Títulos e valores mobiliários	6	571.620	1.058.384	18.902	63.960
Consumidores e revendedores e concessionários –					
Transporte de energia	7	4.195.075	3.885.392	25.602	-
Ativo financeiro da concessão	14	918.734	847.877	-	-
Tributos compensáveis	8	911.067	173.790	3.492	43
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	321.435	339.574	26.728	19.722
Dividendos a receber		15.150	76.893	422.973	603.049
Fundos vinculados	10	113.041	106.227	93.112	87.872
Estoques		30.911	38.134	10	10
Adiantamento a fornecedores		51.767	116.050	-	-
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	11	-	235.018	-	235.018
Reembolso subsídios tarifários	13	85.096	77.086	-	-
Subvenção baixa renda		28.237	26.660	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - swap	29	46.789	-	-	-
Outros créditos		473.014	525.961	7.895	10.473
		9.255.319	8.537.303	638.688	1.058.819
Ativos classificados como mantidos para venda	30	281.197	-	281.197	-
TOTAL DO CIRCULANTE		9.536.516	8.537.303	919.885	1.058.819
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	78.459	29.753	3.057	1.737
Adiantamento a fornecedores	28	85.277	6.870	-	-
Consumidores e revendedores e concessionários –					
Transporte de energia	7	75.974	255.328	-	-
Tributos compensáveis	8	229.404	230.678	3.915	1.810
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	7.651	20.617	7.651	20.617
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9b	1.930.774	1.871.228	789.615	756.739
Depósitos vinculados a litígios	12	2.427.726	2.335.632	279.382	277.791
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	29	226.847	8.649	-	-
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	11	254.930	-	254.930	-
Outros créditos		774.959	628.443	27.881	34.978
Ativo financeiro da concessão	14	6.309.798	6.604.625	-	-
Investimentos	15	7.637.095	7.792.225	14.763.617	13.692.183
Imobilizado	16	2.409.600	2.762.310	2.365	1.810
Intangível	17	11.198.086	11.155.928	6.493	2.458
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		33.646.580	33.702.286	16.138.906	14.790.123
TOTAL DO ATIVO		43.183.096	42.239.589	17.058.791	15.848.942

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

PASSIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017	30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
Fornecedores	18	2.444.705	2.342.757	9.107	4.667
Encargos regulatórios	21	418.594	512.673	5.837	-
Participação dos empregados e administradores no resultado		19.288	9.089	1.062	348
Impostos, taxas e contribuições	19a	406.927	704.572	8.355	5.841
Imposto de renda e contribuição social	19b	95.595	115.296	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		427.787	427.832	425.828	425.838
Empréstimos e financiamentos e debêntures	20	2.392.155	2.370.551	13.088	-
Salários e contribuições sociais		235.029	207.091	17.283	11.072
Obrigações pós-emprego	22	243.057	231.894	13.097	12.974
Concessões a pagar		2.484	2.987	-	-
Passivo financeiro da concessão	14	-	414.800	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - opções	29	569.207	507.232	569.207	507.232
Adiantamento de clientes	7	89.896	232.762	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - swap	29	-	12.596	-	-
Valores a pagar a partes relacionadas	28	-	-	400.494	-
Outras obrigações		525.272	570.152	3.716	6.218
		<u>7.869.996</u>	<u>8.662.284</u>	<u>1.467.074</u>	<u>974.190</u>
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	30	5.917	-	5.917	-
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>7.875.913</u>	<u>8.662.284</u>	<u>1.472.991</u>	<u>974.190</u>
NÃO CIRCULANTE					
Encargos regulatórios	21	279.382	249.817	-	-
Empréstimos e financiamentos e debêntures	20	13.001.900	12.027.146	44.286	-
Impostos, taxas e contribuições	19a	28.841	28.199	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9b	652.288	734.689	-	-
Provisões	23	683.453	678.113	64.711	63.194
Obrigações pós-emprego	22	4.024.447	3.954.287	467.511	446.523
Concessões a pagar		16.495	18.240	-	-
Passivo financeiro da concessão	14	41.383	-	-	-
PASEP/COFINS a ser restituído a consumidores	19a	1.114.802	1.087.230	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - opções	29	374.185	307.792	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - swap	29	-	28.515	-	-
Outras obrigações		117.156	133.141	40.758	39.049
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>20.334.332</u>	<u>19.247.169</u>	<u>617.266</u>	<u>548.766</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>28.210.245</u>	<u>27.909.453</u>	<u>2.090.257</u>	<u>1.522.956</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24				
Capital social		7.293.763	6.294.208	7.293.763	6.294.208
Reservas de capital		2.249.721	1.924.503	2.249.721	1.924.503
Reservas de lucros		5.728.574	5.728.574	5.728.574	5.728.574
Ajustes de avaliação patrimonial		(861.862)	(836.522)	(861.862)	(836.522)
Subscrição de ações a capitalizar		-	1.215.223	-	1.215.223
Lucros acumulados		558.338	-	558.338	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS		<u>14.968.534</u>	<u>14.325.986</u>	<u>14.968.534</u>	<u>14.325.986</u>
CONTROLADORES		<u>4.317</u>	<u>4.150</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR		<u>14.972.851</u>	<u>14.330.136</u>	<u>14.968.534</u>	<u>14.325.986</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>43.183.096</u>	<u>42.239.589</u>	<u>17.058.791</u>	<u>15.848.942</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>43.183.096</u>	<u>42.239.589</u>	<u>17.058.791</u>	<u>15.848.942</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Set/2018 (Reapresentado)	Jan a Set/2017	Jan a Set/2018 (Reapresentado)	Jan a Set/2017
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA LÍQUIDA	25	16.794.251	15.153.781	233	250
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	26				
Energia elétrica comprada para revenda		(8.576.061)	(7.685.392)	-	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(1.140.903)	(791.339)	-	-
Gás comprado para revenda		(897.903)	(789.861)	-	-
		(10.614.867)	(9.266.592)	-	-
OUTROS CUSTOS	26				
Pessoal e administradores		(770.661)	(992.908)	-	-
Materiais		(59.654)	(30.589)	-	-
Serviços de terceiros		(633.257)	(542.357)	-	-
Depreciação e amortização		(563.672)	(570.031)	-	-
Provisões operacionais		(44.719)	(195.345)	-	-
Custo de construção de infraestrutura		(592.206)	(736.754)	-	-
Outras		(61.182)	(58.101)	-	-
		(2.725.351)	(3.126.085)	-	-
CUSTO TOTAL		(13.340.218)	(12.392.677)	-	-
LUCRO BRUTO		3.454.033	2.761.104	233	250
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	26	(227.789)	(191.343)	-	-
Despesas gerais e administrativas		(470.180)	(548.075)	(52.744)	(43.214)
Despesas com provisões operacionais		(134.544)	(172.105)	(71.952)	(104.037)
Outras receitas (despesas) operacionais		(407.489)	(505.239)	(40.972)	(40.435)
		(1.240.002)	(1.416.762)	(165.668)	(187.686)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(75.986)	(20.680)	780.029	320.979
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		2.138.045	1.323.662	614.594	133.543
Receitas financeiras	27	851.462	550.065	28.962	84.893
Despesas financeiras	27	(2.038.792)	(1.271.951)	(13.457)	236.553
Resultado antes dos impostos		950.715	601.776	630.099	454.989
Imposto de renda e contribuição social correntes	9c	(379.231)	(305.956)	-	(13.949)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	91.117	101.362	41.998	(44.290)
Lucro líquido do período proveniente de operações continuadas		662.601	397.182	672.097	396.750
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Lucro líquido do período proveniente de operações descontinuadas	30	35.648	-	25.634	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		698.249	397.182	697.731	396.750
Total do lucro líquido do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores					
Lucro líquido do período proveniente de operações em continuidade		662.083	396.750	672.097	396.750
Lucro líquido do período proveniente de operações descontinuadas		35.648	-	25.634	-
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores		697.731	396.750	697.731	396.750
Participação dos acionistas não-controladores					
Lucro líquido do período proveniente de operações em continuidade		518	432	-	-
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas não controladores		518	432	-	-
		698.249	397.182	697.731	396.750
Lucro básico e diluído por ação preferencial	24	0,48	0,32	0,48	0,32
Lucro básico e diluído por ação ordinária	24	0,48	0,32	0,48	0,32

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jul a Set/18 (Reapresentado)	Jul a Set/17	Jul a Set/18 (Reapresentado)	Jul a Set/17
RECEITA LÍQUIDA	25	6.252.282	5.135.822	87	72
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	26				
Energia elétrica comprada para revenda		(3.493.463)	(2.942.974)	-	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(332.323)	(387.078)	-	-
Gás comprado para revenda		(341.445)	(304.698)	-	-
		(4.167.231)	(3.634.750)	-	-
OUTROS CUSTOS	26				
Pessoal e administradores		(238.401)	(304.061)	-	-
Materiais		(36.688)	(13.035)	-	-
Serviços de terceiros		(219.286)	(200.960)	-	-
Depreciação e amortização		(189.149)	(184.576)	-	-
Provisões operacionais		(42.818)	(23.266)	-	-
Custo de construção de infraestrutura		(208.563)	(295.720)	-	-
Outras		(19.954)	(36.742)	-	-
		(954.859)	(1.058.360)	-	-
CUSTO TOTAL		(5.122.090)	(4.693.110)	-	-
LUCRO BRUTO		1.130.192	442.712	87	72
DESPESAS OPERACIONAIS	26				
Despesas com vendas		(60.232)	(50.458)	-	-
Despesas gerais e administrativas		(157.063)	(110.181)	(18.306)	(14.921)
Despesas com provisões operacionais		(31.749)	(115.151)	6.237	(88.726)
Outras despesas operacionais		(151.164)	(191.538)	(11.427)	(15.405)
		(400.208)	(467.328)	(23.496)	(119.052)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(49.753)	(80.798)	250.226	(190.646)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		680.231	(105.414)	226.817	(309.626)
Receitas financeiras	27	362.795	201.164	10.170	51.875
Despesas financeiras	27	(695.493)	(188.750)	(10.372)	238.514
Resultado antes dos impostos		347.533	(93.000)	226.615	(19.237)
Imposto de renda e contribuição social correntes	9c	(182.812)	(13.234)	-	(11.416)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	65.543	22.568	3.429	(53.175)
Lucro líquido (prejuízo) do período proveniente de operações continuadas		230.264	(83.666)	230.044	(83.828)
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Lucro líquido do período proveniente de operações descontinuadas	30	14.276	-	14.276	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		244.540	(83.666)	244.320	(83.828)
Total do lucro líquido (prejuízo) do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores					
Lucro líquido (prejuízo) do período proveniente de operações em continuidade		230.044	(83.828)	230.044	(83.828)
Lucro líquido do período proveniente de operações descontinuadas		14.276	-	14.276	-
Lucro líquido (prejuízo) do período atribuível aos acionistas controladores		244.320	(83.828)	244.320	(83.828)
Participação dos acionistas não-controladores					
Lucro líquido do período proveniente de operações em continuidade		220	162	-	-
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas não controladores		220	162	-	-
		244.540	(83.666)	244.320	(83.828)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial – R\$	24	0,17	(0,06)	0,17	(0,06)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária – R\$	24	0,17	(0,06)	0,17	(0,06)

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/18 (Reapresentado)	Jan a Set/17	Jan a Set/18 (Reapresentado)	Jan a Set/17
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	698.249	397.182	697.731	396.750
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquido de impostos	(416)	(680)	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto, líquida de impostos	-	(4.851)	(416)	(5.531)
	(416)	(5.531)	(416)	(5.531)
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto referente à valor justo de ativo financeiro e conversão de operações no exterior, líquida de impostos	-	(38.134)	8	(38.134)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	8	-	-	-
	697.841	353.517	697.323	353.085
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO				
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	697.323	353.085	697.323	353.085
Participação dos acionistas não-controladores	518	432	-	-
	697.841	353.517	697.323	353.085

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/18 (Reapresentado)	Jul a Set/17	Jul a Set/18 (Reapresentado)	Jul a Set/17
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	244.540	(83.666)	244.320	(83.828)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado	-	-	-	-
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado	-	-	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto referente a conversão de operações no exterior	-	-	8	-
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	8	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	244.548	(83.666)	244.328	(83.828)
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	244.328	(83.828)	244.328	(83.828)
Participação dos acionistas não-controladores	220	162	-	-
	244.548	(83.666)	244.328	(83.828)

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Subscrição de ações a capitalizar	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	6.294.208	1.215.223	1.924.503	5.728.574	(836.522)	-	14.325.986	4.150	14.330.136
Adoção inicial do CPC 48	-	-	-	-	-	(181.846)	(181.846)	-	(181.846)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	697.731	697.731	518	698.249
Outros resultados abrangentes									
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquido de impostos	-	-	-	-	(416)	-	(416)	-	(416)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	8	-	8	-	8
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	(408)	697.731	697.323	518	697.841
Subscrição de ações a capitalizar	-	109.550	-	-	-	-	109.550	-	109.550
Integralização de capital	999.555	(999.555)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	(325.218)	325.218	-	-	-	-	-	-
Outras mutações no Patrimônio Líquido:									
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(351)	(351)
Realização de Reservas									
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	-	(24.932)	42.453	17.521	-	17.521
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 (REAPRESENTADO)	7.293.763	-	2.249.721	5.728.574	(861.862)	558.338	14.968.534	4.317	14.972.851

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	6.294.208	1.924.503	5.199.855	(488.285)	-	12.930.281	4.090	12.934.371
Lucro líquido do período	-	-	-	-	396.750	396.750	432	397.182
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquido de impostos	-	-	-	(680)	-	(680)	-	(680)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	(42.985)	-	(42.985)	-	(42.985)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	(43.665)	396.750	353.085	432	353.517
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Dividendos adicionais propostos a acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	(424)	(424)
Realização de Reservas								
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(43.923)	43.666	(257)	-	(257)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017	6.294.208	1.924.503	5.199.855	(575.873)	440.416	13.283.109	4.098	13.287.207

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Set/2018 (Reapresentado)	Jan a Set/2017	Jan a Set/2018 (Reapresentado)	Jan a Set/2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período das operações em continuidade		662.601	397.182	672.097	396.750
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa					
Impostos de renda e contribuição social		288.114	204.594	(41.998)	58.239
Depreciação e amortização	26	619.104	616.783	761	351
Baixa de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, Imobilizado e intangível		57.775	23.060	154	25
Resultado de equivalência patrimonial	15	75.986	20.680	(780.029)	(320.979)
Juros, variações monetárias e atualização do ativo financeiro da concessão		438.451	834.151	(35.988)	(44.696)
Estorno da variação monetária do AFAC		-	(239.445)	-	(239.445)
Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT		-	587.624	-	-
Variação cambial de empréstimos	20	781.297	-	-	-
Amortização de custo de transação de empréstimos e financiamentos	20	26.323	-	285	-
Provisões para perdas operacionais	26	402.117	558.793	71.952	104.037
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos - swap	29	(322.847)	-	-	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros	25	(1.783.790)	(148.216)	-	-
Provisão para ressarcimento pela suspensão de fornecimento de energia - Renova		(51.635)	-	-	-
Ajuste da indenização de usinas não renovadas (Portaria 291)		-	(259.516)	-	-
Obrigações pós-emprego	22	303.832	342.018	32.984	31.863
		1.497.328	2.937.708	(79.782)	(13.855)
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de energia		(510.468)	(397.144)	1.765	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros	14	568.432	304.841	-	-
Repasse de recurso da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)		(8.010)	(9.594)	-	-
Tributos compensáveis		(858.104)	(22.057)	380	(116)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar e diferido		(31.689)	(24.460)	(4.526)	88.723
Depósitos vinculados a litígios		(59.786)	(47.440)	18.042	1.598
Dividendos recebidos		235.163	247.824	598.485	361.293
Ativos financeiros da concessão		1.645.708	314.473	-	-
Adiantamento a fornecedores		(55.383)	(199.400)	-	-
Direito de retirada de gás		317	658.444	-	-
Outros		51.205	(155.307)	2.098	19.077
		977.385	670.180	616.244	470.575
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		57.666	246.855	(257)	2.635
Impostos, taxas e contribuições		(131.409)	(399.038)	6.237	(78.693)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		29.549	175.273	2.930	(9.191)
Salários e contribuições sociais		27.938	22.914	4.231	1.388
Encargos regulatórios		(84.304)	60.478	5.837	-
Adiantamento de clientes		(152.050)	93.246	-	-
Obrigações pós-emprego	22	(222.509)	(203.090)	(11.873)	(11.132)
Outros		(73.863)	(123.032)	(14.691)	(11.488)
		(548.982)	(126.394)	(7.586)	(106.481)
Caixa gerado pelas atividades operacionais das operações em continuidade		1.925.731	3.481.494	528.876	350.239
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	20	(834.053)	(1.030.773)	(787)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(379.628)	(307.860)	(151)	(4.758)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (swap)		12.981	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		725.031	2.142.861	527.938	345.481
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais descontinuadas	30	51.271	-	43.310	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		776.302	2.142.861	571.248	345.481

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Set/2018 (Reapresentado)	Jan a Set/2017	Jan a Set/2018 (Reapresentado)	Jan a Set/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Em títulos e valores mobiliários – aplicação financeira	6	443.654	331.069	43.738	116.984
Em ativos financeiros		-	(160.481)	-	-
Fundos vinculados	10	(6.814)	(38.020)	(4.949)	(29.470)
Em investimentos					
Aporte em investidas	15	(176.632)	(228.205)	(1.109.105)	(100.121)
Caixa recebido na incorporação		-	-	428	-
Em imobilizado	16	(50.661)	(53.883)	-	-
Em intangível	17	(563.470)	(691.017)	(182)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		(353.923)	(840.537)	(1.070.070)	(12.607)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento das operações descontinuadas	30	(7.631)	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(361.554)	(840.537)	(1.070.070)	(12.607)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Obtenção de empréstimos e debêntures	20	2.443.878	60.108	-	-
Mútuo com partes relacionadas		-	-	400.000	-
Aumento de capital	24	109.550	-	109.550	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	20	(2.504.654)	(1.506.459)	(9.416)	-
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(396)	(268.723)	(10)	(270.685)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		48.378	(1.715.074)	500.124	(270.685)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		463.126	(412.750)	1.302	62.189
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	1.030.257	995.132	38.672	69.352
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	1.493.383	582.382	39.974	131.541

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	Jan a Set/2018 (Reapresentado)		Jan a Set/2017		Jan a Set/2018 (Reapresentado)		Jan a Set/2017	
RECEITAS								
Venda de energia, gás e serviços (1)	24.478.915		21.927.158		257		276	
Receita de construção de distribuição	579.480		725.528		-		-	
Receita de construção de transmissão	12.726		11.226		-		-	
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	245.730		240.420		-		-	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	3.875		2.277		-		-	
Receita de indenização de transmissão	208.164		295.749		-		-	
Receita de indenização de geração	82.331		259.516		-		-	
Investimento em imobilizado	52.513		24.549		-		-	
Outras receitas	7.219		1.479		-		-	
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(227.789)		(191.343)		-		-	
	25.443.164		23.296.559		257		276	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia elétrica comprada para revenda	(9.391.800)		(8.424.585)		-		-	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(1.271.326)		(882.536)		-		-	
Serviços de terceiros (1)	(1.036.667)		(983.908)		(17.327)		(6.796)	
Gás comprado para revenda	(1.129.295)		(789.861)		-		-	
Materiais (1)	(320.372)		(392.871)		(1.101)		(89)	
Outros custos operacionais (1)	(410.121)		(587.938)		(76.835)		(107.183)	
	(13.559.581)		(12.061.699)		(95.263)		(114.068)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	11.883.583		11.234.860		(95.006)		(113.792)	
RETENÇÕES								
Depreciação e amortização (1)	(619.104)		(616.783)		(761)		(351)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA PROVENIENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	11.264.479		10.618.077		(95.767)		(114.143)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA PROVENIENTE DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	35.648		-		25.634		-	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de equivalência patrimonial	(75.986)		(20.680)		780.029		320.979	
Receitas financeiras	851.462		550.065		28.962		84.893	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	12.075.603		11.147.462		738.858		291.729	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	1.178.568	9,77	1.507.087	13,52	61.658	8,34	65.849	22,56
Remuneração direta	755.504	6,26	850.936	7,63	25.933	3,51	26.795	9,18
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	349.619	2,90	406.373	3,65	32.766	4,43	31.928	10,94
FGTS	47.779	0,40	52.452	0,47	1.138	0,15	1.891	0,65
Programa de desligamento voluntário	25.666	0,21	197.326	1,77	1.821	0,25	5.235	1,79
Impostos, taxas e contribuições	8.065.427	66,79	7.833.994	70,28	(37.804)	(5,11)	62.821	21,54
Federais	4.094.793	33,91	3.351.706	30,07	(38.382)	(5,19)	62.186	21,32
Estaduais	3.960.135	32,79	4.472.137	40,12	283	0,04	485	0,17
Municipais	10.499	0,09	10.151	0,09	295	0,04	150	0,05
Remuneração de capitais de terceiros	2.133.359	17,66	1.409.199	12,64	17.273	2,34	(233.691)	(80,11)
Juros	2.060.541	17,06	1.326.887	11,90	13.457	1,82	(236.553)	(81,09)
Aluguéis	72.818	0,60	82.312	0,74	3.816	0,52	2.862	0,98
Remuneração de capitais próprios	698.249	5,78	397.182	3,56	697.731	94,43	396.750	136,00
Lucros retidos	697.731	5,78	396.750	3,56	697.731	94,43	396.750	136,00
Participação dos não-controladores nos Lucros retidos	518	-	432	-	-	-	-	-
	12.075.603	100,00	11.147.462	100,00	738.858	100,00	291.729	100,00

(1) Inclui os efeitos dos resultados decorrentes das operações descontinuadas.

As notas explicativas condensadas são parte integrante /das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço em Belo Horizonte/MG. Constituída com o objetivo principal de atuar como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

Em 30 de setembro de 2018, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$553.106 na controladora, principalmente, em decorrência do contrato de mútuo firmado com a sua controlada Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”), no valor de R\$400.000 (mais detalhes na nota explicativa nº 28). No consolidado a Companhia apresenta um capital circulante líquido positivo de R\$1.660.603. No período de janeiro a setembro de 2018, a Companhia apresentou fluxo de caixa positivo nas atividades operacionais, em continuidade, de R\$527.938 e R\$725.031, na controladora e consolidado, respectivamente (R\$345.481 e R\$2.142.861 no mesmo período de 2017). Adicionalmente, em 30 de setembro de 2018, os empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, no consolidado da Cemig, totalizaram R\$2.392.155 e R\$13.001.900, respectivamente.

Com relação à gestão da dívida, em julho de 2018 a controlada Cemig GT realizou nova captação de recursos no exterior, no montante de US\$500 milhões (R\$1,9 bilhão), mediante a reabertura dos Eurobonds emitidos originalmente em dezembro de 2017, com vencimento em 2024 e cupom semestral de 9,25% a.a.. Além disso, em 2018 foi realizado o pagamento antecipado de dívidas pela Cemig GT, no valor total de R\$1,3 bilhão, com custo de 140% do CDI e vencimento original em dezembro de 2021. Essas iniciativas, em conjunto, equilibraram o fluxo de caixa e alongaram o prazo médio das dívidas, além de melhorarem a qualidade de crédito da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Incorporação da Cemig Telecomunicações S.A. (“Cemig Telecom”) e alienação dos ativos de telecomunicações

Em 31 de março de 2018 a Companhia concluiu a incorporação de sua subsidiária integral Cemig Telecom, pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção da Cemig Telecom e sucessão, pela Companhia, em todos os bens, direitos e obrigações. Por se tratar de incorporação de subsidiária integral, não houve aumento de capital nem a emissão de novas ações. As ações representativas do capital social da referida subsidiária integral foram extintas na data da incorporação.

A seguir é apresentado o balanço patrimonial resumido da Cemig Telecom utilizado para a incorporação na data base de 31 de março de 2018:

	31/03/2018		31/03/2018
Ativo		Passivo	
Circulante	24.986	Circulante	33.816
Não Circulante		Não Circulante	55.407
Realizável a longo prazo	15.313		-
Investimentos	17.116		-
Imobilizado líquido	271.766		-
Intangível	11.716		-
	315.911	Patrimônio Líquido	251.674
Total do Ativo	340.897	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	340.897

A Administração da Companhia concluiu em 01 de novembro de 2018 o processo de alienação dos ativos incorporados da Cemig Telecom. Maiores informações na nota explicativa nº 30.

Mudanças no estatuto da Companhia – aprimoramento da governança corporativa

Em 11 de junho de 2018, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou alterações no Estatuto da Companhia, a fim de formalizar as melhores práticas de governança corporativa e atender aos requisitos previstos na Lei 13.303/2016 (“Lei das Estatais”). Dentre os aprimoramentos incorporados ao Estatuto Social, cabe destacar:

- redução da composição do Conselho de Administração, de 15 para 9 membros titulares, em consonância com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e o Manual de Avaliação de Sustentabilidade Corporativa do Dow Jones Sustainability Index;
- criação de Comitê de Auditoria, mantido o Conselho Fiscal.

As alterações no estatuto não impactaram a política de dividendos da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção dos novos pronunciamentos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 cujos efeitos encontram-se apresentados na nota explicativa nº 2.2 destas informações contábeis intermediárias.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias consolidadas devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2018.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias em 13 de agosto de 2018 e, em 27 de novembro de 2018, autorizou a sua reapresentação para refletir o efeito dos ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.3.

2.2 Adoção de novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2018

IFRS 15/CPC 47 (Receita de contratos com clientes)

A IFRS 15 (CPC 47 - receita de contrato com clientes) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Este novo pronunciamento substituiu todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o IFRS 15/CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor.

A Companhia e suas controladas adotaram a nova norma com base no método prospectivo, com os impactos contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia e suas controladas avaliaram os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo IFRS 15/CPC 47:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

O impacto na adoção deste pronunciamento ocorreu no reconhecimento dos ressarcimentos aos clientes decorrentes das penalidades por violação de indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI, como redução das receitas de uso da rede de distribuição (TUSD). Até 31 de dezembro de 2017, esses ressarcimentos eram reconhecidos como despesa operacional.

Na tabela a seguir, é apresentado o impacto da adoção da IFRS 15/CPC 47 na demonstração do resultado para os períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2018:

	Jan a Set/2018 com adoção do IFRS 15/CPC 47 (Reapresentado)	Ajuste (1) IFRS 15/CPC 47	Jan a Set/2018 sem adoção do IFRS 15/CPC 47 (Reapresentado)
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE			
RECEITA LÍQUIDA	16.794.251	31.596	16.825.847
CUSTOS OPERACIONAIS	(13.340.218)	-	(13.340.218)
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.240.002)	(31.596)	(1.271.598)
Resultado de equivalência patrimonial	(75.986)	-	(75.986)
Resultado financeiro	(1.187.330)	-	(1.187.330)
Imposto de renda e contribuição social	(288.114)	-	(288.114)
Lucro líquido do período proveniente de operações em continuidade	662.601	-	662.601

	Jul a Set/2018 com adoção do IFRS 15/CPC 47 (Reapresentado)	Ajuste (1) IFRS 15/CPC 47	Jul a Set /2018 sem adoção do IFRS 15/CPC 47 (Reapresentado)
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE			
RECEITA LÍQUIDA	6.252.282	5.915	6.258.197
CUSTOS OPERACIONAIS	(5.122.090)	-	(5.122.090)
DESPESAS OPERACIONAIS	(400.208)	(5.915)	(406.123)
Resultado de equivalência patrimonial	(49.753)	-	(49.753)
Resultado financeiro	(332.698)	-	(332.698)
Imposto de renda e contribuição social	(117.269)	-	(117.269)
Lucro líquido do período proveniente de operações em continuidade	230.264	-	230.264

(1) Refere-se a penalidades por violação de indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI, reclassificado de Outras Receitas (Despesas) Operacionais.

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O IFRS 9/ CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A norma eliminou as categorias existentes pela IAS 39/CPC 38 e, portanto, a Companhia e suas controladas passaram a reclassificá-las de acordo com a norma atual, conforme abaixo:

Consolidado	Classificação	
	IAS 39/CPC 38	IFRS 9/CPC 48
Ativos Financeiros		
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários – aplicações financeiras (1)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários – aplicações financeiras (1)	Disponível para venda	Valor justo resultado
Consumidores, revendedores e concessionários – transporte de energia	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fundos vinculados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Adiantamentos a fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Valores a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos financeiros da concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Reembolso de subsídios tarifários	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Subvenção baixa renda	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos vinculados a litígios	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	Valor justo resultado	Valor justo resultado
Ativos Financeiros da Concessão Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa	Empréstimos e recebíveis (2)	Valor justo resultado
Ativos financeiros da concessão – infraestrutura de distribuição	Disponível para venda	Valor justo resultado
Indenizações a receber – transmissão	Empréstimos e recebíveis (2)	Valor justo resultado
Indenizações a receber – geração	Empréstimos e recebíveis (2)	Valor justo resultado
Bonificação pela outorga – concessões de geração	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos Financeiros		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	Custo amortizado	Custo amortizado
Passivos financeiros da concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Concessões a Pagar	Custo amortizado	Custo amortizado
Plano de Regularização de Créditos Tributários (PRCT) do Estado de Minas Gerais	Custo amortizado	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	Valor justo resultado	Valor justo resultado
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	Valor justo resultado	Valor justo resultado

(1) A Companhia possui “títulos e valores mobiliários” com classificações distintas, de acordo com a IFRS 9/CPC 48;

(2) Foram reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos seus valores justos.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O impacto material decorrente da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2018 está relacionado ao valor recuperável do contas a receber de clientes.

O novo pronunciamento também estabelece que em relação às perdas para redução ao valor recuperável de ativos financeiros, o modelo de expectativa de perda no crédito não seja mais de perdas incorridas, mas um modelo prospectivo de perdas de crédito esperadas, com base em probabilidades.

Com base no novo pronunciamento, as provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas esperadas para 12 meses, em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira de um instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A Companhia e suas controladas adotaram, em sua análise, uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu contas a receber de clientes não possuem componentes de financiamento significativos e calculou a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês (tendo como base 12 meses do faturamento), segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer. A perda estimada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida foi calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, foi considerada a expectativa de perda integral.

Os impactos decorrentes da adoção inicial da IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, como segue:

	01/01/2018
Consumidores e revendedores e transporte de energia (a)	150.114
Ajuste reflexo decorrente da investida Light	82.770
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a)	(51.038)
	181.846

(a) Referem-se às perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) de valores a receber de consumidores da Cemig D.

2.3 Reapresentação das Informações Contábeis Intermediárias

Conforme mencionado na nota explicativa nº 32, em 28 de maio de 2018, a ANEEL homologou o resultado da 4ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição S.A. ("Cemig D"), controlada integral da Companhia. Parte do resultado homologado correspondeu a repasses diretos na tarifa referentes às variações dos custos não gerenciáveis (Parcela A), decorrentes principalmente de: compra de energia, encargos de transmissão e outros itens financeiros componentes da tarifa, para os quais a Cemig D registrou os efeitos contábeis a partir de maio de 2018.

Após a publicação das informações contábeis intermediárias do trimestre e período findo em 30 de setembro de 2018, foram identificadas divergências na contabilização da amortização de determinados ativos e passivos financeiros da concessão relacionados à Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros homologados na revisão tarifária mencionada acima. O efeito das divergências em questão nas informações trimestrais individuais da Companhia se limita ao resultado de equivalência e saldo do investimento que esta possui na Cemig D. Dessa forma, a Companhia e sua controlada optaram pela reapresentação dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a fim de refletir de forma mais adequada a sua situação patrimonial e o seu desempenho operacional. Esses assuntos não provocaram efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentadas para fins de comparação e nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do trimestre findo em 31 de março de 2018.

Com base nas orientações do CPC 23/IAS 8 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as informações contábeis intermediárias estão sendo reapresentados com os seguintes ajustes:

- (a) Correção das divergências na contabilização da amortização de determinados ativos e passivos financeiros da concessão relacionados à Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros homologados na revisão tarifária de 28 de maio de 2018 nos montantes totais líquidos de R\$326.490 e R\$244.867 nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2018, respectivamente.
- (b) Efeitos do ajuste indicado no item (a) nas apurações de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos nos montantes de R\$64.386 e R\$29.857, respectivamente, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e de R\$48.011 e R\$22.377, respectivamente, no período de três meses findo nesta data.
- (c) Efeitos do ajuste indicado no item (a) nas apurações de PASEP/COFINS nos montantes totais de R\$30.200 e R\$22.650 nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2018, respectivamente.
- (d) Efeitos do ajuste indicado no item (a) nas apurações de encargos regulatórios nos montantes totais de R\$2.936 e R\$2.202 nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2018, respectivamente.
- (e) Efeito de multa e juros de mora decorrentes das alterações nas apurações de IR/CS, PASEP/COFINS e encargos regulatórios nos montantes de R\$414, R\$194 e R\$27, respectivamente, nos períodos de nove e três meses findo em 30 de setembro de 2018.
- (f) Efeito líquido dos ajustes indicados nos itens (a), (b), (c), (d) e (e) nos montantes de R\$198.476 e R\$148.992 no resultado de equivalência do investimento que a Companhia possui na Cemig D nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2018, respectivamente.

(g) Efeitos líquido de todos os ajustes nos montantes de R\$198.476 e R\$148.992 no resultado dos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2018, respectivamente.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Consolidado			Controladora		
	30/09/18	Ajustes	30/09/18 (Reapresentado)	30/09/18	Ajustes	30/09/18 (Reapresentado)
CIRCULANTE						
Ativo financeiro da concessão (a)	818.517	100.217	918.734	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (b) e (e)	386.235	(64.800)	321.435	26.728	-	26.728
Outros Ativos Circulantes	8.015.150	-	8.015.150	611.960	-	611.960
	9.219.902	35.417	9.255.319	638.688	-	638.688
Ativos classificados como mantidos para venda	281.197	-	281.197	281.197	-	281.197
TOTAL DO CIRCULANTE	9.501.099	35.417	9.536.516	919.885	-	919.885
NÃO CIRCULANTE						
Impostos de renda e contribuição social diferidos (b)	1.960.631	(29.857)	1.930.774	789.615	-	789.615
Investimentos (g)	7.637.095	-	7.637.095	14.565.141	198.476	14.763.617
Outros Ativos Não Circulantes	24.078.711	-	24.078.711	585.674	-	585.674
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	33.676.437	(29.857)	33.646.580	15.940.430	198.476	16.138.906
TOTAL DO ATIVO	43.177.536	5.560	43.183.096	16.860.315	198.476	17.058.791

Passivo	Consolidado			Controladora		
	30/09/18	Ajustes	30/09/18 (Reapresentado)	30/09/18	Ajustes	30/09/18 (Reapresentado)
CIRCULANTE						
Encargos regulatórios (d) e (e)	417.686	908	418.594	5.837	-	5.837
Impostos, taxas e contribuições (c) e (e)	376.533	30.394	406.927	8.355	-	8.355
Passivo financeiro da concessão (a)	226.273	(226.273)	-	-	-	-
Outras obrigações Circulantes	7.044.475	-	7.044.475	1.452.882	-	1.452.882
	8.064.967	(194.971)	7.869.996	1.467.074	-	1.467.074
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	5.917	-	5.917	5.917	-	5.917
TOTAL DO CIRCULANTE	8.070.884	(194.971)	7.875.913	1.472.991	-	1.472.991
NÃO CIRCULANTE						
Encargos regulatórios (d) e (e)	277.327	2.055	279.382	-	-	-
Outras obrigações circulantes	20.054.950	-	20.054.950	576.508	-	576.508
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	20.332.277	2.055	20.334.332	617.266	-	617.266
TOTAL DO PASSIVO	28.403.161	(192.916)	28.210.245	2.090.257	-	2.090.257
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	7.293.763	-	7.293.763	7.293.763	-	7.293.763
Reservas de capital	2.249.721	-	2.249.721	2.249.721	-	2.249.721
Reservas de lucros	5.728.574	-	5.728.574	5.728.574	-	5.728.574
Ajustes de avaliação patrimonial	(861.862)	-	(861.862)	(861.862)	-	(861.862)
Subscrição de ações a capitalizar	-	-	-	-	-	-
Lucros acumulados (g)	359.862	198.476	558.338	359.862	198.476	558.338
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	14.770.058	198.476	14.968.534	14.770.058	198.476	14.968.534
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR	4.317	-	4.317	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.774.375	198.476	14.972.851	14.770.058	198.476	14.968.534
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43.177.536	5.560	43.183.096	16.860.315	198.476	17.058.791

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

	Consolidado			Controladora		
	Jan a Set/2018	Ajustes	Jan a Set/2018 (Reapresentado)	Jan a Set/2018	Ajustes	Jan a Set/2018 (Reapresentado)
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE						
Receita (a), (c) e (d)	16.500.897	293.354	16.794.251	233	-	233
Custo total	(13.340.218)	-	(13.340.218)	-	-	-
LUCRO BRUTO	3.160.679	293.354	3.454.033	233	-	233
Despesa Operacional	(1.240.002)	-	(1.240.002)	(165.668)	-	(165.668)
Resultado de equivalência patrimonial (f)	(75.986)	-	(75.986)	581.553	198.476	780.029
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	1.844.691	293.354	2.138.045	416.118	198.476	614.594
Receitas financeiras	851.462	-	851.462	28.962	-	28.962
Despesas financeiras (e)	(2.038.157)	(635)	(2.038.792)	(13.457)	-	(13.457)
Resultado antes dos impostos	657.996	292.719	950.715	431.623	198.476	630.099
Imposto de renda e contribuição social correntes (b)	(314.845)	(64.386)	(379.231)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	120.974	(29.857)	91.117	41.998	-	41.998
Lucro líquido do período proveniente de operações continuadas	464.125	198.476	662.601	473.621	198.476	672.097
Lucro líquido do período proveniente de operações descontinuadas	35.648	-	35.648	25.634	-	25.634
Lucro líquido do período (g)	499.773	198.476	698.249	499.255	198.476	697.731
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	0,34	0,14	0,48	0,34	0,14	0,48

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

	Consolidado			Controladora		
	Jul a Set/2018	Ajustes	Jul a Set/2018 (Reapresentado)	Jul a Set/2018	Ajustes	Jul a Set/2018 (Reapresentado)
Receita (a), (c) e (d)	6.032.267	220.015	6.252.282	87	-	87
Custo total	(5.122.090)	-	(5.122.090)	-	-	-
LUCRO BRUTO	910.177	220.015	1.130.192	87	-	87
Despesa Operacional	(400.208)	-	(400.208)	(23.496)	-	(23.496)
Resultado de equivalência patrimonial (f)	(49.753)	-	(49.753)	101.234	148.992	250.226
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	460.216	220.015	680.231	77.825	148.992	226.817
Receitas financeiras	362.795	-	362.795	10.170	-	10.170
Despesas financeiras (e)	(694.858)	(635)	(695.493)	(10.372)	-	(10.372)
Resultado antes dos impostos	128.153	219.380	347.533	77.623	148.992	226.615
Imposto de renda e contribuição social correntes (b)	(134.801)	(48.011)	(182.812)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	87.920	(22.377)	65.543	3.429	-	3.429
Lucro líquido do período proveniente de operações continuadas	81.272	148.992	230.264	81.052	148.992	230.044
Lucro líquido do período proveniente de operações descontinuadas	14.276	-	14.276	14.276	-	14.276
Lucro líquido do período (g)	95.548	148.992	244.540	95.328	148.992	244.320
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	0,07	0,10	0,17	0,07	0,10	0,17

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

	Consolidado			Controladora		
	Jan a Set/18	Ajustes	Jan a Set/18 (Reapresentado)	Jan a Set/18	Ajustes	Jan a Set/18 (Reapresentado)
Lucro líquido do período (g)	499.773	198.476	698.249	499.255	198.476	697.731
Outros Resultados Abrangentes	(408)	-	(408)	(408)	-	(408)
Resultado abrangente do período	499.365	198.476	697.841	498.847	198.476	697.323

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

	Consolidado			Controladora		
	Jul a Set/18	Ajustes	Jul a Set/18 (Reapresentado)	Jul a Set/18	Ajustes	Jul a Set/18 (Reapresentado)
Lucro líquido do período (g)	95.548	148.992	244.540	95.328	148.992	244.320
Outros resultados abrangentes	8	-	8	8	-	8
Resultado abrangente do período	95.556	148.992	244.548	95.336	148.992	244.328

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

	Consolidado			Controladora		
	Jan a Set/2018	Ajustes	Jan a Set/2018 (Reapresentado)	Jan a Set/2018	Ajustes	Jan a Set/2018 (Reapresentado)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro Líquido do Período das Operações em Continuidade (g)	464.125	198.476	662.601	473.621	198.476	672.097
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa						
Impostos de Renda e Contribuição Social (b)	193.871	94.243	288.114	(41.998)	-	(41.998)
Resultado de Equivalência Patrimonial (f)	75.986	-	75.986	(581.553)	(198.476)	(780.029)
Juros, variações monetárias e atualização do ativo financeiro da concessão (e)	437.816	635	438.451	(35.988)	-	(35.988)
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros (a)	(1.457.300)	(326.490)	(1.783.790)	-	-	-
Outras despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa	1.815.966	-	1.815.966	106.136	-	106.136
	1.530.464	(33.136)	1.497.328	(79.782)	-	(79.782)
(Aumento) Redução de Ativos	977.385	-	977.385	616.244		616.244
Aumento (Redução) de Passivos						
Impostos, Taxas e Contribuições (c)	(161.609)	30.200	(131.409)	6.237	-	6.237
Encargos Regulatórios (d)	(87.240)	2.936	(84.304)	5.837	-	5.837
Outros aumentos (redução) de passivos	(333.269)	-	(333.269)	(19.660)	-	(19.660)
	(582.118)	33.136	(548.982)	(7.586)	-	(7.586)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais das Operações em Continuidade	1.925.731	-	1.925.731	528.876	-	528.876
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos Pagos	(834.053)	-	(834.053)	(787)	-	(787)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(379.628)	-	(379.628)	(151)	-	(151)
Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	12.981	-	12.981	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	725.031	-	725.031	527.938	-	527.938
Caixa líquido (Consumido) Gerado nas Atividades Operacionais Descontinuadas	51.271	-	51.271	43.310	-	43.310
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	776.302	-	776.302	571.248	-	571.248
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	(353.923)	-	(353.923)	(1.070.070)	-	(1.070.070)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento das operações descontinuadas	(7.631)	-	(7.631)	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(361.554)	-	(361.554)	(1.070.070)	-	(1.070.070)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	48.378	-	48.378	500.124	-	500.124
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	463.126	-	463.126	1.302	-	1.302
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.030.257		1.030.257	38.672		38.672
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.493.383	-	1.493.383	39.974	-	39.974

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

	Consolidado			Controladora		
	Jan a Set/2018	Ajustes	Jan a Set/2018 (Reapresentado)	Jan a Set/2018	Ajustes	Jan a Set/2018 (Reapresentado)
Valor adicionado bruto (a)	11.557.093	326.490	11.883.583	(95.006)	-	(95.006)
Retenções	(619.104)	-	(619.104)	(761)	-	(761)
Valor adicionado líquido	10.937.989	326.490	11.264.479	(95.767)	-	(95.767)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia proveniente de operações descontinuadas	35.648	-	35.648	25.634	-	25.634
Valor adicionado recebido em transferência (f)	775.476	-	775.476	610.515	198.476	808.991
Valor adicionado a distribuir	11.749.113	326.490	12.075.603	540.382	198.476	738.858
Distribuição do valor adicionado						
Empregados	1.178.568	-	1.178.568	61.658	-	61.658
Impostos, taxas e contribuições (b), (c) e (d)	7.938.048	127.379	8.065.427	(37.804)	-	(37.804)
Remuneração de capitais de terceiros (e)	2.132.724	635	2.133.359	17.273	-	17.273
Remuneração de capital próprio (g)	499.773	198.476	698.249	499.255	198.476	697.731
	11.749.113	326.490	12.075.603	540.382	198.476	738.858

2.4 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e as informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2018.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018 estão apresentadas nestas informações contábeis intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2017	30/09/2018	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação
3	3	Princípios de consolidação
4	4	Das concessões e autorizações
5	31	Segmentos operacionais
6	5	Caixa e equivalentes de caixa
7	6	Títulos e valores mobiliários
8	7	Consumidores e revendedores e concessionários de transportes de energia
9	8	Tributos compensáveis
10	9	Imposto de renda e contribuição social
11	10	Fundos vinculados
12	11	Contas a receber do Estado de Minas Gerais
13	12	Depósitos vinculados a litígios
14	13	Reembolso de subsídios tarifários
15	14	Ativos e passivos financeiros da concessão
16	15	Investimentos
17	16	Imobilizado
18	17	Intangível
19	18	Fornecedores
20	19	Impostos, taxas e contribuições e imposto de renda e contribuição social
21	20	Empréstimos, financiamentos e debêntures
22	21	Encargos regulatórios
23	22	Obrigações pós-emprego
24	23	Provisões
25	24	Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas
26	25	Receita
27	26	Custos e despesas operacionais
28	27	Receitas e despesas financeiras
29	28	Transações com partes relacionadas
30	29	Instrumentos financeiros e Gestão de Riscos
31	29	Mensuração pelo valor justo
-	30	Ativos Classificados como mantidos para venda
34	32	Reajuste tarifário anual
35	33	Transações não envolvendo caixa
36	34	Eventos subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Número	Título das Notas Explicativas
32	Seguros
33	Obrigações Contratuais

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das informações contábeis intermediárias das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação e das controladas em conjunto e coligadas, utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, coincidem com as da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	30/09/2018	31/12/2017
		Participação Direta (%)	Participação Direta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00	100,00
Gasmig	Consolidação	99,57	99,57
Cemig Telecom (2)	Consolidação	-	100,00
Rosal Energia	Consolidação	100,00	100,00
Sá Carvalho	Consolidação	100,00	100,00
Horizontes Energia	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Geração Distribuída (Usina Térmica Ipatinga) (1)	Consolidação	100,00	100,00
Cemig PCH	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Trading	Consolidação	100,00	100,00
Efficientia	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	Consolidação	100,00	100,00
UTE Barreiro	Consolidação	100,00	100,00
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Consolidação	100,00	100,00
Luce Empreendimentos e Participações S.A.	Consolidação	100,00	100,00

(1) Em 2018, a razão social da UTE Ipatinga foi alterada para Cemig Geração Distribuída S.A.

(2) Empresa incorporada pela Companhia em 31 de março de 2018.

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm junto à ANEEL as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO DE ENERGIA			
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)			07/2025
Salto Voltão (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	10/2030
Salto Paraopeba (1)			10/2030
Salto do Passo Velho (1)			10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Salto Morais (1)	Cemig GT	02/2013	07/2020
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Luiz Dias (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Poço Fundo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Xicão (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Três Marias (2)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (2)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (2)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (2)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (2)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (2)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (2)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Termelétricas			
Igarapé (1)	Cemig GT	07/1997	08/2024
TRANSMISSÃO DE ENERGIA			
Rede Básica (3)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (3)	Cemig GT	79/2000	10/2030
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA (4)			
	Cemig D	002/1997 003/1997 004/1997 005/1997	12/2045
DISTRIBUIÇÃO DE GÁS (4)			
	Gasmig	Lei Estadual 11.021/1993	01/2053

(1) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado pelo fato de que o poder concedente não controla para quem e o preço dos serviços prestados, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

(2) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, sendo a mesma classificada como ativo financeiro da concessão.

(3) Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através dos gastos incorridos. O ativo financeiro indenizável é identificado quando a implementação da infraestrutura é finalizada e incluído como remuneração dos serviços de implementação da infraestrutura.

(4) Referem-se a contratos de concessão que estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e cujos ativos de infraestrutura da concessão encontram-se registrados de acordo com o modelo bifurcado entre ativo intangível e ativo financeiro.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Contas bancárias	100.181	113.495	4.472	4.645
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	1.256.652	685.826	31.161	20.799
Overnight (2)	136.550	226.629	4.341	13.228
Outros	-	4.307	-	-
	1.393.202	916.762	35.502	34.027
	1.493.383	1.030.257	39.974	38.672

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP que variam entre 60% a 106% em 30 de setembro de 2018 (50% a 106% em 31 de dezembro de 2017) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo Banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.
- (2) As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 6,39% em 30 de setembro de 2018 (6,89% em 31 de dezembro de 2017) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 29.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	-	2.652	-	144
Letras Financeiras (LFs) – Bancos (2)	247.423	303.355	7.867	17.706
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	315.136	739.945	10.020	43.189
Debêntures (4)	7.334	10.663	361	2.142
Outros	1.727	1.769	654	779
	571.620	1.058.384	18.902	63.960
Não Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	2.287	-	43	-
Letras Financeiras (LFs) - Bancos (2)	71.332	-	2.268	-
Debêntures (4)	4.840	29.753	746	1.737
	78.459	29.753	3.057	1.737
	650.079	1.088.137	21.959	65.697

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual de 80% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) (100,25% a 105,25% em 31 de dezembro de 2017), conforme operação.

- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 102% a 111,25% do CDI em 30 de setembro de 2018 (102,01% a 112% em 31 de dezembro de 2017).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 151% do CDI em 30 de setembro de 2018 (104,25% a 161,54% em 31 de dezembro de 2017).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 29. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 28.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Consolidado				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30/09/2018	31/12/2017
Fornecimento faturado	1.456.134	783.602	822.497	3.062.233	2.688.622
Fornecimento não faturado	1.084.923	-	-	1.084.923	993.699
Suprimento a outras concessionárias	-	21.062	3.698	24.760	25.642
Suprimento a outras concessionárias não faturado	249.050	-	-	249.050	283.061
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	283	223.322	10.801	234.406	381.150
Concessionários – transporte de energia faturado	72.562	11.747	90.439	174.748	159.194
Concessionários – transporte de energia não faturado	204.081	-	-	204.081	177.308
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(57.503)	(20.494)	(685.155)	(763.152)	(567.956)
	3.009.530	1.019.239	242.280	4.271.049	4.140.720
Ativo Circulante				4.195.075	3.885.392
Ativo não Circulante				75.974	255.328

	Controladora				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30/09/2018	31/12/2017
Fornecimento faturado (serviços de telecomunicações)	17.488	3.978	22.986	44.452	-
Fornecimento não faturado (serviços de telecomunicações)	3.438	-	-	3.438	-
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(22.288)	(22.288)	-
	20.926	3.978	698	25.602	-
Ativo Circulante				25.602	-

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota explicativa nº 29.

O ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

Consolidado	30/09/2018	31/12/2017
Residencial	147.319	160.482
Industrial	195.679	178.058
Comércio, serviços e outras	185.002	117.438
Rural	33.622	17.334
Poder público	101.840	11.984
Iluminação pública	5.461	4.740
Serviço público	26.499	10.187
Encargos de uso de rede - TUSD	67.730	67.733
	763.152	567.956

A movimentação do ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Consolidado	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	660.105
Constituições líquidas	191.343
Saldo em 30 de Setembro de 2017	851.448
Saldo em 31 de dezembro de 2017	567.956
Efeito da adoção inicial da IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 (1)	150.114
Constituições líquidas – efeito no resultado	227.789
Baixas	(182.707)
Saldo em 30 de Setembro de 2018	763.152

(1) A Companhia registrou, em 1º de janeiro de 2018, contra a rubrica de Lucros Acumulados, os efeitos decorrentes da adoção da norma IFRS 9/CPC 48. Mais detalhes na nota explicativa nº2 dessas Informações Contábeis intermediárias.

Adiantamento de clientes

A Cemig GT e Cemig D receberam de determinados clientes adiantamentos pela venda de energia, sendo que o saldo da obrigação referente a energia ainda não entregue está demonstrado a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	181.200
Adição	282.601
Baixa	(189.355)
Atualização financeira	37.666
Saldo em 30 de setembro de 2017	312.112
Saldo em 31 de dezembro de 2017	232.762
Baixa	(152.050)
Atualização financeira	9.184
Saldo em 30 de setembro de 2018	89.896

Os adiantamentos serão atualizados até o momento da efetiva entrega da energia pela Cemig GT e Cemig D nas condições a seguir:

Janeiro a Setembro/2018				Saldo em 30/09/2018	Saldo em 31/12/2017
Contraparte	Período previsto para faturamento da energia	Índice de atualização dos valores antecipados	Quantidade de Mwh a entregar		
BTG Pactual	-	1,57% a.m.	-	-	17.287
BTG Pactual	-	1,2% a.m.	-	-	25.633
Deal Comercializadora	-	1,2% a.m.	-	-	772
White Martins Gases Industriais Ltda	até mar/2019	124% do CDI	143.094	76.042	147.066
White Martins Gases Industriais Ltda (1)	até mar/2019	124% do CDI	-	13.854	42.004
				89.896	232.762

(1) Adiantamento em aberto na Cemig D, cujo objeto é a antecipação do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD, englobando as componentes de transporte, perdas e encargos.

A receita de venda de energia antecipada é reconhecida no resultado apenas quando ocorre a sua efetiva entrega.

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Circulante				
ICMS a recuperar	101.758	71.430	3.265	-
ICMS – antecipação (1)	754.513	-	-	-
PIS-PASEP	6.250	12.130	20	6
COFINS	31.123	56.023	107	37
Outros	17.423	34.207	100	-
	911.067	173.790	3.492	43
Não Circulante				
ICMS a recuperar	226.939	224.752	2.105	-
PIS-PASEP	43	569	3	2
COFINS	196	3.131	12	12
Outros	2.226	2.226	1.795	1.796
	229.404	230.678	3.915	1.810
	1.140.471	404.468	7.407	1.853

(1) Em 14 de setembro de 2018, foi emitido o Decreto nº 47.488 do Estado de Minas Gerais que estabeleceu que os pagamentos de ICMS relativos a novembro e dezembro de 2018 fossem recolhidos, antecipadamente, em 20 de setembro de 2018. O ICMS recolhido, nos montantes de R\$697.360 pela Cemig D e R\$55.854 pela Cemig GT, estão sendo atualizados pela Selic até a data do pagamento dos saldos remanescentes dos respectivos períodos de apuração, e teve como referência para pagamento o percentual de 75% do valor recolhido pela Cemig D e GT em agosto de 2018. Até os dias 7 de dezembro de 2018 e 8 de janeiro de 2019 serão pagos os valores remanescentes referentes aos tributos efetivamente apurados em novembro e dezembro de 2018, respectivamente, conforme previsto no Decreto. O saldo atualizado em 30 de setembro de 2018 é de R\$754.513, sendo R\$698.563 da Cemig D e R\$55.950 da Cemig GT.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após setembro de 2019.

Os créditos de PIS-PASEP e COFINS gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensados com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Circulante				
Imposto de renda	197.725	223.539	24.296	19.124
Contribuição social	123.710	116.035	2.432	598
	321.435	339.574	26.728	19.722
Não Circulante				
Imposto de renda	-	6.685	-	6.685
Contribuição social	7.651	13.932	7.651	13.932
	7.651	20.617	7.651	20.617
	329.086	360.191	34.379	40.339

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Ativos Fiscais Diferidos				
Prejuízo fiscal/base negativa	446.594	523.595	164.240	165.235
Provisões	1.116.269	1.092.557	551.465	527.166
Obrigações pós-emprego	1.224.173	1.179.257	153.356	144.176
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	276.975	207.415	8.161	7.775
Tributos com exigibilidade suspensa	-	14.093	-	-
Concessão onerosa	7.704	8.227	-	-
Ajuste a valor justo swap - Perda	2.007	12.923	-	-
Outros	38.386	14.212	5.631	-
Total	3.112.108	3.052.279	882.853	844.352
Passivos Fiscais Diferidos				
Custo de captação	(26.039)	(31.115)	-	-
Custo atribuído	(241.316)	(275.543)	-	-
Custo de aquisição de participações societárias	(450.137)	(463.573)	(85.740)	(87.613)
Encargos financeiros capitalizados	(167.427)	(165.582)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – lucro presumido	(926)	(785)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(767.931)	(937.485)	-	-
Valor justo instrumentos financeiros derivativos	(93.036)	(1.524)	-	-
Outros	(86.810)	(40.133)	(7.498)	-
Total	(1.833.622)	(1.915.740)	(93.238)	(87.613)
Total Líquido	1.278.486	1.136.539	789.615	756.739
Total do Ativo	1.930.774	1.871.228	789.615	756.739
Total do Passivo	(652.288)	(734.689)	-	-

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.215.247	789.318
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	101.362	(44.290)
Variações de tributos ativos e passivos diferidos	4.543	-
Saldo em 30 de Setembro de 2017	1.321.152	745.028
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.136.539	756.739
Incorporação Telecom	-	1.050
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados – operações em continuidade	91.117	41.998
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados – operações descontinuadas	(15.019)	(10.947)
Efeitos alocados no Patrimônio Líquido	68.586	-
Transferência para ativos mantidos para a venda	775	775
Variações de tributos ativos e passivos diferidos	(3.512)	-
Saldo em 30 de Setembro de 2018 (Reapresentado)	1.278.486	789.615

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set 2018 (Reapresentado)	Jan a Set 2017	Jan a Set 2018 (Reapresentado)	Jan a Set 2017
Resultado das operações em continuidade antes do imposto de renda e contribuição social	950.715	601.776	630.099	454.989
Imposto de renda e contribuição social	(323.243)	(204.604)	(214.234)	(154.696)
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	(40.311)	(34.968)	256.890	95.207
Contribuições e doações indedutíveis	(3.245)	(2.171)	(647)	-
Incentivo fiscal	17.170	4.053	160	66
Provisão desligamento voluntário	(502)	-	(36)	-
Diferença entre lucro presumido e lucro real	66.657	59.692	-	-
Multas indedutíveis	(8.910)	(10.077)	(36)	(11)
Excedente de reativos e ultrapassagem de demanda	-	(9.229)	-	-
Outros	4.270	(7.290)	(99)	1.195
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(288.114)	(204.594)	41.998	(58.239)
Imposto corrente	(379.231)	(305.956)	-	(13.949)
Imposto diferido	91.117	101.362	41.998	(44.290)
	(288.114)	(204.594)	41.998	(58.239)
Alíquota efetiva	30,30%	34,00%	6,67%	12,80%

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set 2018 (Reapresentado)	Jul a Set 2017	Jul a Set 2018 (Reapresentado)	Jul a Set 2017
Resultado das operações em continuidade antes do imposto de renda e contribuição social	347.533	(93.000)	226.615	(19.237)
Imposto de renda e contribuição social	(118.161)	31.620	(77.049)	6.541
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de JCP)	(23.678)	(44.064)	80.355	(71.617)
Contribuições e doações indedutíveis	(1.662)	(659)	(246)	-
Incentivo fiscal	11.187	(2.035)	135	23
Provisão desligamento voluntário	(356)	-	(22)	-
Diferença entre lucro presumido e lucro real	18.151	20.873	-	-
Multas indedutíveis	(1.946)	(1.672)	(1)	-
Excedente de reativos e ultrapassagem de demanda	-	(3.117)	-	-
Outros	(804)	8.388	257	462
Imposto de renda e contribuição social – crédito (despesa) efetivos	(117.269)	9.334	3.429	(64.591)
Imposto corrente	(182.812)	(13.234)	-	(11.416)
Imposto diferido	65.543	22.568	3.429	(53.175)
	(117.269)	9.334	3.429	(64.591)
Alíquota efetiva	33,74%	10,04%	1,51%	335,77%

10. FUNDOS VINCULADOS

O valor dos fundos vinculados, no montante de R\$113.041 (R\$106.227 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado e R\$93.112 (R\$87.872 em 31 de dezembro de 2017) na controladora, refere-se principalmente a valor depositado em instituição financeira, em conformidade com o acordo de acionistas da RME, como garantia para liquidação das opções de venda de participação nessa empresa. Mais informações sobre as opções de venda da RME estão apresentadas na nota explicativa nº 29 destas informações contábeis intermediárias.

11. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Em 25 de outubro de 2017, a Companhia assinou um Termo de Reconhecimento de Débitos junto ao Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Fazenda, por meio do qual o Estado se comprometeu a devolver à Companhia o montante total depositado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, referente à discussão administrativa quanto ao critério de atualização dos montantes repassados pelo Governo do Estado de Minas Gerais como adiantamento para futuro aumento de capital em anos anteriores.

O Termo de Reconhecimento de Débitos assinado entre as partes prevê a devolução por parte do Estado do montante de R\$294.390, sendo R\$239.445 relativo ao valor original do depósito e R\$61.775 relativo a sua atualização financeira, sendo R\$19.912 reconhecidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018. Este valor será devolvido à Companhia pelo Estado em 12 parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente pelo IGP-M até a data do efetivo desembolso, sendo a primeira parcela com vencimento em 10 de novembro de 2017. Adicionalmente, a Cláusula 3ª do referido Termo prevê que, em caso de mora ou inadimplemento por parte do Estado no pagamento das parcelas mensais e consecutivas acordadas, a Cemig está autorizada a proceder a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Até 30 de setembro de 2018 foram recebidos R\$46.290, correspondentes a duas parcelas, permanecendo um saldo a receber de R\$254.930 reconhecidos no ativo não circulante, em decorrência dos atrasos nas parcelas vencidas desde janeiro de 2018. A Administração da Companhia entende que não incorrerá em perdas na realização desses recebíveis, tendo em vista, inclusive, as garantias mencionadas acima, que a Companhia pretende executar em caso de não recebimento do valor acordado no termo de reconhecimento de débitos.

12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Trabalhista	346.176	303.699	38.796	35.270
Fiscais				
Imposto de renda sob JCP	27.574	26.861	259	244
PASEP/COFINS (1)	1.387.070	1.337.086	-	-
ITCD	50.573	48.981	50.134	48.541
IPTU	86.320	79.505	69.198	68.675
FINSOCIAL	38.205	37.170	38.205	37.170
IR/INSS - indenização do anuênio (2)	273.270	267.432	13.122	12.853
IRRF sobre lucro inflacionário	8.387	-	8.387	-
CSLL (3)	18.062	-	-	-
Outros	87.844	116.585	21.469	31.252
	1.977.305	1.913.620	200.774	198.735
Outros				
Regulatório	52.597	60.243	29.634	29.589
Responsabilidade civil	9.169	16.094	3.564	5.811
Relações de consumo	6.361	6.204	1.287	1.561
Bloqueio judicial	13.366	14.358	3.949	5.515
Outros	22.752	21.414	1.378	1.310
	104.245	118.313	39.812	43.786
	2.427.726	2.335.632	279.382	277.791

(1) Depósito judicial relativo ao questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PASEP/COFINS;

(2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 23 – Provisões (Indenização do Anuênio);

(3) Depósito judicial relativo ao processo que discute a autuação referente à tributação de CSLL dos valores das doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, das despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.

(4)

Inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS

Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base dessas contribuições. As controladas Cemig D e Cemig GT obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e mantiveram esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuarem a questionar judicialmente a base de cálculo, optaram por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese das controladas. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos as controladas adotaram os seguintes procedimentos:

- A Cemig GT reverteu a provisão no montante de R\$101.233, com efeito no lucro líquido do exercício de 2017, registrada como reversão de deduções à receita, no 4º trimestre daquele ano, remanescendo um depósito judicial no montante de R\$188.384 em 30 de setembro de 2018.
- A Cemig D, realizou a baixa dos passivos relativos a essas contribuições e constituiu um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores. Mais detalhes nota explicativa nº 19.

13. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST, são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

No período de janeiro a setembro de 2018, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$705.730 (R\$621.731 no mesmo período de 2017). Deste valor, a Cemig D tem a receber R\$82.470 (R\$73.345 em 31 de dezembro de 2017) e a Cemig GT R\$2.626 (R\$3.741 em 31 de dezembro de 2017), reconhecidos no ativo circulante.

14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Ativos Financeiros da Concessão - consolidado	30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
Ativos relacionados à infraestrutura (1)		
Concessões de distribuição	393.137	369.762
Indenização a receber – transmissão (1.1)	1.817.663	1.928.038
Concessões de transmissão – ativos remunerados por tarifa (1.2)	557.960	547.800
Indenizações a receber – geração (1.3)	816.734	1.900.757
Bonificação pela outorga – concessões de geração (1.4)	2.396.907	2.337.135
	5.982.401	7.083.492
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” CVA e outros componentes financeiros (2)	1.246.131	369.010
Total	7.228.532	7.452.502
Ativo Circulante	918.734	847.877
Ativo Não Circulante	6.309.798	6.604.625

Passivos Financeiros da Concessão - consolidado	30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (2)	41.383	414.800
Passivo Circulante	-	414.800
Passivo Não Circulante	41.383	-

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Transmissão	Geração	Distribuição	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.287.511	2.800.389	216.107	5.304.007
Adições	11.226	-	-	11.226
Transferência do imobilizado das usinas não renovadas (Volta Grande, Miranda e São Simão)	-	879.818	-	879.818
Baixas	(3.232)	-	(25)	(3.257)
Recebimentos	(142.105)	(172.368)	-	(314.473)
Transferência entre imobilizado/ativo financeiro/intangível	-	-	53.252	53.252
Ajuste da BRR dos ativos de transmissão	149.255	-	-	149.255
Ajuste indenização usinas não renovadas (Portaria nº 291) – incluindo a atualização financeira	-	259.516	-	259.516
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	-	-	2.278	2.278
Atualização financeira	146.494	240.420	-	386.914
Saldo em 30 de setembro de 2017	2.449.149	4.007.775	271.612	6.728.536
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.475.838	4.237.892	369.762	7.083.492
Adições	12.726	-	-	12.726
Recebimentos	(333.122)	(1.325.312)	-	(1.658.434)
Transferências entre imobilizado/ativo financeiro/intangível	40	-	19.696	19.736
Outras transferências	-	-	(50)	(50)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	11.977	-	-	11.977
Atualização financeira (1)	208.164	301.061	3.874	513.099
Baixas	-	-	(145)	(145)
Saldo em 30 de setembro de 2018	2.375.623	3.213.641	393.137	5.982.401

(1) A receita de atualização financeira da geração está apresentada líquida da baixa de R\$26.999 do custo atribuído das Usinas Miranda e São Simão, em decorrência do recebimento da indenização relativa aos projetos básicos destas usinas.

1) Ativos Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição e transmissão de energia elétrica e distribuição de gás das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

1.1) Transmissão - Indenização a Receber

Os contratos de concessão de transmissão da Cemig GT estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilização dos contratos de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

Em 22 de abril de 2016, o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria MME nº 120 definindo o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização. A Portaria determinou, ainda, que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas (“RAP”).

Em 16 de agosto de 2016, a ANEEL, através do Despacho nº 2.181, homologou o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização à Cemig GT, que foi registrado como um ativo financeiro, com prazo e taxa de juros específicos, de acordo com suas características.

O valor de indenização a ser recebido, atualizado até 30 de setembro de 2018, no montante de R\$1.817.663 (R\$1.928.038 em 31 de dezembro de 2017), corresponde aos créditos abaixo:

Parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017, no valor de R\$957.872 (R\$992.802 em 31 de dezembro de 2017) são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias, a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP, a partir de julho de 2017.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões, que corresponde a R\$399.796 em 30 de setembro de 2018 (R\$316.138 em 31 de dezembro de 2017), atualizado pela variação do IPCA.

A ANEEL, em atendimento à decisão judicial, através da Nota Técnica nº 183/2017-SGT/ANEEL, de 22 de junho de 2017, apresentou o novo cálculo excluindo os valores referentes ao custo do capital próprio. A Companhia entende que esta é uma decisão provisória e que o seu direito de receber os devidos valores referentes aos ativos da Rede Básica Sistema Elétrico – RBSE está assegurado pela Lei, de forma que não é necessário nenhum ajuste ao valor registrado até 30 de setembro de 2018.

Ajuste da BRR dos ativos de transmissão – Nota Técnica Aneel nº 183/2017

A ANEEL julgou devido o pleito da Companhia relativo à inclusão de alguns cabos condutores no cálculo tarifário e apurou as diferenças entre os valores de receita homologados nas revisões tarifárias de 23 de junho de 2009 e 08 de junho de 2010. Os novos valores calculados dos referidos condutores na Base de Remuneração de Ativos para o período compreendido entre julho de 2005 e dezembro de 2012 foram atualizados, tendo sido apurado o valor total de R\$149.255, a preços de julho de 2017, recebido pela Cemig GT em doze meses via RAP até junho de 2018.

Saldo remanescente a ser recebido através da RAP

O saldo remanescente, no valor de R\$459.995 em 30 de setembro de 2018 (R\$544.471 em 31 de dezembro de 2017), foi incorporado à Base de Remuneração de Ativos e está sendo recuperado via RAP.

A Companhia tem a expectativa de realização integral dos créditos a receber referentes à indenização dos ativos de transmissão.

1.2) Transmissão – Ativos remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 30 de setembro de 2018, o saldo a receber é de R\$557.960 (R\$547.800 em 31 de dezembro de 2017).

1.3) Geração - Indenização a Receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito a indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no Contrato de Concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído (“Deemed Cost”), estão reconhecidos no Ativo Financeiro e montam R\$816.734 em 30 de setembro de 2018 (R\$816.411 em 31 de dezembro de 2017).

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído
Lote D:				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras:				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguará	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710	2.258	3.243
		3.601,70	204.041	816.734

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Cemig GT, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à ANEEL e a Companhia e sua controlada não esperam perdas na realização desses ativos.

Em 30 de setembro de 2018, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$3.243 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Anel. A Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

Usinas Miranda e São Simão – projetos básicos

A Companhia recebeu em 31 de agosto de 2018 a indenização referente aos projetos básicos das Usinas São Simão e Miranda, no montante de R\$1.139.355, conforme previsto na Portaria MME nº 291/17. Os valores indenizados foram atualizados monetariamente pela variação da SELIC até a data do recebimento.

Usinas	Miranda	São Simão	Total
Término da concessão	dez/16	jan/15	
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico com base no Custo Atribuído em 31/12/2017	609.995	202.744	812.739
Ajuste (1)	174.157	40.855	215.012
Valores Portaria MME	784.152	243.599	1.027.751
Atualização	25.373	31.222	56.595
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico em 31/12/17	809.525	274.821	1.084.346
Atualização (2)	42.118	12.891	55.009
Recebimentos	(851.643)	(287.712)	(1.139.355)
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico em 30/09/18	-	-	-

(1) Ajuste do saldo não amortizado das concessões das Usinas São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17.

(2) A receita de atualização financeira está apresentada líquida da baixa de R\$26.999 do custo atribuído das Usinas Miranda e São Simão.

1.4) Bonificação pela outorga – Concessões de geração

Em junho de 2016 os Contratos de Concessão nº 08 ao 16/2016, referentes a 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015 vencido pela Cemig GT, tiveram as suas titularidades transferidas para as respectivas Sociedades de Propósitos Específicos – SPE's, subsidiárias integrais da Cemig GT, conforme demonstrado a seguir:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2017	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/09/2018
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.330.134	133.096	(99.914)	1.363.316
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	417.393	41.952	(31.510)	427.835
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	155.594	17.549	(13.396)	159.747
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	116.710	13.077	(9.973)	119.814
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	152.170	18.207	(14.032)	156.345
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	103.133	13.596	(10.655)	106.074
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	62.001	8.252	(6.477)	63.776
Total		2.337.135	245.729	(185.957)	2.396.907

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/09/2017
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.283.197	129.986	(92.612)	1.320.571
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	402.639	40.973	(29.207)	414.405
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	149.904	17.193	(12.418)	154.679
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	112.447	12.809	(9.244)	116.012
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	146.553	17.884	(13.007)	151.430
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	99.315	13.424	(9.876)	102.863
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	59.710	8.151	(6.004)	61.857
Total		2.253.765	240.420	(172.368)	2.321.817

A bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas foi de R\$2.216.353, sendo reconhecida como um ativo financeiro em função do direito incondicional de receber o valor pago com atualização pelo IPCA mais juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão. A energia das usinas está sendo comercializada na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

2) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros, devendo ser ressaltado que nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

BALANÇO PATRIMONIAL	30/09/ 2018			31/12/2017		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário (Reapresentado)	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários (Reapresentado)	Total (Reapresentado)	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	1.916.374	2.437.573	4.353.947	381.588	2.330.978	2.712.566
Ativo circulante	1.916.374	825.428	2.741.802	381.588	1.379.162	1.760.750
Ativo não circulante	-	1.612.145	1.612.145	-	951.816	951.816
Passivo	(1.847.178)	(1.302.021)	(3.149.199)	(796.388)	(1.961.968)	(2.758.356)
Passivo circulante	(1.805.795)	(569.134)	(2.374.929)	(796.388)	(1.220.637)	(2.017.025)
Passivo não circulante	(41.383)	(732.887)	(774.270)	-	(741.331)	(741.331)
Total circulante líquido	110.579	256.294	366.873	(414.800)	158.525	(256.275)
Total não circulante líquido	(41.383)	879.258	837.875	-	210.485	210.485
Total líquido	69.196	1.135.552	1.204.748	(414.800)	369.010	(45.790)

Componentes Financeiros	30/09/2018			31/12/2017		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário (Reapresentado)	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários (Reapresentado)	Total (Reapresentado)	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	506	76.998	77.504	(154.234)	(89.414)	(243.648)
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	38.931	14.097	53.028	9.058	23.448	32.506
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	3.601	10.098	13.699	2.332	1.306	3.638
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – PROINFA	5.069	-	5.069	(5.148)	1.513	(3.635)
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER	(403.515)	(269.637)	(673.152)	(40.105)	(586.413)	(626.518)
Energia elétrica comprada para revenda (1)	1.085.449	1.659.612	2.745.061	(90.616)	1.326.263	1.235.647
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia	(326.490)	(28.188)	(354.678)	8.357	(211.337)	(202.980)
Neutralidade da parcela A	84.812	4.797	89.609	(30.581)	74.076	43.495
Outros itens financeiros	(377.543)	(138.556)	(516.099)	(111.825)	-	(111.825)
Bandeiras tarifárias (2)	-	(161.323)	(161.323)	-	(134.008)	(134.008)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(41.624)	(32.346)	(73.970)	(2.038)	(36.424)	(38.462)
TOTAL	69.196	1.135.552	1.204.748	(414.800)	369.010	(45.790)

(1) O montante de CVA Energia constituída em 2018 após a Revisão Tarifária, para inclusão no reajuste de 2019, se deve principalmente ao aumento das despesas com compra de energia e cobertura do risco hidrológico, tendo em vista o aumento do preço da energia no mercado atacadista e a operação das usinas termelétricas, em função do baixo nível dos reservatórios.

(2) Faturamento de bandeiras tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

Abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(407.250)
Constituição líquida de passivos financeiros	222.233
Realização	(74.017)
Repasse da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(304.841)
Atualização Selic	(40.086)
Saldo em 30 de setembro de 2017	(603.961)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(45.790)
Constituição líquida de ativos financeiros	1.408.786
Realização	375.004
Outros – ressarcimento P&D	(114.782)
Repasse da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(453.650)
Atualização Selic	35.180
Saldo em 30 de setembro de 2018 (Reapresentado)	1.204.748

Repasse da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No período de janeiro a setembro de 2018, os repasses da conta bandeira totalizaram R\$453.650 (R\$304.841 de janeiro a setembro de 2017) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

15. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Investidas	Controle	Consolidado		Controladora	
		30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	4.799.070	4.793.832
Hidrelétrica Cachoeirão	Controlada em conjunto	49.954	57.957	-	-
Guanhães Energia	Controlada em conjunto	75.524	25.018	-	-
Hidrelétrica Pipoca	Controlada em conjunto	29.368	26.023	-	-
Retiro Baixo	Controlada em conjunto	168.253	157.773	-	-
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	651.980	576.704	-	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	992.434	866.554	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	Coligada	416.066	534.761	-	-
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	Coligada	481.470	582.504	-	-
Lightger	Controlada em conjunto	41.143	40.832	-	-
Baguari Energia	Controlada em conjunto	167.379	148.422	-	-
Renova	Controlada em conjunto	106.100	282.524	-	-
Aliança Geração	Controlada em conjunto	1.282.773	1.242.170	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	Controlada em conjunto	44.825	60.101	-	-
Central Eólica Volta do Rio	Controlada em conjunto	53.619	67.725	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	Controlada em conjunto	44.620	50.569	-	-
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	Controlada em conjunto	3.955	3.699	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	5.084.333	3.737.310
Light	Controlada em conjunto	1.474.056	1.534.294	1.039.247	1.083.140
TAESA	Controlada em conjunto	1.132.594	1.101.462	1.132.594	1.101.462
Cemig Telecom (3)	Controlada	-	-	-	247.313
Ativas Data Center	Coligada	18.891	17.450	18.891	-
Gasmig	Controlada	-	-	1.445.470	1.418.271
Rosal Energia	Controlada	-	-	117.053	106.897
Sá Carvalho	Controlada	-	-	86.974	102.536
Horizontes Energia	Controlada	-	-	46.406	53.165
Usina Térmica Ipatinga	Controlada	-	-	4.500	4.932
Cemig PCH	Controlada	-	-	89.810	96.944
LEPSA (1)	Controlada	-	-	439.898	455.861
RME	Controlada em conjunto	367.537	383.233	367.537	383.233
UTE Barreiro	Controlada	-	-	18.260	17.982
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	Controlada	-	-	13.709	18.403
Efficientia	Controlada	-	-	17.040	7.084
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída (4)	Coligada	9.067	-	-	-
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	Controlada	-	-	2.579	2.004
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Controlada em conjunto	19.502	20.584	19.502	20.584
Cemig Trading	Controlada	-	-	14.566	29.206
Axxiom Soluções Tecnológicas	Controlada em conjunto	5.985	11.866	5.985	11.866
Cemig Overseas (2)	Controlada	-	-	193	158
Total do Investimento		7.637.095	7.792.225	14.763.617	13.692.183

- (1) Em 30 de novembro de 2017, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da LEPSA, passando, então, a consolidar as informações financeiras desta controlada, cujo único ativo são as ações ordinárias e preferenciais da Light. Desta forma, a Companhia deixa de apresentar em suas demonstrações financeiras consolidadas o investimento anteriormente detido na LEPSA, passando a apresentar somente a participação detida na Light;
- (2) Empresa constituída na Espanha para avaliação de oportunidades de investimentos no exterior. Em 30 de setembro de 2018, a Empresa não possui operações;
- (3) Em 31 de março de 2018 a Cemig Telecom foi incorporada pela Companhia;
- (4) Sociedade de Propósito Específico (SPE) constituída pela Efficientia e pela GD Energia (empresa holding do Grupo Mori) com o propósito de desenvolver o projeto de uma usina fotovoltaica, a ser instalada no município de Janaúba-MG, com potência de 5 MW, que será arrendada aos consumidores da Cemig Distribuição, que preencherem as condições impostas pela Resolução Aneel 482/2012.

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção das participações na usina de Santo Antônio e Ativas Data Center, coligadas com influência significativa.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

CONTROLADORA						
Investidas	31/12/2016	Amortização	30/09/2017	31/12/2017	Amortização	30/09/2018
Cemig Geração e Transmissão	303.937	(10.278)	293.659	285.768	(10.001)	275.767
Retiro Baixo	29.525	(888)	28.637	28.344	(886)	27.458
Central Eólica Praias de Parajuru	19.341	(1.146)	18.195	16.503	(1.060)	15.443
Central Eólica Volta do Rio	13.807	(756)	13.051	11.035	(653)	10.382
Central Eólica Praias de Morgado	27.406	(1.542)	25.864	23.956	(1.457)	22.499
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	157.340	(4.467)	152.873	151.384	(4.467)	146.917
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	56.518	(1.479)	55.039	54.546	(1.478)	53.068
TAESA	288.146	(10.170)	277.976	188.745	(6.990)	181.755
Light	208.800	(16.772)	192.028	186.437	(16.772)	169.665
Gasmig	207.498	(5.934)	201.564	199.586	(5.934)	193.652
LEPSA	48.429	(3.798)	44.631	-	-	-
RME	48.429	(3.798)	44.631	43.365	(3.798)	39.567
TOTAL GERAL	1.105.239	(50.750)	1.054.489	903.901	(43.495)	860.406

CONSOLIDADO						
Investidas	31/12/2016	Amortização	30/09/2017	31/12/2017	Amortização	30/09/2018
TAESA	288.146	(10.170)	277.976	188.745	(6.990)	181.755
Light	208.800	(16.772)	192.028	186.437	(16.772)	169.665
Gasmig	207.498	(5.934)	201.564	199.586	(5.934)	193.652
LEPSA	48.429	(3.798)	44.631	-	-	-
RME	48.429	(3.798)	44.631	43.365	(3.798)	39.567
TOTAL	801.302	(40.472)	760.830	618.133	(33.494)	584.639

b) A movimentação dos Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, é a seguinte:

CONTROLADORA							
Investidas	31/12/2017	Equivalência Patrimonial (Resultado) (Reapresentado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes/Aquisição	Outros	30/09/2018 (Reapresentado)
Cemig Geração e Transmissão	4.793.832	5.238	-	-	-	-	4.799.070
Cemig Distribuição (2)	3.737.310	346.099	-	-	1.100.000	(99.076)	5.084.333
Cemig Telecom (1)	247.313	4.778	(416)	-	-	(251.675)	-
Ativas Data Center (1)	-	1.775	-	-	-	17.116	18.891
Rosal Energia	106.897	8.951	-	(16.342)	-	17.547	117.053
Sá Carvalho	102.536	14.160	-	(29.722)	-	-	86.974
Gasmig	1.418.271	108.507	-	(81.308)	-	-	1.445.470
Horizontes Energia	53.165	12.270	-	(19.029)	-	-	46.406
Cemig Geração Distribuída	4.932	(118)	-	(314)	-	-	4.500
Cemig PCH	96.944	23.613	-	(30.747)	-	-	89.810
LEPSA (2)	455.861	9.083	-	(2.963)	-	(22.083)	439.898
RME (2)	383.233	2.069	-	(1.200)	-	(16.565)	367.537
UTE Barreiro	17.982	278	-	-	-	-	18.260
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	18.403	39.357	-	(44.051)	-	-	13.709
Efficientia	7.084	1.117	-	(231)	9.070	-	17.040
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	2.004	795	-	(220)	-	-	2.579
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.584	3.722	-	(4.804)	-	-	19.502
Light (2)	1.083.140	7.942	-	(7.689)	-	(44.146)	1.039.247
Cemig Trading	29.206	39.948	-	(54.588)	-	-	14.566
Axxiom Soluções Tecnológicas	11.866	(5.881)	-	-	-	-	5.985
Taesá	1.101.462	156.333	-	(125.201)	-	-	1.132.594
Cemig Overseas	158	(7)	-	-	35	7	193
	13.692.183	780.029	(416)	(418.409)	1.109.105	(398.875)	14.763.617

- (1) A movimentação incluída na coluna de "Outros" decorre da incorporação da Cemig Telecom em Março de 2018. Mais detalhes na nota explicativa nº 1.
- (2) A movimentação incluída na coluna "Outros" decorre dos efeitos da adoção inicial, em 1º de janeiro de 2018, dos novos pronunciamentos contábeis CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 reconhecidos pelas investidas diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do período. Mais detalhes na nota explicativa nº 2.2.

Adiantamento para futuro aumento de capital na Cemig D

O Conselho de Administração da Cemig autorizou a transferência, à sua controlada Cemig Distribuição, o montante de até R\$2.750.000, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, por meio de deliberação em futura Assembleia Geral Extraordinária. Até 30 de setembro de 2018 o montante total repassado, na forma de AFAC, foi de R\$2.600.000.

CONSOLIDADO						
Investidas	31/12/2017	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Dividendos	Aportes/Aquisição	Outros	30/09/2018
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.584	3.722	(4.804)	-	-	19.502
Light (1)	1.534.294	17.514	(11.532)	-	(66.220)	1.474.056
Axiom Soluções Tecnológicas	11.866	(5.881)	-	-	-	5.985
RME (1)	383.233	2.069	(1.200)	-	(16.565)	367.537
Hidrelétrica Cachoeirão	57.957	8.347	(16.350)	-	-	49.954
Guanhães Energia	25.018	(564)	-	51.070	-	75.524
Hidrelétrica Pipoca	26.023	4.548	(1.203)	-	-	29.368
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	534.761	(118.779)	-	84	-	416.066
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	582.504	(101.034)	-	-	-	481.470
Lightger	40.832	2.090	(1.779)	-	-	41.143
Baguari Energia	148.422	22.515	(3.558)	-	-	167.379
Central Eólica Praias de Parajuru (2)	60.101	(7.483)	(7.793)	-	-	44.825
Central Eólica Volta do Rio	67.725	(14.106)	-	-	-	53.619
Central Eólica Praias de Morgado	50.569	(5.949)	-	-	-	44.620
Ativas Data Center	17.450	1.012	-	-	429	18.891
Taesá	1.101.462	156.333	(125.201)	-	-	1.132.594
Renova	282.524	(176.424)	-	-	-	106.100
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.699	(3.805)	-	4.061	-	3.955
Aliança Geração	1.242.170	40.603	-	-	-	1.282.773
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	576.704	33.107	-	42.169	-	651.980
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	866.554	55.699	-	70.181	-	992.434
Retiro Baixo	157.773	10.480	-	-	-	168.253
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	-	-	-	9.067	-	9.067
Total do Investimento	7.792.225	(75.986)	(173.420)	176.632	(82.356)	7.637.095

- (1) A movimentação incluída na coluna “Outros” decorre dos impactos oriundos da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis em 1º de janeiro de 2018 reconhecidos pelas investidas diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do período. Vide nota explicativa nº 2.2.
- (2) Distribuição extraordinária de dividendos com saldo de Reserva de Lucros.

CONTROLADORA							
Investidas	31/12/2016	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes	Outros	30/09/2017
Cemig Geração e Transmissão	4.583.195	525.407	(33.852)	-	100.000	-	5.174.750
Cemig Distribuição	2.499.867	(538.692)	-	-	-	-	1.961.175
Cemig Telecom	191.515	(12)	(680)	-	-	-	190.823
Rosal Energia	141.038	(7.907)	-	(30.968)	-	-	102.163
Sá Carvalho	106.111	19.360	-	(18.631)	-	-	106.840
Gasimig	1.419.492	88.634	-	(98.079)	-	-	1.410.047
Horizontes Energia	52.396	11.136	-	(7.818)	-	-	55.714
Usina Térmica Ipatinga	4.009	254	-	(335)	-	-	3.928
Cemig PCH	91.969	13.804	-	(10.065)	-	-	95.708
LEPSA	343.802	234	(1.876)	-	-	(127)	342.033
RME	340.063	128	(1.815)	-	-	(127)	338.249
Companhia Transleste de Transmissão	21.588	4.071	-	(1.265)	-	-	24.394
UTE Barreiro	39.266	(2.400)	-	924	-	-	37.790
Companhia Transudeste de Transmissão	20.505	3.095	-	-	-	-	23.600
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	20.154	26.679	-	(37.447)	-	-	9.386
Companhia Transirapé de Transmissão	23.952	3.615	-	-	-	-	27.567
Efficientia	4.868	3.304	-	(1.171)	-	-	7.001
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	1.867	559	-	(84)	-	-	2.342
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	21.171	3.828	-	(5.644)	-	-	19.355
Light	1.070.477	3.677	(5.442)	-	-	-	1.068.712
Cemig Trading	28.635	41.873	-	(55.555)	-	-	14.953
Axiom Soluções Tecnológicas	19.264	(6.530)	-	-	-	-	12.734
Taesá	1.582.633	126.862	-	(133.339)	-	-	1.576.156
Cemig Overseas	20	-	-	-	121	-	141
	12.627.857	320.979	(43.665)	(399.477)	100.121	(254)	12.605.561

CONSOLIDADO							
Investidas	31/12/2016	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Outros	30/09/2017
Companhia Transleste de Transmissão	21.588	4.071	-	(1.265)	-	-	24.394
Companhia Transudeste de Transmissão	20.505	3.095	-	-	-	-	23.600
Companhia Transirapé de Transmissão	23.952	3.615	-	-	-	-	27.567
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	21.171	3.828	-	(5.644)	-	-	19.355
Light	1.070.477	3.677	(5.442)	-	-	-	1.068.712
Axiom Soluções Tecnológicas	19.264	(6.530)	-	-	-	-	12.734
LEPSA	343.802	234	(1.876)	-	-	(127)	342.033
RME	340.063	128	(1.815)	-	-	(127)	338.249
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	8.950	-	(2.641)	-	-	56.720
Guanhães Energia (1)	-	(2.037)	-	-	86.280	(59.071)	25.172
Hidrelétrica Pipoca	31.809	3.228	-	(1.284)	-	-	33.753
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	643.890	(84.553)	-	-	-	-	559.337
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	677.182	(73.209)	-	-	-	-	603.973
Lightger	41.543	2.280	-	(2.569)	-	-	41.254
Baguari Energia	162.106	13.887	-	(30.274)	-	-	145.719
Central Eólica Praias de Parajuru	63.307	(1.293)	-	(406)	-	-	61.608
Central Eólica Volta do Rio	81.228	(5.439)	-	-	-	-	75.789
Central Eólica Praias de Morgado	59.586	(3.991)	-	-	-	-	55.595
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	527.498	(6.376)	-	-	46.707	-	567.829
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	781.022	(6.965)	-	-	76.686	-	850.743
Ativas Data Center	17.741	(1.950)	-	-	-	2.003	17.794
Taes	1.582.633	126.862	-	(133.339)	-	-	1.576.156
Renova	688.625	(50.048)	(33.852)	-	18.000	-	622.725
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	(581)	-	-	532	-	2.733
Aliança Geração	1.319.055	39.977	-	(51.576)	-	-	1.307.456
Retiro Baixo	161.848	8.460	-	(11.182)	-	-	159.126
Total do Investimento	8.753.088	(20.680)	(42.985)	(240.180)	228.205	(57.322)	8.620.126
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto (1)	(59.071)	-	-	-	-	59.071	-
Total	8.694.017	(20.680)	(42.985)	(240.180)	228.205	1.749	8.620.126

(1) Transferência do passivo a descoberto;

c) As principais informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Investidas	Quantidade de Ações	30/09/2018			31/12/2017		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido (Reapresentado)	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.600.000	4.799.070	100,00	1.837.710	4.793.832
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	101.946	49,00	35.000	118.280
Guanhães Energia	358.511.000	49,00	386.139	154.131	49,00	330.536	51.058
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	59.934	49,00	41.360	53.108
Retiro Baixo	222.850.000	49,90	222.850	282.155	49,90	222.850	257.880
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	41.410.158.283	49,00	1.205.315	1.222.271	49,00	1.119.255	1.065.628
Amazônia Energia (1) (Usina de Belo Monte)	1.281.030.446	74,50	1.323.660	1.332.127	74,50	1.229.600	1.163.160
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	11.343.088.100	18,13	10.310.341	4.139.327	18,13	9.546.672	5.327.114
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	83.965	49,00	79.232	83.331
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	241.223	69,39	186.573	213.895
Renova	417.197.244	36,23	2.919.019	292.852	36,23	2.919.019	779.808
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	1.990.320	45,00	1.291.488	1.857.905
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	70.560	49,00	70.560	88.976
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	88.238	49,00	117.230	115.694
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	45.145	49,00	52.960	54.312
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	19.390.114	49,00	19.390	8.071	49,00	11.102	7.549
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	2.771.998	5.084.333	100,00	2.771.998	3.737.310
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	3.336.522	26,06	2.225.822	3.461.971
Cemig Telecom (2)	-	-	-	-	100,00	292.399	247.313
Ativas Data Center	456.540.718	19,60	182.063	96.386	-	-	-
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	117.053	100,00	46.944	106.897
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	86.974	100,00	36.833	102.536
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	1.003.957	99,57	665.429	1.223.948
Horizontes Energia	39.257.563	100,00	39.258	46.406	100,00	39.258	53.165
Cemig Geração Distribuída	174.281	100,00	174	4.500	100,00	174	4.932
Cemig PCH	35.952.000	100,00	35.952	89.810	100,00	35.952	96.944
LEPSA	1.379.839.905	100,00	406.341	439.898	100,00	406.341	455.861
RME	1.365.421.406	75,00	403.040	437.293	75,00	403.040	453.157
UTE Barreiro	16.902.000	100,00	16.902	18.260	100,00	16.902	17.982
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	13.709	100,00	486	18.403
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	17.040	100,00	6.052	7.084
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	1.000.000	100,00	1.000	2.579	100,00	1.000	2.004
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	38.240	51,00	28.000	40.361
Cemig Trading	1.000.000	100,00	1.000	14.566	100,00	1.000	29.206
Axiom Soluções Tecnológicas	17.200.000	49,00	46.600	12.214	49,00	46.600	24.216
TAESA	1.033.496.721	21,68	3.042.034	4.514.276	21,68	3.042.034	4.346.746

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;

(2) Em 31 de março de 2018, a Cemig Telecom foi incorporada pela Companhia.

Em 30 de setembro de 2018, algumas controladas em conjunto apresentaram passivo circulante superior ao ativo circulante e/ou prejuízos acumulados relevantes, conforme segue:

Madeira Energia S.A. (“MESA”): No período findo em 30 de setembro de 2018, a MESA apresentou prejuízo de R\$1.187.787 e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$1.373.071, decorrente, principalmente, das contas “Fornecedores” e “Empréstimos e financiamentos”. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA está negociando a readequação do fluxo de pagamentos do serviço da dívida junto ao BNDES e bancos repassadores e a liberação de recursos da conta reserva, decorrente dessa readequação. O processo de reperfilamento da dívida está em fase adiantada de aprovação pelos credores e acionistas, restando, para sua conclusão, a definição de parte das garantias corporativas a serem oferecidas.

Renova Energia S.A. (“Renova”): No período findo em 30 de setembro de 2018, a Renova Energia apresentou prejuízo de R\$486.956, prejuízos acumulados de R\$2.681.546, bem como passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$172.078, e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com seus compromissos, inclusive de construção dos parques eólicos e solares.

Diante deste cenário, a Renova vem executando ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa e está trabalhando conjuntamente com seus sócios controladores em um novo plano de reestruturação, visando equacionar a estrutura de capital e honrar os seus compromissos. A Administração da Renova entende que, com o sucesso das medidas adotadas, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez.

Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova em 30 de setembro de 2018.

A Companhia está comprometida com os planos da Administração da investida e concluiu que, no presente momento, não existe indicativos de necessidade de complemento de provisão para *impairment* além daquele já registrado nas informações contábeis intermediárias da investida para o período findo em 30 de setembro de 2018, o qual foi reconhecido pela Companhia via equivalência patrimonial. A Companhia refletirá tempestivamente em suas demonstrações financeiras qualquer necessidade de complemento adicional de *impairment* desse investimento.

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (“MESA”) e do FIP Melbourne

A Companhia possui participação indireta de 18,13% na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.) de R\$897.536 em 30 de setembro de 2018 (R\$1.117.265 em 31 de dezembro de 2017).

A MESA e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituído pelos referidos gastos totalizava, em 30 de setembro de 2018, R\$21.019.315 (consolidado MESA), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, estão sendo absorvidos por meio das receitas, sendo que todas as unidades geradoras da Usina estão em operação.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas demonstrações financeiras da Companhia e da sua controlada Cemig GT.

Aumento de capital na Madeira Energia S.A.

Em 28 de agosto de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi aprovado um aumento de capital na MESA de até R\$972.512. No mesmo ato, os acionistas Furnas Centrais Elétricas S.A., Odebrecht Energia do Brasil S.A. e Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia subscreveram e integralizaram os créditos que detinham contra a MESA, no montante de R\$754.669, remanescendo um capital a subscrever de R\$217.843 relativo ao direito de subscrição da Companhia e da sua coligada indireta SAAG Investimento S.A..

Em 02 de outubro de 2018, em razão de a Cemig GT e da SAAG não terem exercido o seu direito de subscrição no aumento de capital mencionado, a acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. subscreveu e integralizou parcialmente as sobras verificadas, no montante de R\$85.000. Na mesma data, o Conselho de Administração da MESA homologou parcialmente o aumento de capital aprovado em 28 de agosto de 2018, no valor de R\$839.670. O total dos recursos aportados será totalmente destinado à integralização na Santo Antônio Energia S.A.. Com a homologação do aumento, o capital social da MESA passou a ser de R\$10.386.341 e as participações direta e indireta da Cemig GT passaram a ser de 8,44% e 6,86%, respectivamente.

Em AGE realizada em 03 de outubro de 2018, foi aprovado um novo aumento de capital na MESA de até R\$300.000. Na mesma data, a Cemig GT, a SAAG e Furnas Centrais Elétricas S.A. subscreveram ações no valor de R\$25.320, R\$26.068 e R\$124.620, respectivamente, integralizado em 05 de outubro de 2018. Os demais acionistas que não subscreveram ações, não exerceram o seu direito de preferência no aumento de capital aprovado, cujo prazo encerrou-se em 03 de novembro de 2018. Dessa forma, após a homologação do aumento, o capital social da MESA passou a ser de R\$10.562.350 e as participações direta e indireta da Cemig GT passaram a ser de 8,63% e 7,05%, respectivamente.

FID (Fator de Disponibilidade)

Em 31 de julho de 2015, o Tribunal Regional Federal da 1a Região julgou procedente o pedido da SAESA de antecipação da tutela recursal para suspender a exigência da aplicação do Fator de Disponibilidade (FID) em relação às unidades geradoras da UHE Santo Antônio não despachadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Referida decisão, que determinava à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e à Câmara Comercializadora de Energia Elétrica – CCEE que adotassem os procedimentos necessários à eficácia de tal decisão nas contabilizações e liquidações da referida Câmara, foi suspensa pelo STJ e em seguida foi reestabelecida, após deferimento da medida liminar em Reclamação Constitucional no STF. No entanto, em 10 de abril de 2018 o STF negou seguimento a Reclamação Constitucional, reestabelecendo os efeitos da decisão proferida pelo STJ. Em face da decisão do STF, a CCEE, após autorização da ANEEL, concordou com o parcelamento do débito referente ao Fator de Indisponibilidade, no valor de aproximadamente R\$ 738.000, que foi registrado no passivo da SAESA na rubrica de fornecedores, a ser pago em 36 parcelas iguais, a partir de setembro de 2018, acrescidas de atualização monetária e juros.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Cemig GT e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo através da qual a Cemig GT possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig GT e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R\$678.551, nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Investimento na usina de Belo Monte através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. A participação indireta da Cemig GT na NESA, através das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,74%.

A NESA vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, que resulta em situação de capital circulante líquido negativo de R\$2.791.888 em 30 de setembro de 2018. A conclusão das obras de construção da UHE Belo Monte, e consequente geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da investida em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como a obtenção de recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas e/ou de terceiros.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à ANEEL que, “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 30 de setembro de 2018 é de R\$632.000.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015 levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas demonstrações financeiras da Companhia e da sua controlada Cemig GT.

Investimento na Renova Energia S.A. (“Renova”)

Negociações Alto Sertão III

A Renova continua negociando a venda do Complexo Eólico Alto Sertão III e recebeu propostas não vinculantes para aquisição desse projeto de certos investidores, que estão em processo final de *due diligence*.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Em 19 de janeiro de 2018, a Renova respondeu a um ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais recebido em novembro de 2017 relacionado a investigação que está sendo conduzida por essa Autoridade Policial em determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores na Renova, incluindo a Cemig GT, e aportes efetuados pela mesma em determinados projetos em desenvolvimento em anos anteriores. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Renova solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente.

Adicionalmente, foi constituído um comitê de acompanhamento, composto por um conselheiro independente, pelo presidente do Conselho Fiscal e pelo presidente do Conselho de Administração, que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanharão a investigação interna.

Os trabalhos de investigação interna estão em andamento e não é possível até o presente momento mensurar eventuais efeitos desta investigação, bem como eventuais impactos nas informações contábeis intermediárias da Renova e da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2018.

Proposta não vinculativa da Taesa para a Centroeste

Em 16 de maio de 2018, a Companhia recebeu uma proposta não vinculante da Taesa para aquisição de 51% de participação acionária da Cemig na Companhia Centroeste de Minas Gerais S.A. – Centroeste, a qual encontra-se sob análise da Administração.

Descruzamento de ativos entre Cemig GT e Energimp

Em 17 de maio de 2018, foi celebrado, entre a controlada Cemig GT e a Energimp S.A. (“Energimp”), documento denominado “Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças” referente ao descruzamento das participações societárias atualmente detidas conjuntamente pela Cemig GT e pela Energimp nas empresas Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Parajuru”), Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”) e Central Eólica Praia de Morgado S.A. (“Morgado”).

O descruzamento de ativos será efetuado de forma que a totalidade das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social de Parajuru e de Volta do Rio passe a ser de titularidade integral da controlada Cemig GT e a totalidade das ações representativas do capital social de Morgado passe a ser de titularidade integral e exclusiva da Energimp.

O descruzamento foi aprovado pelo órgão de defesa da concorrência, CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), e encontra-se em processo de aprovação pelo banco financiador.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações que estão sendo realizadas na Companhia e em determinadas investidas, os órgãos de Governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos.

Considerando que os trabalhos ainda são preliminares, não é possível até o presente momento, mensurar eventuais efeitos destas análises, bem como eventuais impactos nas informações contábeis intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2018.

16. IMOBILIZADO

Consolidado	30/09/2018			31/12/2017		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos	224.921	(15.525)	209.396	224.924	(13.652)	211.272
Reservatórios, barragens e adutoras	3.282.064	(2.111.517)	1.170.547	3.284.948	(2.051.372)	1.233.576
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.112.168	(794.331)	317.837	1.116.990	(785.628)	331.362
Máquinas e equipamentos	2.246.233	(1.672.525)	573.708	2.935.643	(2.062.092)	873.551
Veículos	31.636	(26.752)	4.884	28.816	(25.711)	3.105
Móveis e utensílios	16.112	(12.488)	3.624	16.109	(12.714)	3.395
	6.913.134	(4.633.138)	2.279.996	7.607.430	(4.951.169)	2.656.261
Em curso						
Ativos em formação	129.604	-	129.604	106.049	-	106.049
Imobilizado líquido	7.042.738	(4.633.138)	2.409.600	7.713.479	(4.951.169)	2.762.310

Controladora	30/09/2018			31/12/2017		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos	82	-	82	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	408	(296)	112	-	-	-
Máquinas e equipamentos	5.840	(4.506)	1.334	3.627	(2.289)	1.338
Móveis e utensílios	2.238	(1.860)	378	657	(644)	13
	8.568	(6.662)	1.906	4.284	(2.933)	1.351
Em curso						
Ativos em formação	459	-	459	459	-	459
Imobilizado líquido - controladora	9.027	(6.662)	2.365	4.743	(2.933)	1.810

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adição	Baixa	Depreciação	Transferência p/ mantidos para venda	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 30/09/2018
Em serviço							
Terrenos	211.272	-	(3)	(1.873)	-		209.396
Reservatórios, barragens e adutoras	1.233.576	-	(2.046)	(61.129)	-	146	1.170.547
Edificações, obras civis e benfeitorias	331.362	-	(237)	(14.031)	-	743	317.837
Máquinas e equipamentos	873.551	-	(8.673)	(55.119)	(255.758)	19.707	573.708
Veículos	3.105	-	-	(1.050)	-	2.829	4.884
Móveis e utensílios	3.395	-	-	(268)	-	497	3.624
	2.656.261	-	(10.959)	(133.470)	(255.758)	23.922	2.279.996
Em curso	106.049	58.292	(1.152)	-	-	(33.585)	129.604
Imobilizado líquido	2.762.310	58.292	(12.111)	(133.470)	(255.758)	(9.663)	2.409.600

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas Jaguará, Miranda e Volta Grande (1)	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 30/09/2017
Em serviço							
Terrenos	278.650	-	(61.287)	-	(5.408)	-	211.955
Reservatórios, barragens e adutoras	1.761.013	-	(440.923)	300	(64.913)	371	1.255.848
Edificações, obras civis e benfeitorias	418.480	39	(68.971)	-	(14.546)	773	335.775
Máquinas e equipamentos	1.171.189	253	(297.471)	(5.343)	(69.864)	71.726	870.490
Veículos	4.230	-	-	-	(845)	-	3.385
Móveis e utensílios	3.408	58	-	-	(305)	-	3.161
	3.636.970	350	(868.652)	(5.043)	(155.881)	72.870	2.680.614
Em curso	138.106	53.533	(130)	(2.062)	-	(72.870)	116.577
Imobilizado líquido	3.775.076	53.883	(868.782)	(7.105)	(155.881)	-	2.797.191

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Incorporação Telecom (2)	Transferência p/ mantidos para venda	Transferências (2)	Depreciação	Baixa	Saldo em 30/09/2018
Em serviço							
Terrenos	-	82	-	-	-	-	82
Edificações, obras civis e Benfeitorias	-	116	-	-	(4)	-	112
Máquinas e equipamentos	1.338	262.137	(255.758)	-	(5.916)	(467)	1.334
Móveis e utensílios	13	406	-	-	(41)	-	378
	1.351	262.741	(255.758)	-	(5.961)	(467)	1.906
Em curso	459	9.025	-	(9.025)	-	-	459
Imobilizado líquido - controladora	1.810	271.766	(255.758)	(9.025)	(5.961)	(467)	2.365

- (1) Valores transferidos para a rubrica de Ativos de Concessão de Geração, referentes à Usinas Jaguará e Miranda, no montante de R\$799.117 e para Ativos Financeiros da Concessão, referentes à Usina Volta Grande, no montante de R\$70.252.
- (2) Refere-se à incorporação da subsidiária integral Cemig Telecom. O valor de R\$9.025 foi transferido para a conta estoque. Mais detalhes vide nota explicativa nº 1.

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,22% para o período de janeiro a 30 de setembro de 2018. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos são revisadas anualmente pela Administração.

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Cemig GT. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Cemig GT e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Cemig GT pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

Consórcio

A Cemig GT participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Cemig GT no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de Ativo Imobilizado e Intangível apresentadas.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/09/2018	31/12/2017
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	4,03	217.210	217.109
Depreciação acumulada	-	-	(97.202)	(90.649)
Total em operação			120.008	126.460
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	291	340
Total em construção			291	340

17. INTANGÍVEIS

A composição do saldo em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é como segue:

Consolidado	30/09/2018			31/12/2017		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	11.749	(2.495)	9.254	11.749	(1.990)	9.759
Concessão onerosa	19.169	(11.761)	7.408	19.169	(11.251)	7.918
Ativos de concessão	18.321.484	(7.835.802)	10.485.682	17.837.687	(7.402.296)	10.435.391
Outros	76.009	(63.613)	12.396	81.721	(64.533)	17.188
	18.428.411	(7.913.671)	10.514.740	17.950.326	(7.480.070)	10.470.256
Em curso	683.346	-	683.346	685.672	-	685.672
Intangível líquido	19.111.757	(7.913.671)	11.198.086	18.635.998	(7.480.070)	11.155.928

Controladora	30/09/2018			31/12/2017		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Direito de uso de softwares	12.405	(8.639)	3.766	3.789	(3.748)	41
Marcas e patentes	239	(8)	231	9	(7)	2
	12.644	(8.647)	3.997	3.798	(3.755)	43
Em curso	2.496	-	2.496	2.415	-	2.415
Intangível líquido	15.140	(8.647)	6.493	6.213	(3.755)	2.458

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adição	Baixa	Amortização	Transferência p/ mantidos para venda	Transferência (1)	Outras Transferências	Saldo em 30/09/2018
Em serviço								
Com vida útil definida								
Servidão	9.759	-		(505)	-	-	-	9.254
Concessão onerosa	7.918	-		(510)	-	-	-	7.408
Ativos de concessão	10.435.391	-	(17.326)	(495.152)	-	562.422	347	10.485.682
Outros	17.188	1.064	(114)	(3.967)	(6.947)	5.172		12.396
	10.470.256	1.064	(17.440)	(500.134)	(6.947)	567.594	347	10.514.740
Em curso	685.672	585.914	(1.548)	-	-	(586.692)	-	683.346
Intangível líquido - Consolidado	11.155.928	586.978	(18.988)	(500.134)	(6.947)	(19.098)	347	11.198.086

(1) O saldo residual das transferências, referem-se a saldos transferidos para o ativo financeiro.

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Baixa de Obrigações Especiais (2)	Usinas Jaguar, Volta Grande e Miranda	Baixa	Amortização	Transferência (1)	Saldo em 30/09/2017
Em serviço								
Com vida útil definida								
Servidão	10.434	-	-	-	-	(505)	-	9.929
Concessão onerosa	8.597	-	-	-	-	(510)	-	8.087
Ativos de concessão	9.247.923	-	17.069	-	(5.878)	(455.379)	1.147.413	9.951.148
Outros	17.430	-	-	(80)	-	(4.508)	2.497	15.339
	9.284.384	-	17.069	(80)	(5.878)	(460.902)	1.149.910	9.984.503
Em curso	1.535.296	747.868	-	-	(6.820)	-	(1.203.162)	1.073.182
Intangível líquido - consolidado	10.819.680	747.868	17.069	(80)	(12.698)	(460.902)	(53.252)	11.057.685

(1) O saldo residual das transferências, referem-se a saldos transferidos para o ativo financeiro.

(2) A baixa de obrigação especial de restituição decorre dos valores apurados pelo processo de encerramento dos contratos de financiamento e concessão de subvenção do programa luz para todos, com recursos oriundos da conta de desenvolvimento energético (CDE), e devolução dos recursos relacionados à reserva global de reversão (RGR).

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Incorporação Telecom (1)	Transferência p/ mantidos para venda	Transferência	Adição	Amortização	Saldo em 30/09/2018
Em serviço							
Com vida útil definida							
Direito de uso de softwares	41	11.716	(6.947)	(130)	-	(914)	3.766
Marcas e patentes	2	-	-	231	-	(2)	231
	43	11.716	(6.947)	101		(916)	3.997
Em curso	2.415	-	-	(101)	182	-	2.496
Intangível líquido - consolidado	2.458	11.716	(6.947)	-	182	(916)	6.493

(1) Em 31 de março a Cemig Telecom foi incorporada pela Companhia. Mais detalhes na nota explicativa nº 1.

Os ativos intangíveis de Servidão, Concessão Onerosa, Direito de Exploração de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear e considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida. Dentre as adições realizadas no período findo em 30 de setembro de 2018, está contemplado R\$23.508 (R\$56.851 no período de janeiro a setembro de 2017) a título de Encargos Financeiros Capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 20.

A taxa de amortização média anual é de 4,09% no período de janeiro a setembro de 2018. As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos por parte da Administração e refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos.

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão.

18. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Energia de curto prazo - CCEE	570.999	468.216
Encargos de uso da rede elétrica	125.363	153.146
Energia elétrica comprada para revenda	1.022.499	870.654
Itaipu binacional	295.951	240.220
Gás comprado para revenda	120.638	186.401
Materiais e serviços	309.255	424.120
	2.444.705	2.342.757

19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES, VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições e Valores a Restituir a Consumidores

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Circulante				
ICMS (I)	206.581	496.916	3.875	-
COFINS	130.644	126.065	738	2.484
PASEP	28.442	27.154	141	484
INSS	19.922	19.522	2.224	1.913
Outros	21.338	34.915	1.377	960
	406.927	704.572	8.355	5.841
Não Circulante				
COFINS	24.804	24.216	-	-
PASEP	4.037	3.983	-	-
	28.841	28.199	-	-
	435.768	732.771	8.355	5.841
Valores a serem restituídos a consumidores				
Não circulante				
PASEP/COFINS (II)	1.114.802	1.087.230	-	-
	1.114.802	1.087.230	-	-

(I) Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT

Em 2017 as controladas Cemig D e Cemig GT aderiram ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais para quitação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, atualizados e líquidos das reduções de multa e juros previstos na Lei Estadual nº 22.549 e decretos posteriores que instituíram as condições do parcelamento de débitos tributários.

As principais questões tributárias que implicaram na adesão da Cemig D ao PRCT estão relacionadas ao ICMS incidente sobre a subvenção da CDE no período de janeiro de 2013 a outubro de 2016 e ainda a classificação de condomínios residenciais na categoria comercial, com alteração na alíquota do ICMS, gerando divergência de interpretação em relação à autoridade tributária, no período de 2013 a 2015. O PRCT da Cemig D, no montante de R\$557.673, líquido da redução dos juros e multas em 90%, foi liquidado em 06 (seis) parcelas sucessivas, atualizadas pela taxa de 50% da Selic, tendo sido a 6ª parcela quitada em 02 de abril de 2018.

- (II) As obrigações de longo prazo de PASEP/COFINS contemplavam os valores referentes ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou-se por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia realizou a baixa dos passivos relativos a essas contribuições e constituiu um passivo potencial relativo ao ressarcimento a seus consumidores. Em 30 de setembro de 2018 esse passivo é de R\$1.114.802 (R\$1.087.230 em 31 de dezembro de 2017), que equivale ao valor atualizado dos depósitos judiciais realizados, no montante de R\$1.139.292 (R\$1.110.376 em 31 de dezembro de 2017), líquido de PASEP/COFINS incidente sobre a sua receita de atualização no montante de R\$24.490 (R\$23.146 em 31 de dezembro de 2017). O passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica, mantendo a neutralidade tarifária. A restituição aos consumidores dependerá do efetivo levantamento do depósito judicial e eventual definição de mecanismos de ressarcimento pela ANEEL. Não ocorreram efeitos no resultado decorrentes desta questão.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Circulante

	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Circulante		
Imposto de renda	70.609	88.152
Contribuição social	24.986	27.144
	95.595	115.296

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado			
				30/09/2018			31/12/2017
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - bônus diversos (1) (5)	2024	Diversas	US\$	4.196	28.435	32.631	22.933
Eurobonds (2)	2024	9,25%	USD	204.879	6.005.851	6.210.730	3.333.149
KFW (2)	2019	1,78%	EURO	2.702	-	2.702	4.383
(-) Custos de transação				(83)	(21.877)	(21.960)	(15.400)
(±) Recursos antecipados (3)				101	(35.341)	(35.240)	(47.690)
Dívida em moeda estrangeira				211.795	5.977.068	6.188.863	3.297.375
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A. (2)	2018	140,00% do CDI	R\$	-	-	-	742.364
Banco do Brasil S.A.(5)	2022	146,50% do CDI	R\$	19.402	483.125	502.527	500.193
Caixa Econômica Federal (5)	2018	119,00% do CDI	R\$	-	-	-	8.346
Caixa Econômica Federal (5)	2022	146,50% do CDI	R\$	22.239	604.394	626.633	626.667
Eletrobrás (5)	2023	UFIR + 6,00% a 8,00%	R\$	14.184	23.460	37.644	49.789
Grandes consumidores (5)	2024	IGP-DI + 6,00%	R\$	2.476	2.380	4.856	4.304
FINEP (2)	2018	TJLP+5,00% e TJLP+8,00%	R\$	-	-	-	2.359
Consórcio Pipoca (2)	2018	IPCA	R\$	185	-	185	185
Banco da Amazônia S.A. (2)	2018	CDI + 1,90%	R\$	129.115	-	129.115	121.470
Sonda (4)	2021	110,00% do CDI	R\$	-	44.773	44.773	41.993
Nota Promissória - 9ª emissão - série única (5)	2019	151,00% do CDI	R\$	15.876	400.000	415.876	-
(-) FIC Pampulha - Títulos de empresas controladas (7)				-	(16.564)	(16.564)	-
(-) Custos de Transação				(435)	(14.837)	(15.272)	(26.435)
Dívida em Moeda Nacional				203.042	1.526.731	1.729.773	2.071.235
Total de Empréstimos e Financiamento				414.837	7.503.799	7.918.636	5.368.610
Debêntures - 3ª emissão - 2ª série (2)	2019	IPCA + 6,00%	R\$	153.125	-	153.125	301.065
Debêntures - 3ª emissão - 3ª série (2)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	37.782	989.360	1.027.142	1.010.202
Debêntures - 5ª emissão - série Única (2)	2018	CDI + 1,70%	R\$	746.171	-	746.171	703.021
Debêntures - 6ª emissão - 1ª série (2)	2018	CDI + 1,60%	R\$	-	-	-	507.692
Debêntures - 6ª emissão - 2ª série (2)	2020	IPCA + 8,07%	R\$	16.502	15.976	32.478	32.093
Debêntures - 7ª emissão - série única (2)	2021	140,00% do CDI	R\$	313.688	842.668	1.156.356	1.683.557
Debêntures - 3ª emissão - 1ª série (5)	2018	CDI + 0,69%	R\$	-	-	-	447.114
Debêntures - 3ª emissão - 2ª série (5)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	547.124	1.021.015	1.568.139	1.537.147
Debêntures - 3ª emissão - 3ª série (5)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	28.620	909.292	937.912	920.197
Debêntures - 4ª emissão - série única (5)	2018	CDI + 4,05%	R\$	21.602	-	21.602	20.008
Debêntures - 5ª emissão - série única (5)	2022	146,50% do CDI	R\$	58.269	1.521.846	1.580.115	1.576.220
Debêntures (6)	2018	CDI + 1,60%	R\$	-	-	-	100.328
Debêntures (6)	2018	CDI + 0,74%	R\$	-	-	-	33.350
Debêntures (6)	2022	TJLP+1,82% (75%) e Selic+1,82% (25%)	R\$	33.037	99.341	132.378	155.377
Debêntures (6)	2019	116,50% do CDI	R\$	86	50.000	50.086	50.330
Debêntures (6)	2023	CDI + 1,50%	R\$	20.000	80.000	100.000	-
Debêntures - 2ª emissão - série única (4)	2019	128,50% do CDI	R\$	13.202	-	13.202	26.552
(-) FIC Pampulha - Títulos de empresas controladas (7)				(3.332)	-	(3.332)	(25.492)
(-) Custos de transação				(8.558)	(31.397)	(39.955)	(49.674)
Total de debêntures				1.977.318	5.498.101	7.475.419	9.029.087
Total geral consolidado				2.392.155	13.001.900	15.394.055	14.397.697

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora			
				30/09/2018			31/12/2017
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Sonda (3)	2021	110,00% do CDI	R\$	-	44.773	44.773	-
(-) Custos de transação				-	(487)	(487)	-
Total de empréstimos e financiamento				-	44.286	44.286	-
Debêntures 2ª emissão - série única (3)	2019	128,50% do CDI	R\$	13.202	-	13.202	-
(-) Custos de transação				(114)	-	(114)	-
Total de debêntures				13.088	-	13.088	-
Total geral controladora				13.088	44.286	57.374	-

- (1) Saldo Líquido da Dívida Reestruturada composta pelos Bônus ao Par e Bônus com Desconto com saldo de R\$196.647, deduzidos pelas Cauções dadas em garantias com saldo de R\$136.469. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;
- (2) Cemig Geração e Transmissão;
- (3) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds;
- (4) Cemig Controladora. Decorrente da Incorporação da Cemig Telecom;
- (5) Cemig Distribuição;
- (6) Gasmig;
- (7) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo vide Nota explicativa nº 28.

As debêntures de emissão das controladas são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig GT ou da Companhia, superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

Captações de recursos

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
Moeda estrangeira				
Eurobonds (1)	Julho de 2018	2024	9,25%	1.946.269
(-) Custos de transação				(7.876)
(±) Recursos antecipados (2)				9.625
Captação em Moeda Estrangeira				1.948.018
Moeda nacional				
Nota Promissória - 9ª emissão - série única (3)	Maio de 2018	2019	151% do CDI	400.000
Debêntures (4)	Agosto de 2018	2023	CDI + 1,50%	100.000
(-) Custos de transação				(4.140)
Captação em moeda nacional				495.860
Total de captações				2.443.878

- (1) Em julho de 2018, a Companhia realizou a liquidação financeira da reabertura dos Eurobonds emitidos originalmente em 05 de dezembro de 2017, no montante de US\$ 500 milhões, correspondente a R\$1,946 bilhão, com cupom semestral de 9,25% a.a., e vencimento de principal em dezembro de 2024;
- (2) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds;
- (3) Em maio de 2018, ocorreu a 9ª Emissão de Notas Promissórias pela Cemig D, com o prazo de vigência de 1,5 ano, remuneração anual de 151% do CDI que será amortizada em parcela única em 24 de outubro de 2019. Os recursos líquidos oriundos da captação serão destinados para a recomposição do caixa da Companhia e reforço do seu capital de giro.
- (4) Em agosto de 2018, a Gasmig concluiu a 7ª Emissão de Debêntures, com prazo de 5 anos, remunerado pelo CDI + 1,50%, com amortização anual a partir de agosto de 2019. Os recursos captados serão utilizados para recomposição do caixa.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 30 de setembro de 2018, é garantido da seguinte forma:

	Jan a Set/2018
Nota Promissória, Aval e Fiança	10.764.465
Recebíveis	2.902.058
Ações	1.567.802
Sem garantia	159.730
TOTAL	15.394.055

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Moedas									
Euro	2.462	240	-	-	-	-	-	-	2.702
Dólar Norte-Americano	209.075	-	-	-	-	-	6.034.286	-	6.243.361
Total por moedas	211.537	240	-	-	-	-	6.034.286	-	6.246.063
Indexadores									
IPCA (1)	116.808	666.530	845.353	844.616	563.705	227.323	227.323	227.323	3.718.981
UFIR/RGR (2)	4.474	12.910	11.209	3.407	3.265	2.379	-	-	37.644
CDI (3)	959.272	1.025.428	766.790	1.176.021	1.452.145	20.000	-	-	5.399.656
URTJ/TJLP (4)	7.552	22.967	23.111	22.777	22.875	-	-	-	99.282
IGP-DI (5)	2.079	437	437	517	554	554	278	-	4.856
Total por Indexadores	1.090.185	1.728.272	1.646.900	2.047.338	2.042.544	250.256	227.601	227.323	9.260.419
(-) Custos de transação	(959)	(14.173)	(12.564)	(15.849)	(11.228)	(179)	(22.056)	(179)	(77.187)
(±) Recursos antecipados	101	-	-	-	-	-	(35.341)	-	(35.240)
Total Geral	1.300.864	1.714.339	1.634.336	2.031.489	2.031.316	250.077	6.204.490	227.144	15.394.055

Controladora	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Indexadores									
CDI (3)	5.669	7.533	-	44.773	-	-	-	-	57.975
Total por indexadores	5.669	7.533	-	44.773	-	-	-	-	57.975
(-) Custos de transação	(49)	(65)	-	(487)	-	-	-	-	(601)
Total geral	5.620	7.468	-	44.286	-	-	-	-	57.374

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
(2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
(3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
(4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ);
(5) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação % Acumulada no período de janeiro a setembro 2018	Variação % Acumulada no período de janeiro a setembro de 2017	Indexador	Variação % Acumulada no período de janeiro a setembro de 2018	Variação % Acumulada no período de janeiro a setembro de 2017
Dólar Norte-Americano	21,04	(2,80)	IPCA	3,34	1,78
Euro	17,26	8,86	CDI	4,81	8,03
			TJLP	(6,29)	(6,67)

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.179.280	-
Empréstimos e financiamentos obtidos	60.870	-
Custo de transação	(762)	-
Financiamentos Obtidos Líquidos	60.108	-
Variação monetária	74.656	-
Variação cambial	(823)	-
Encargos financeiros provisionados	1.217.735	-
Amortização do Custo de Transação	41.090	-
Encargos financeiros pagos	(998.967)	-
Amortização de financiamentos	(1.506.459)	-
Subtotal	14.066.620	-
(-) FIC Pampulha - títulos de empresas controladas	(11.045)	-
Saldo em 30 de setembro de 2017	14.055.575	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	14.397.697	-
Saldo de empréstimos advindo da incorporação da Cemig Telecom	-	65.032
Empréstimos e financiamentos obtidos	2.446.269	-
Custo de transação	(12.016)	-
Recursos antecipados	9.625	-
Financiamentos Obtidos Líquidos	2.443.878	65.032
Variação monetária	110.031	-
Variação cambial	781.297	-
Encargos financeiros provisionados	967.940	2.260
Amortização do custo de transação	26.323	285
Encargos financeiros pagos	(834.053)	(787)
Amortização de financiamentos	(2.504.654)	(9.416)
Subtotal	15.388.459	57.374
(-) FIC Pampulha - títulos de empresas controladas	5.596	-
Saldo em 30 de setembro de 2018	15.394.055	57.374

Encargos Financeiros Capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

As controladas Cemig D e Gasmig transferiram para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Encargos de empréstimos e financiamentos	967.940	1.217.735
Encargos financeiros no intangível (1)	(23.508)	(56.851)
Efeito líquido no resultado	944.432	1.160.884

(1) A taxa média de capitalização foi de 9,60% a.a. em 2018 (15,03%a.a. em 2017).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados para fins da Demonstração do Fluxo de Caixa, nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros com medição semestral, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Emissora	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de debêntures Cemig GT (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 2017 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2017 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral
Eurobonds Cemig GT (2)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 31/12/2017 5,5 em 30/06/2018 5,0 em 31/12/2018 5,0 em 30/06/2019 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 5,0 em 31/12/2017 5,0 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral
Cédula de Crédito Bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e 5ª Emissão de Debêntures Cemig D (3)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 7,5 em 31/12/2017 7,5 em 30/06/2018 4,5 em 31/12/2018 3,8 em 30/06/2019 3,8 em 31/12/2019 3,3 em 30/06/2020 3,3 em 31/12/2020 3,3 em 30/06/2021 3,3 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 31/12/2017 4,5 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Semestral
	Índice de Liquidez Corrente	Manter índice igual ou maior a: 0,6x em 31/12/2017 em diante	Manter índice igual ou maior a: 0,6x em 31/12/2017 em diante	
Debêntures	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total)	Menor que 0,6	-	Anual
	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	Anual
GASMIG (4)	EBITDA/Resultado Financeiro Líquido	Igual ou maior que 2,5	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 2,5	-	Anual
9ª Emissão de Nota Promissória Cemig D	Dívida líquida / (Ebitda + dividendos recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 7,5 em 30/06/2018 4,5 em 31/12/2018 3,8 em 30/06/2019	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 3,25 em 30/06/2019	Semestral
	Índice de liquidez corrente	Manter índice igual ou maior a: 0,6x em 30/06/2018 em diante	Manter índice igual ou maior a: 0,6x em 30/06/2018 em diante	

(1) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões;

(2) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2%a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um covenant “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 1,75x (2,0 x em dez/17) e um covenant “de incorrência” de dívida com garantia real na Cemig GT em relação ao EBITDA de 1,5x;

(3) As Cédulas de Crédito Bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal foram aditadas em dezembro de 2017 e passaram a exigir Covenants semestrais conforme descrito acima. A 5ª Emissão de Debêntures foi emitida com exigibilidade de cumprimento dos Covenants;

(4) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados das data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (cross default).

Eurobonds - Ultrapassagem de Franquia

Em 10 de outubro de 2018, a Cemig GT, no âmbito de sua emissão de Eurobonds, comunicou ao agente fiduciário da emissão (“trustee”) a excepcional e momentânea ultrapassagem da franquia de montante de investimentos passíveis de serem efetuados - cláusula de Limitação de Pagamentos Restritos (“Limitation on Restricted Payments”) ressaltando que, caso fosse solicitada a regularização do limite, a situação seria revertida no prazo de cura estabelecido no próprio contrato de emissão dos bonds.

Referido evento decorre de operação de mútuo concedido pela Cemig GT para a Cemig Distribuição, em 18 de setembro de 2018, no montante de R\$ 630 milhões, a ser pago em duas parcelas com vencimento em novembro e dezembro de 2018, respectivamente, sendo que a primeira amortização deverá resultar no reenquadramento das condições previstas na cláusula “*Limitation on Restricted Payments*”. Assim que efetuado o pagamento, a Cemig GT utilizará os recursos para pré-pagar dívidas existentes, acelerando o processo de desalavancagem em curso.

Para a realização do mútuo, a Cemig GT utilizou recursos disponíveis oriundos da indenização dos ativos não amortizados ou não depreciados relativos aos Projetos Básicos das Usinas São Simão e Miranda, no valor total de R\$1,14 bilhão, recebida em 31 de agosto de 2018.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia destaca que todos os demais covenants permanecem em conformidade, em especial, a relação Dívida Líquida / Lajida.

21. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
Passivo		
Reserva Global de Reversão - RGR	27.172	36.591
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	123.023	206.022
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.329	2.154
Eficiência Energética	280.073	223.767
Pesquisa e Desenvolvimento	209.792	233.398
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.123	2.696
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	3.918	5.066
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	7.004	6.612
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	5.693	15.172
Encargo de Capacidade Emergencial	30.994	30.996
Outros	5.855	16
	697.976	762.490
Passivo Circulante	418.594	512.673
Passivo Não Circulante	279.382	249.817

22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2016	257.933	95.655	2.452	41.424	397.464
Despesa reconhecida no resultado	20.338	7.828	207	3.490	31.863
Contribuições pagas	(5.838)	(4.898)	(118)	(278)	(11.132)
Passivo líquido em 30 de setembro de 2017	272.433	98.585	2.541	44.636	418.195
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017	333.484	111.568	2.659	11.786	459.497
Despesa reconhecida no resultado	23.750	8.080	193	961	32.984
Contribuições pagas	(6.505)	(4.998)	(116)	(254)	(11.873)
Passivo líquido em 30 de setembro de 2018	350.729	114.650	2.736	12.493	480.608
				30/09/2018	31/12/2017
Passivo Circulante				13.097	12.974
Passivo Não Circulante				467.511	446.523

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2016	1.679.154	1.710.787	37.549	813.921	4.241.411
Despesa reconhecida no resultado	130.471	141.947	3.128	66.472	342.018
Contribuições pagas	(118.638)	(76.868)	(1.816)	(5.768)	(203.090)
Passivo líquido em 30 de setembro de 2017	1.690.987	1.775.866	38.861	874.625	4.380.339
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017	2.068.355	1.809.441	38.505	269.880	4.186.181
Despesa reconhecida no resultado	143.951	136.741	2.859	20.281	303.832
Contribuições pagas	(132.218)	(81.622)	(1.849)	(6.820)	(222.509)
Passivo líquido em 30 de setembro de 2018	2.080.088	1.864.560	39.515	283.341	4.267.504
				30/09/2018	31/12/2017
Passivo Circulante				243.057	231.894
Passivo Não Circulante				4.024.447	3.954.287

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$250.328 (R\$293.617 no período de janeiro a setembro de 2017), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$53.504 (R\$48.401 no mesmo período de 2017).

Dívida pactuada com o fundo de Pensão - FORLUZ

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possui registrada uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$672.083 (R\$720.498 em 31 de dezembro de 2017). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia e suas controladas mantem o registro integral da dívida, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contratos de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

A FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015 e 2016. Em 30 de setembro de 2018, o montante total a ser pago pela Companhia e suas controladas em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$380.022 (R\$283.291 em 31 de dezembro de 2017), com amortizações mensais até 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor dos instrumentos são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia e suas controladas ficarão dispensadas do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

23. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2018
Trabalhistas	473.874	73.200	(39.590)	(26.533)	480.951
Cíveis					
Relações de consumo	18.632	14.227	(362)	(12.821)	19.676
Outras ações cíveis	43.105	7.685	(12.765)	(7.562)	30.463
	61.737	21.912	(13.127)	(20.383)	50.139
Tributárias	57.048	524	(6.075)	(328)	51.169
Ambientais	45	1.146	-	(27)	1.164
Regulatórias	39.812	14.048	-	(1.295)	52.565
Outras	45.597	6.436	(3.778)	(790)	47.465
Total	678.113	117.266	(62.570)	(49.356)	683.453

	Consolidado				
	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2017
Trabalhistas	349.273	191.670	(3.657)	(47.727)	489.559
Cíveis					
Relações de consumo	14.741	11.856	(1.320)	(11.855)	13.422
Outras ações cíveis	40.443	7.844	(238)	(4.274)	43.775
	55.184	19.700	(1.558)	(16.129)	57.197
Tributárias	69.922	6.033	(3.632)	(588)	71.735
Ambientais	39	4	-	-	43
Regulatórias	43.100	2.833	(13.811)	(766)	31.356
Societárias	239.445	-	(239.445)	-	-
Outras	58.054	8.863	-	(2.834)	64.083
Total	815.017	229.103	(262.103)	(68.044)	713.973

	Controladora					
	31/12/2017	Incorporação da Cemig Telecom	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2018
Trabalhistas	38.603	22	4.101	(3.402)	(4.101)	35.223
Cíveis					-	
Relações de consumo	1.024	-	915	-	(598)	1.341
Outras ações cíveis	958	-	2.913	-	(2.790)	1.081
	1.982	-	3.828	-	(3.388)	2.422
Tributárias	7.473	-	139	(87)	(17)	7.508
Regulatórias	13.959	-	5.336	-	(959)	18.336
Outras	1.177	-	129	(67)	(17)	1.222
Total	63.194	22	13.533	(3.556)	(8.482)	64.711

	Controladora				
	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2017
Trabalhistas	34.928	15.569	(3.016)	(6.039)	41.442
Cíveis					-
Relações de consumo	1.435	8	(26)	(8)	1.409
Outras ações cíveis	3.238	771	(31)	(44)	3.934
	4.673	779	(57)	(52)	5.343
Tributárias	8.869	4.170	(2.817)	(255)	9.967
Regulatórias	21.614	-	(4.241)	-	17.373
Societárias	239.445	-	(239.445)	-	-
Outras	466	714	(1)	(45)	1.134
Total	309.995	21.232	(249.577)	(6.391)	75.259

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira da Companhia e de suas controladas.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.792.967 (R\$1.854.257 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$480.951 foram provisionados (R\$473.874 em 31 de dezembro de 2017), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$65.672 (R\$56.017 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$19.676 (R\$18.632 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$239.962 (R\$218.455 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$30.463 (R\$43.105 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é, aproximadamente, de R\$178.905 (R\$159.109 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$41.541 (R\$43.970 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Adicionalmente às questões acima, a Companhia e suas controladas são partes em diversas ações judiciais em que se discutem a não incidência do Imposto Territorial Urbano – IPTU, relativamente aos imóveis afetos à concessão do serviço público. O valor da contingência é de R\$131.880 (R\$121.948 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$9.628 foram provisionados (R\$13.078 em 31 de dezembro de 2017), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$14.981 (R\$68.097 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$1.164 foram provisionados (R\$45 em 31 de dezembro de 2017), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$242.157 (R\$222.434 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$52.565 (R\$39.812 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Societárias

Diferença na atualização monetária do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais

Em 19 de dezembro de 2014, a Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais encaminhou Ofício à Cemig solicitando o recálculo dos valores relativos ao AFAC realizado em 1995, 1996 e 1998, devolvidos ao Estado de Minas Gerais em dezembro de 2011, para que o critério utilizado para a correção monetária fosse revisto pela Companhia, argumentando que a aplicação da taxa Selic seria a mais adequada, em substituição ao IGP-M.

Em 29 de dezembro de 2014, a Companhia realizou um depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Estado, bem como a não inscrição do débito em dívida ativa e no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais (CADIN).

A Administração da Companhia desenvolveu tratativas com o Governo do Estado de Minas Gerais e obteve as aprovações requeridas por seus órgãos de governança para, em 25 de outubro de 2017, assinar Termo de Reconhecimento de Débitos junto ao Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Fazenda, por meio do qual o Estado se comprometeu a devolver à Companhia o montante total depositado, atualizado monetariamente pelo IGP-M. Diante deste novo cenário, a probabilidade de perda dessa discussão foi reavaliada para remota, e desta forma a Companhia reverteu a provisão de R\$239.445, face a inexistência de expectativa de desembolso de caixa futuro para liquidar a obrigação até então provisionada. Mais detalhes na nota explicativa nº 11.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$35.332 (R\$31.987 em 31 de dezembro de 2017), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

A Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$166.743 (R\$170.158 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$12.133 foram provisionados (R\$13.655 em 31 de dezembro de 2017), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia e suas controladas pagaram uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia e suas controladas impetraram mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, que atualizado representa o valor de R\$273.270 (R\$267.432 em 31 de dezembro de 2017), registrado na conta de depósitos vinculados a litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$300.061 (R\$311.138 em 31 de dezembro de 2017) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados (PLR), programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.379.747 (R\$1.647.343 em 31 de dezembro de 2017). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$139.038 (R\$274.836 em 31 de dezembro de 2017) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. O processo foi baixado em função de decisão favorável à Companhia, com trânsito em julgado. Em 31 de dezembro de 2017 o valor da contingência era de R\$576.386.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada, em conjunto com a Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, através da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$219.256 (R\$212.393 em 31 de dezembro de 2017) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$340.517 (R\$322.196 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a sua controlada Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$1.048.957 (R\$1.224.274 em 31 de dezembro de 2017), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$310.268 (R\$287.515 em 31 de dezembro de 2017). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Cemig GT classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Cemig GT é associada, obteve liminar sustando os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Cemig GT efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig GT e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região, que aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$220.050 (R\$201.586 em 31 de dezembro de 2017). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Cemig GT concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$296.500 (R\$275.458 em 31 de dezembro de 2017). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Cemig GT invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Cemig GT interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$144.628 (R\$126.664 em 31 de dezembro de 2017).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$85.535 (R\$79.378 em 31 de dezembro de 2017).

Outros Passivos Contingentes

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$410.210 (R\$397.897 em 31 de dezembro de 2017) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

Desequilíbrio Contratual

A Cemig D é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos por terceiros decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos, o que ocasionou desequilíbrio econômico dos contratos. O montante estimado é de R\$284.810 (R\$261.281 em 31 de dezembro de 2017) e nenhuma provisão foi constituída. A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Cemig D é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$88.028 (R\$79.985 em 31 de dezembro de 2017). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Cemig GT é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$26.958 (R\$26.149 em 31 de dezembro de 2017) e nenhuma provisão foi constituída. A Cemig GT classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de setembro de 2018, o Capital Social da Companhia é de R\$7.293.763, representado por 487.614.213 ações ordinárias e 971.138.388 preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00. Em 31 de dezembro de 2017, o Capital Social da Companhia era de R\$6.294.208, representado por 420.764.708 ações ordinárias e 838.076.946 preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00.

(a) Aumento de capital na Cemig

Em 26 de outubro de 2017, os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovaram por unanimidade a proposta do Conselho de Administração referente ao aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de até 199.910.947 novas ações, com valor nominal de R\$5,00 cada, fazendo jus aos mesmos direitos concedidos às ações da mesma classe que originaram o aumento do capital.

Foi subscrito pelos acionistas o valor de R\$1.215.223 até 31 de dezembro de 2017, correspondendo a 184.965.518 ações, ao preço de R\$6,57 por ação. As sobras não subscritas foram de 14.945.429, sendo 13.129.679 ON e 1.815.750 PN.

Em 21 de março de 2018, a Cemig alienou a totalidade das sobras das ações não subscritas, por meio de oferta pública de lote único e indivisível e que resultou em um volume financeiro de R\$110.700. Foram alienadas 13.129.679 sobras de ações ON em um valor médio de R\$7,30, no total de R\$95.773, e 1.815.750 sobras de ações PN em um valor médio de R\$8,22, no valor total de R\$14.927.

Concluindo a operação, em 23 de abril de 2018, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital da Companhia no valor de R\$999.555, passando o capital de R\$6.294.208 para R\$7.293.763, mediante a emissão de 199.910.947 novas ações, com valor nominal de R\$5,00 cada, sendo 66.849.505 ordinárias e 133.061.442 preferenciais.

O valor subscrito pelos acionistas foi de R\$1.324.773, sendo que a diferença entre o aumento de capital e o valor subscrito, no valor de R\$325.218 foi destinado para Reserva de Capital.

(b) Lucro por ação

Considerando o aumento de capital em 23 de abril de 2018 descrito acima, o cálculo do lucro básico e diluído é apresentado a seguir:

	Quantidade de ações			
	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017	Jul a Set/18	Jul a Set/17
Ações ordinárias já capitalizadas	487.614.213	420.764.708	487.614.213	420.764.708
Ações em tesouraria	(69)	(69)	(69)	(69)
	<u>487.614.144</u>	<u>420.764.639</u>	<u>487.614.144</u>	<u>420.764.639</u>
Ações preferenciais já capitalizadas	971.138.388	838.076.946	971.138.388	838.076.946
Ações em tesouraria	(560.649)	(560.649)	(560.649)	(560.649)
	<u>970.577.739</u>	<u>837.516.297</u>	<u>970.577.739</u>	<u>837.516.297</u>
Total	<u>1.458.191.883</u>	<u>1.258.280.936</u>	<u>1.458.191.883</u>	<u>1.258.280.936</u>

Lucro básico e diluído por ação

	Jan a Set/2018 (Reapresentado)	Jan a Set/2017	Jul a Set/18 (Reapresentado)	Jul a Set/17
Lucro líquido (prejuízo) (A)	698.249	397.182	244.540	(83.666)
Total de ações (B)	1.458.191.883	1.258.280.936	1.458.191.883	1.258.280.936
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação – operações em continuidade (R\$)	<u>0,46</u>	<u>0,32</u>	<u>0,16</u>	<u>(0,06)</u>
Lucro básico e diluído por ação – operações descontinuadas (R\$)	0,02	-	0,01	-
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - (R\$)	<u>0,48</u>	<u>0,32</u>	<u>0,17</u>	<u>(0,06)</u>

As ações que foram subscritas no aumento de capital ocorrido em 23 de abril de 2018 foram integralmente consideradas no cálculo do lucro básico e diluído para o período de janeiro a setembro de 2018, tendo em vista que a proposta de subscrição de novas ações foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária em 26 de outubro de 2017 e essas novas ações já tinham potencial de subscrição desde essa última data, conforme deliberado pelos acionistas.

Considerando que as ações subscritas e capitalizadas têm direito aos dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, caso estas tivessem sido consideradas no cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação relativo aos períodos findos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2017, o resultado do mesmo seria R\$0,2724 e R\$-0,0574, respectivamente.

As opções de compra e venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 29 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

(c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(234.519)	(234.519)
Controlada e controlada em conjunto		
Variação de valor justo de ativo financeiro de controlada em conjunto	-	139
Ajustes de conversão de balanço	545	398
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(1.241.560)	(1.241.144)
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	87	87
	(1.475.447)	(1.475.039)
Custo atribuído de ativos imobilizados (1)	613.585	638.517
Ajustes de avaliação patrimonial	(861.862)	(836.522)

- 1) A variação do saldo do custo atribuído de ativos imobilizados, ocorrida em 2018, está líquida da reversão dos tributos diferidos sobre o custo atribuído da controlada Rosal Energia, no montante de R\$17.547, em decorrência da mudança do critério de tributação desta controlada de lucro real para o lucro presumido, assim como ajustes realizados por outras investidas no montante de R\$26.

25. RECEITA

A composição da Receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado	
	Jan a Set/2018 (Reapresentado)	Jan a Set/2017
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	18.163.647	17.387.754
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD (b)	1.419.958	1.230.623
CVA e Outros componentes financeiros (c)	1.783.790	148.216
Receita de transmissão		
Receita de concessão de transmissão (d)	310.293	221.422
Receita de construção de transmissão (e)	12.726	11.226
Receita de indenização de transmissão (g)	208.164	295.749
Receita de indenização de geração (h)	82.331	259.516
Receita de construção de distribuição (e)	579.480	725.528
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (j)	3.875	2.277
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga (f)	245.730	240.420
Transações com energia na CCEE (i)	189.123	536.507
Fornecimento de gás	1.452.427	1.305.636
Multa por violação de padrão indicador de continuidade (1)	(31.596)	-
Outras receitas operacionais (k)	1.191.275	1.097.001
Impostos e encargos incidentes sobre a receita (l)	(8.816.972)	(8.308.094)
Receita operacional líquida	16.794.251	15.153.781

	Consolidado	
	Jul a Set/18 (Reapresentado)	Jul a Set/17
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	6.927.638	5.815.621
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD (b)	605.618	330.147
CVA e Outros componentes financeiros (c)	633.118	480.112
Receita de transmissão		
Receita de concessão de transmissão (d)	103.711	43.985
Receita de construção de transmissão (e)	7.994	4.201
Receita de indenização de transmissão (g)	61.645	25.894
Receita de indenização de geração (h)	47.868	259.516
Receita de construção de distribuição (e)	200.569	291.519
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (j)	809	766
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga (f)	88.749	89.944
Transações com energia na CCEE (i)	29.157	111.330
Fornecimento de gás	553.448	484.491
Multa por violação de padrão indicador de continuidade (1)	(5.915)	-
Outras receitas operacionais (k)	417.832	379.369
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (l)	(3.419.959)	(3.181.073)
Receita operacional líquida	6.252.282	5.135.822

(1) Conforme mencionado na nota explicativa 2.2, a partir de 1º de janeiro de 2018, esses valores passaram a ser reconhecidos como redução da receita ao invés de despesas operacionais, conforme alteração constante do Pronunciamento CPC 47/IFRS 15.

Para detalhes sobre as receitas de operações descontinuadas, vide nota explicativa nº 30.

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Residencial	7.648.175	7.489.980	6.268.428	5.797.313
Industrial	13.134.700	13.162.944	3.588.856	3.633.866
Comércio, serviços e outros	6.195.337	5.581.213	3.381.247	3.218.839
Rural	2.777.694	2.769.082	1.325.571	1.203.749
Poder público	641.551	644.621	409.581	389.945
Iluminação pública	1.038.236	1.030.199	424.413	397.147
Serviço público	977.151	977.757	463.169	430.943
Subtotal	32.412.844	31.655.796	15.861.265	15.071.802
Consumo Próprio	33.083	26.946	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	86.454	(44.741)
	32.445.927	31.682.742	15.947.719	15.027.061
Suprimento a outras concessionárias (2)	8.768.341	9.167.876	2.251.991	1.289.188
Suprimento não faturado líquido	-	-	(36.063)	1.071.505
Total	41.214.268	40.850.618	18.163.647	17.387.754

	MWh (1)		R\$	
	Jul a Set/18	Jul a Set/17	Jul a Set/18	Jul a Set/17
Residencial	2.497.296	2.456.908	2.402.379	1.878.293
Industrial	4.581.890	4.458.794	1.333.933	1.210.358
Comércio, serviços e outros	1.996.913	1.776.377	1.236.950	982.345
Rural	1.057.426	1.016.897	577.424	424.366
Poder público	207.162	207.967	157.262	120.600
Iluminação pública	349.429	354.299	172.248	132.691
Serviço público	323.919	338.415	186.888	144.190
Subtotal	11.014.035	10.609.657	6.067.084	4.892.843
Consumo próprio	9.602	8.896	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	38.312	(10.305)
	11.023.637	10.618.553	6.105.396	4.882.538
Suprimento a outras concessionárias (2)	3.160.972	3.427.498	783.975	401.091
Suprimento não faturado líquido	-	-	38.267	531.992
Total	14.184.609	14.046.051	6.927.638	5.815.621

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétrica do Lote D do Leilão nº 12/2015.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição que estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário. Mais informações na nota explicativa nº 14.

d) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Concessão de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção da rede de linhas de transmissão pertencentes ao Sistema Nacional Interligado – SIN, denominada Rede Básica, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, sendo adicionado ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos, no montante de R\$11.977 no período de janeiro a setembro de 2018.

e) Receita de Construção

As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção. Os custos da construção da infraestrutura efetuados pela Companhia são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas na medida em que são incorridos, até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa. Considerando que o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

f) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 14 destas Informações Contábeis Intermediárias.

g) Receita de Indenização de Transmissão

No período de janeiro a setembro de 2018, a Companhia reconheceu receita no valor de R\$208.164 (R\$295.749 no mesmo período de 30 de setembro de 2017) correspondente à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização de transmissão a receber. Mais detalhes vide nota explicativa nº 14.

h) Receita de Indenização de Geração

No período de janeiro a setembro de 2018, a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$82.331 (R\$259.516 no período de janeiro a setembro de 2017) referente à atualização do saldo do ativo financeiro relativo à indenização das Usinas São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 14.

i) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

j) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos.

k) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Serviço taxado	9.543	7.723
Serviço de telecomunicações (1)	1.424	111.342
Prestações de serviços	136.620	116.167
Subvenções (2)	837.243	769.505
Aluguel e arrendamento	65.137	88.869
Ressarcimento de energia descontratada (3)	135.727	-
Outras	5.581	3.395
	1.191.275	1.097.001

	Consolidado	
	Jul a Set/18	Jul a Set/17
Serviço taxado	3.743	3.124
Serviço de telecomunicações (1)	1.424	38.520
Prestações de serviços	46.180	40.635
Subvenções (2)	290.336	266.485
Aluguel e arrendamento	22.577	30.531
Ressarcimento de energia descontratada (3)	51.635	-
Outras	1.937	74
	417.832	379.369

- (1) Em decorrência da classificação de determinados ativos de telecomunicações como mantidos para venda, houve segregação das receitas das operações descontinuadas. Mais informações vide nota explicativa nº 30;
- (2) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela ELETROBRAS;
- (3) R\$84.092 refere-se a ressarcimento de energia descontratada acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição, em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica (CCEAR), o valor será liquidado em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela SELIC; e, R\$51.635 refere-se a ressarcimento de energia descontratada acordado entre a Renova e Cemig GT em função da suspensão pela Renova do fornecimento de energia contratada do período de julho a dezembro/18. Os adiantamentos efetuados pela Cemig GT relacionados a esse período serão liquidados em uma única parcela em janeiro/19 atualizada a 155% do DI divulgado pela CETIP.

I) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	Jan a Set/2018 (Reapresentado)	Jan a Set/2017
Tributos sobre a Receita		
ICMS	4.093.112	4.470.557
COFINS	1.882.429	1.654.269
PIS-PASEP	406.686	359.137
Outros	5.497	5.942
	6.387.724	6.489.905
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR (recuperação de despesa)	14.902	9.418
Programa de Eficiência Energética – PEE	48.328	37.422
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.835.412	1.326.946
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	28.716	26.914
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	28.716	26.914
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	14.359	13.457
Encargos do Consumidor - PROINFA	29.620	29.626
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	19.415	22.983
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	35.299	66.449
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	374.481	258.060
	2.429.248	1.818.189
	8.816.972	8.308.094

	Consolidado	
	Jul a Set/2018 (Reapresentado)	Jul a Set/2017
Tributos sobre a Receita		
ICMS	1.575.191	1.819.209
COFINS	711.820	584.676
PIS-PASEP	154.537	126.932
Outros	1.786	2.115
	2.443.334	2.532.932
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR (recuperação de despesas)	4.490	9.468
Programa de Eficiência Energética – PEE	18.484	11.732
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	654.452	467.576
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	10.077	7.927
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	10.077	7.927
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	5.039	3.963
Encargos do Consumidor - PROINFA	10.177	10.049
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	6.820	6.347
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	7.587	21.527
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	249.422	101.625
	976.625	648.141
	3.419.959	3.181.073

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição dos custos e despesas operacionais da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Pessoal (a)	988.381	1.275.667	29.168	38.796
Participação dos empregados e administradores no resultado	22.821	25.777	5.926	1.195
Obrigações pós-emprego - nota 22	250.328	293.617	30.352	29.482
Materiais	74.419	43.306	1.101	89
Serviços de terceiros (b)	752.835	680.569	17.319	6.796
Energia elétrica comprada para revenda (c)	8.576.061	7.685.392	-	-
Depreciação e amortização	619.104	616.783	761	351
Provisões e ajustes para perdas operacionais (d)	402.118	558.793	71.952	104.037
Encargos de uso da rede básica de transmissão	1.140.903	791.339	-	-
Gás comprado para revenda	897.903	789.861	-	-
Custos de construção de infraestrutura (e)	592.206	736.754	-	-
Outras despesas operacionais líquidas (f)	263.141	311.581	9.089	6.940
	14.580.220	13.809.439	165.668	187.686

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/18	Jul a Set/17	Jul a Set/18	Jul a Set/17
Pessoal (a)	308.141	358.505	9.201	17.730
Participação dos empregados e administradores no resultado	94	886	-	233
Obrigações pós-emprego - nota 22	80.931	101.589	9.993	10.010
Materiais	40.713	16.198	337	23
Serviços de terceiros (b)	262.489	233.805	7.916	3.194
Energia elétrica comprada para revenda (c)	3.493.463	2.942.974	-	-
Depreciação e amortização	207.804	205.983	545	115
Provisões (reversões) operacionais (d)	134.799	188.875	(6.237)	88.726
Encargos de uso da rede básica de transmissão	332.323	387.078	-	-
Gás comprado para revenda	341.445	304.698	-	-
Custos de construção de infraestrutura (e)	208.563	295.720	-	-
Outras despesas operacionais líquidas (f)	111.533	124.127	1.741	(979)
	5.522.298	5.160.438	23.496	119.052

Para detalhes sobre os custos e despesas de operações descontinuadas, vide nota explicativa nº 30.

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em março de 2018, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2018), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na Companhia até 31 de dezembro de 2018. O PDVP 2018 teve o seu período de adesão entre 02 a 30 de abril de 2018. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional. No período de janeiro a setembro de 2018, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2018, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$25.666, correspondente à adesão de 151 empregados.

No período de janeiro a setembro de 2017, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2017, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$197.326, correspondente à adesão de 1.151 empregados.

b) Serviços de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	99.260	106.647	-	-
Comunicação	59.324	49.163	8.456	239
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	220.610	186.971	15	84
Conservação e limpeza de prédios	82.299	78.739	555	496
Mão de obra contratada	16.901	9.252	110	-
Fretes e passagens	5.088	5.434	1.360	1.357
Hospedagem e alimentação	8.612	9.842	144	151
Vigilância	15.475	16.358	-	-
Consultoria	5.198	11.792	1.422	737
Manutenção/conservação de móveis utensílios	2.376	2.448	14	1
Tecnologia da informação	34.509	34.289	2.874	771
Manutenção e conservação de veículos	1.554	1.381	1	-
Corte e religação	37.847	23.528	-	-
Meio ambiente	7.800	10.058	-	-
Serviços advocatícios	17.777	13.122	2.191	535
Custas processuais	1.502	2.010	-	43
Poda de árvores	17.137	14.727	-	-
Limpeza de faixa	27.561	10.176	-	-
Reprografia e publicações legais	14.997	16.949	408	200
Inspeção de unidades consumidoras	6.690	118	-	-
Outras despesas (recuperação de despesa)	70.318	77.565	(231)	2.182
	752.835	680.569	17.319	6.796

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2018	Jul a Set/2017	Jul a Set/2018	Jul a Set/2017
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	33.722	35.430	-	-
Comunicação	23.379	15.074	6.248	126
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	68.562	60.119	3	63
Conservação e limpeza de prédios	29.534	28.637	261	71
Mão de obra contratada	6.072	4.146	8	-
Fretes e passagens	1.874	2.066	644	418
Hospedagem e alimentação	2.996	3.405	47	51
Vigilância	5.350	5.422	-	-
Consultoria	335	3.992	524	33
Manutenção/conservação de móveis utensílios	1.025	832	1	1
Tecnologia da informação	12.011	10.137	1.549	143
Manutenção e conservação de veículos	509	457	1	-
Corte e religação	15.122	11.196	-	-
Meio ambiente	3.141	1.848	-	-
Serviços advocatícios	6.676	4.321	1.731	95
Custas processuais	516	780	-	8
Poda de árvores	7.220	5.760	-	-
Limpeza de faixa	13.869	6.126	-	-
Reprografia e publicações legais	6.377	7.098	74	141
Inspeção de unidades consumidoras	2.016	61	-	-
Outras despesas	22.183	26.898	(3.175)	2.044
	262.489	233.805	7.916	3.194

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Energia de Itaipu Binacional	1.007.675	933.603
Contratos por cotas de garantia física	500.876	343.458
Cotas das Usinas de Angra I e II	200.135	182.832
Energia de curto prazo	1.662.386	1.180.780
PROINFA	239.543	225.965
Contratos bilaterais	357.532	269.943
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	2.558.096	2.201.909
Energia adquirida no ambiente livre	2.865.557	3.086.096
Créditos de PASEP-COFINS	(815.739)	(739.194)
	8.576.061	7.685.392

	Consolidado	
	Jul a Set/2018	Jul a Set/2017
Energia de Itaipu Binacional	374.255	316.786
Contratos por cotas de Garantia Física	189.251	119.006
Cotas das Usinas de Angra I e II	66.712	60.944
Energia de curto prazo	733.160	408.859
PROINFA	79.847	75.321
Contratos bilaterais	145.781	121.552
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado	1.077.340	824.699
Energia adquirida no ambiente livre	1.150.075	1.299.536
Créditos de PASEP-COFINS	(322.958)	(283.729)
	3.493.463	2.942.974

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/18	Jan a Set/17	Jan a Set/18	Jan a Set/17
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	227.789	191.343	-	-
Perdas estimadas em outros créditos a receber (1)	(4.934)	-	-	-
Provisão (reversão) para Contingências (2)				
Trabalhistas	33.610	188.013	699	12.553
Cíveis	8.785	18.142	3.828	722
Tributárias	(5.551)	2.401	52	1.353
Ambientais	1.146	4	-	-
Regulatórias	14.048	(10.978)	5.336	(4.241)
Outras	2.658	8.864	62	713
	54.696	206.446	9.977	11.100
	277.551	397.789	9.977	11.100
Ajustes para perdas				
Opção de venda/compra – Ativas e Sonda (nota 29)	-	102	-	-
Opção de venda RME e LEPSA (nota 29)	61.975	92.937	61.975	92.937
Opção de venda SAAG (nota 29)	62.592	67.965	-	-
	124.567	161.004	61.975	92.937
	402.118	558.793	71.952	104.037

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/18	Jul a Set/17	Jul a Set/18	Jul a Set/17
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	60.232	50.458	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências (2)				
Trabalhistas	36.670	10.288	(10.185)	532
Cíveis	(3.743)	8.745	2.283	833
Tributárias	(2.345)	5.565	65	3.961
Ambientais	1.115	1	-	-
Regulatórias	3.979	(143)	1.627	(2.162)
Outras	984	2.230	52	256
	36.660	26.686	(6.158)	3.420
	96.892	77.144	(6.158)	3.420
Variação de Valor Justo de Derivativos				
Opção de venda Sonda (Nota 29)	-	61	-	-
Opção de venda RME e LEPSA (nota 29)	(79)	85.306	(79)	85.306
Opção de venda SAAG (Nota 29)	37.986	26.364	-	-
	37.907	111.731	(79)	85.306
	134.799	188.875	(6.237)	88.726

- (1) A perda estimada para outros créditos a receber é apresentada na demonstração de resultado como despesa operacional.
- (2) As provisões para contingências da controladora são apresentadas na demonstração dos resultados do período consolidado como despesas operacionais.

e) Custo de Construção de Infraestrutura

	Consolidado	
	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Pessoal e administradores	51.840	38.297
Materiais	222.111	334.851
Serviços de terceiros	255.383	300.244
Outros	62.872	63.362
	592.206	736.754

	Consolidado	
	Jul a Set/18	Jul a Set/17
Pessoal e administradores	17.780	14.143
Materiais	72.497	151.691
Serviços de terceiros	91.294	109.061
Outros	26.992	20.825
	208.563	295.720

f) Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Arrendamentos e aluguéis	69.130	77.095	3.722	2.616
Propaganda e publicidade	4.476	14.331	209	276
Consumo próprio de energia elétrica	20.453	15.581	-	-
Subvenções e doações	13.333	9.457	2.296	-
Concessão onerosa	2.068	2.264	-	-
Seguros	5.065	6.042	1.184	1.693
Anuidade CCEE	5.460	6.017	1	1
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	14.817	44.876	468	-
FORLUZ – Custeio Administrativo	21.291	19.607	929	970
Agentes arrecadadores	56.558	52.664	-	-
Multa por violação de padrão indicador de continuidade (1)	-	24.755	-	-
Impostos e taxas	7.870	6.645	586	636
Baixas (2)	26.999	-	-	-
Outras despesas	15.621	32.247	(306)	748
	263.141	311.581	9.089	6.940

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2018	Jul a Set/2017	Jul a Set/2018	Jul a Set/2017
Arrendamentos e aluguéis	23.766	32.188	1.525	1.142
Propaganda e publicidade	1.383	6.017	51	100
Consumo próprio de energia elétrica	6.978	4.768	-	-
Subvenções e doações	6.764	2.933	985	-
Concessão onerosa	622	735	-	-
Seguros	1.422	1.613	404	386
Anuidade CCEE	1.709	1.972	-	-
Prejuízo líquido na desativação e alienação de bens	7.122	39.538	-	-
FORLUZ – Custeio administrativo	6.709	6.574	325	325
Agentes arrecadadores	21.160	17.377	-	-
Multa por violação de padrão Indicador de continuidade (1)	-	3.895	-	-
Impostos e taxas	1.112	1.259	106	93
Baixas (2)	26.999	-	-	-
Outras despesas	5.787	5.258	(1.655)	(3.025)
	111.533	124.127	1.741	(979)

- (1) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2, a partir de 1º de janeiro de 2018 esses valores passaram a ser reconhecidos como redução da receita ao invés de despesas operacionais, conforme alteração constante do Pronunciamento CPC 47/IFRS 15.
- (2) Baixa do custo atribuído das Usinas Miranda e São Simão, em decorrência do recebimento da indenização relativa aos projetos básicos destas usinas.

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2018 (Reapresentado)	Jan a Set/2017	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	80.958	171.530	7.383	39.214
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	259.680	193.057	71	-
Variações cambiais	-	20.207	-	-
Variação monetária	14.735	27.125	27	1.968
Variação monetária - CVA	35.180	-	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	32.308	86.464	19.337	44.696
PASEP e COFINS incidente sobre as receitas financeiras	(33.571)	(35.529)	(4.309)	(8.704)
Ganhos com instrumentos financeiros – swap (nota 29)	322.847	-	-	-
Outras	139.325	87.211	6.453	7.719
	851.462	550.065	28.962	84.893
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e financiamentos	(944.432)	(1.160.884)	(2.260)	-
Amortização do custo de transação	(26.323)	(41.090)	(285)	-
Variações cambiais – empréstimos e financiamentos	(781.297)	(741)	-	-
Variações cambiais – Itaipu Binacional	(44.283)	(11.787)	-	-
Variação monetária – empréstimos e financiamentos	(110.031)	(74.655)	-	-
Variação monetária – Concessão Onerosa	(3.354)	737	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego	(53.504)	(48.401)	(2.632)	(2.381)
Variação monetária - CVA	-	(40.086)	-	-
Variação monetária - AFAC	-	239.445	-	239.445
Atualização financeira – adiantamento de clientes	(9.184)	(37.666)	-	-
Outras	(66.384)	(96.823)	(8.280)	(511)
	(2.038.792)	(1.271.951)	(13.457)	236.553
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(1.187.330)	(721.886)	15.505	321.446

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2018 (Reapresentado)	Jul a Set/2017	Jul a Set/2018	Jul a Set/2017
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	39.108	46.037	2.452	10.505
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	91.730	55.134	27	-
Variações cambiais	-	2.618	-	-
Variação monetária	3.239	13.132	19	400
Variação monetária - CVA	23.894	-	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	17.085	63.317	7.076	43.744
PASEP e COFINS incidente sobre as receitas financeiras	(13.527)	(13.207)	(2.008)	(4.648)
Ganhos com instrumentos financeiros – swap (nota 29)	142.767	-	267	-
Outras	58.499	34.133	2.337	1.874
	362.795	201.164	10.170	51.875
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e financiamentos	(341.469)	(333.034)	(1.104)	-
Amortização do custo de transação	(10.775)	(11.263)	(131)	-
Variações cambiais – empréstimos e financiamentos	(227.019)	6.309	-	-
Variações cambiais – Itaipu Binacional	(20.555)	(262)	-	-
Variação monetária – empréstimos e financiamentos	(44.726)	(5.682)	-	-
Variação monetária – Concessão Onerosa	(1.097)	(5)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego	(20.345)	(12.417)	(1.001)	(611)
Variação monetária - CVA	-	(12.006)	-	-
Variação monetária - AFAC	-	239.445	-	239.445
Atualização financeira – adiantamento de clientes	(2.369)	(12.986)	-	-
Outras	(27.138)	(46.849)	(8.136)	(320)
	(695.493)	(188.750)	(10.372)	238.514
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(332.698)	12.414	(202)	290.389

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	Jan a Set/18	Jan a Set/17	Jan a Set/18	Jan a Set/17
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e revendedores (1)	203.866	54.926	-	-	120.505	101.085	-	-
Contribuição para iluminação pública (CIP) (1)	2.050	1.220	-	-	-	-	-	-
Contas a receber – AFAC (2)	-	235.018	-	-	-	38.278	-	-
ICMS – antecipação (3)	754.513	-	-	-	1.299	-	-	-
Não Circulante								
Consumidores e revendedores (1)	10.836	50.349	-	-	-	-	-	-
Contribuição para iluminação pública (CIP) (1)	-	1.119	-	-	-	-	-	-
Contas a receber – AFAC (2)	254.930	-	-	-	19.965	-	-	-
Controlada em conjunto								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	14.641	7.105	24.846	413	(125.879)	(107.335)
Prestação de serviços (5)	1.515	1.657	-	-	8.846	9.767	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	72.315	-	-	-	-	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	939	858	-	111	(5.603)	(5.379)
Prestação de serviço (5)	277	211	-	-	669	646	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	3.558	-	-	-	-	-	-	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	2.073	-	22.625	56.531	54.180	18.213	(569.544)	(508.741)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (6)	26.197	66.185	-	-	8.020	-	-	-
Ressarcimento de energia Descontratada (7)	42.046	-	-	-	886	-	-	-
Não Circulante								
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (6)	-	6.870	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento de energia descontratada (7)	14.015	-	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	130	130	6.144	3.640	12.078	5.680	(146.930)	(89.256)
Lightger								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	1.864	-	-	-	(16.592)	(15.188)
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	1.706	-	-	-	(14.385)	(12.064)
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	584	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	1.296	-	577	528	-	-	(4.785)	(4.464)
Juros sobre capital próprio e dividendos	2.581	2.581	-	-	-	-	-	-
Central Eólica Praia de Parajuru								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	7.793	-	-	-	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	3.083	1.744	-	-	(87.944)	(140.771)
Não Circulante								
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (8)	85.277	-	-	-	4.785	38.162	-	-
Contas a receber (9)	434.938	350.200	-	-	27.183	-	-	-
Ressarcimento pela suspensão do fornecimento de energia (10)	51.984	-	-	-	51.984	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	1.545	2.882	-	-	(15.203)	(19.674)

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	Jan a Set/18	Jan a Set/17	Jan a Set/18	Jan a Set/17
Light								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	460	1.128	506	483	38.187	38.203	(825)	(1.106)
Juros sobre capital próprio e dividendos	1.200	-	-	-	-	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	8.555	12.105	34	33	(85.921)	(92.905)
Prestação de serviço (5)	172	404	-	-	424	667	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	18	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Transirapé de Transmissão								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	976	964	-	-	(7.205)	(7.310)
Prestação de serviços (5)	90	90	-	-	956	953	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	1.413	-	-	-	-	-	-
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviços (11)	-	-	1.634	2.982	-	-	-	-
Transudeste								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	159	191	114	113	(1.151)	(1.166)
Prestação de serviços (5)	157	175	-	-	441	492	-	-
Transleste								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	258	308	137	135	(1.858)	(1.878)
Prestação de serviços (5)	123	120	-	-	839	819	-	-
Outras partes relacionadas								
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	178.173	322.423	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	536.097	1.037.423	-	-	7.535	14.374	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (nota 20)	(3.332)	(25.493)	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Títulos e valores mobiliários	95.294	30.124	-	-	-	-	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (nota 20)	(16.564)	-	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (12)	-	-	120.673	108.843	-	-	(143.951)	(130.470)
Contribuições para suplementação de aposentadoria – plano de contribuição definida (13)	-	-	-	-	-	-	(54.344)	(61.133)
Custeio administrativo (14)	-	-	-	-	-	-	(21.290)	(19.606)
Arrendamento operacional (15)	-	-	1.720	4.998	-	-	(33.983)	(44.002)
Não Circulante								
Obrigações pós-emprego (12)	-	-	1.959.415	1.959.512	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (16)	-	-	112.653	115.045	-	-	(139.600)	(145.075)
Não Circulante								
Plano de saúde e odontológico (16)	-	-	1.791.422	1.633.291	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida – TARD junto a Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que encontravam-se em aberto, no montante de R\$113.032, a serem liquidados em 24 parcelas, atualizadas mensalmente conforme a variação do IGP-M. A primeira parcela, no montante de R\$5.418, foi quitada em dezembro de 2017 e as demais, das quais 06 (seis) encontram-se vencidas em 30 de setembro de 2018, possuem vencimento até novembro de 2019. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência.
- Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Valor transferido para a rubrica Contas a Receber do Estado de Minas Gerais em 30 de setembro de 2017 (vide Nota Explicativa nº 11);
- Antecipação de ICMS conforme Decreto nº 47.488 do Estado de Minas Gerais (vide Nota Explicativa nº 8);
- As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina e de rede de transmissão;
- Em 2017, foram antecipados R\$70.100 à Santo Antônio Energia, controlada da Madeira Energia, sendo R\$51.874 pela Cemig GT, e R\$11.917 e R\$6.309 pela Sá Carvalho e Rosal, respectivamente. O pagamento está sendo efetuado através de faturas de suprimento de energia emitidas a partir de janeiro de 2018, em 12 parcelas. O valor remanescente em 30/09/2018 é R\$26.197;

- (7) Refere-se ao ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição, totalizando o montante de R\$84.092 a ser liquidados em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela SELIC com vencimento até janeiro de 2020. O valor remanescente em 30/09/2018 é R\$56.061;
- (8) Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica Incentivada vencidos nos meses de janeiro a outubro de 2019, descontados à taxa de 155% do Certificado de Depósitos Interbancários divulgado pela Cetip. As antecipações de pagamentos possuem garantias, compartilhadas entre Cemig e Light, relacionadas à participação acionária e dividendos de investidas da Renova e também a projetos eólicos a serem desenvolvidos.
- (9) A Cemig GT possui um contas a receber junto à Renova Energia, no montante total de R\$435 milhões, a serem liquidadas em parcelas mensais, com o vencimento final em dezembro de 2021 e atualização pela variação de 150% a 155% do CDI. O contas a receber possui garantias, compartilhadas entre Cemig e Light, relacionadas à participação acionária e dividendos de investidas da Renova e também a projetos eólicos a serem desenvolvidos.
- (10) Em 03 de agosto de 2018, a Cemig GT assinou o 7º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia eólica celebrado junto à Renova, suspendendo o fornecimento da energia eólica incentivada contratada do período de julho a dezembro de 2018 e definindo o cálculo de eventuais compensações financeiras para a Companhia. O montante total será liquidado em parcela única em janeiro de 2019 e atualizada pela variação de 155% do CDI. Em 30 de setembro de 2018, o valor a ser ressarcido pela Renova como indenização pela suspensão do fornecimento de energia do período de julho a setembro de 2018 é de R\$51.984. O valor a ser ressarcido pela Renova possui garantias, compartilhadas entre Cemig e Light, relacionadas à participação acionária e dividendos de investidas da Renova e também a projetos eólicos a serem desenvolvidos;
- (11) Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da ANEEL 2.657/2017;
- (12) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 22);
- (13) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (14) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (15) Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até março de 2019 e maio de 2034, reajustado anualmente pelo IPCA;
- (16) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 22).

Dividendos a receber de controladas

Dividendos a Receber	Consolidado		Controladora	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Cemig GT	-	-	364.230	564.230
Outras	15.150	76.893	58.743	38.819
	15.150	76.893	422.973	603.049

Mútuo Partes Relacionadas

Em 18 de setembro de 2018, foi firmado contrato de mútuo entre a Cemig GT (Mutuante) e Cemig (Mutuário), no montante de R\$400.000, sendo que sua liquidação ocorrerá em parcela única em dezembro de 2019, acrescido de juros anuais de 125,52% do CDI. Como garantia, foi assinado pela Cemig H uma Nota Promissória no valor global de R\$442.258, correspondente ao montante da dívida acrescido dos juros estimados para o período 15 meses de vigência do contrato.

No mesmo período, a Cemig GT (Mutuante) e Cemig D (Mutuário) também firmaram um contrato de mútuo no montante de R\$630.000 a ser liquidado em duas parcelas com vencimento em novembro e dezembro de 2018 acrescido de juros anuais de 125,52% do CDI. Como garantia, foi assinada pela Cemig D uma Nota Promissória no valor global de R\$639.110, correspondente ao montante da dívida acrescido dos juros estimados para o período de vigência do contrato.

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas não consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de controladas em conjunto ou coligadas:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	Jan a Set/2018	Vencimento
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.566.235	2042
Light (1)	Controlada em conjunto	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Santo Antônio Energia (SAESA)	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	1.864.348	2034
Santo Antônio Energia (SAESA)	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	840.696	2037
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	7.281	2023
				5.962.175	

(1) Relacionado à execução de garantias do financiamento Norte Energia

Em 30 de setembro de 2018, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis intermediárias da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, ou apresentados deduzindo a rubrica de “Debêntures” no passivo circulante e não circulante, em 30 de setembro de 2018.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	30/09/2018				
				Cemig 1,01%	Cemig GT 19,60%	Cemig D 0,32%	Demais controladas 10,94 (1)	Total 31,87%
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	103	2.006	33	1.120	3.262
LIGHT	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	70	1.376	23	768	2.237
				173	3.382	56	1.888	5.499

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/12/2017				
				Cemig 4,17%	Cemig GT 26,85%	Cemig D 19,90%	Demais controladas 21,36% (1)	Total 72,28%
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	420	2.706	2.005	2.152	7.283
LIGHT	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	834	5.375	3.983	4.276	14.468
				1.254	8.081	5.988	6.428	21.751

(1) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017, são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Remuneração	23.626	23.171
Participação nos resultados	131	372
Benefícios assistenciais	1.801	1.209
Total	25.558	24.752

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	30/09/2018 (Reapresentado)		31/12/2017	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	2	1.393.202	1.393.202	916.762	916.762
Títulos e valores mobiliários – aplicações financeiras	2	81.704	81.704	44.244	44.244
Consumidores, revendedores e concessionários – Transporte de energia	2	4.056.347	4.056.347	4.035.445	4.035.445
Fundos Vinculados	2	113.041	113.041	106.227	106.227
Adiantamentos a fornecedores	2	137.044	137.044	122.920	122.920
Consumidores – Contas a receber do Estado de Minas Gerais	2	214.702	214.702	105.275	105.275
Outras contas a receber do Estado de Minas Gerais (CIP)	2	2.050	2.050	1.220	1.220
Contas a receber do Estado de Minas Gerais (AFAC)	2	254.930	254.930	235.018	235.018
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da Parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	1.246.131	1.246.131	369.010	369.010
Reembolso de subsídios tarifários	2	85.096	85.096	77.086	77.086
Subvenção baixa renda	2	28.237	28.237	26.660	26.660
Depósitos vinculados a litígios	2	2.427.726	2.427.726	2.335.632	2.335.632
Bonificação pela outorga – concessões de geração	3	2.396.907	2.396.907	2.337.135	2.337.135
Contas a receber – Renova	2	434.938	434.938	350.200	350.200
Ressarcimento – descontratação de energia	2	108.045	108.045	-	-
		12.980.100	12.980.100	11.062.834	11.062.834
Valor justo por meio do resultado					
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários	2	-	-	2.652	2.652
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	1	315.136	315.136	739.945	739.945
Letras Financeiras - Bancos	2	247.423	247.423	290.004	290.004
Debêntures	2	5.816	5.816	11.292	11.292
		568.375	568.375	1.043.893	1.043.893
Ativos Financeiros da Concessão Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa		557.960	557.960	547.800	547.800
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	3	273.636	273.636	8.649	8.649
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda Ativas e Sonda) (2)	3	4.117	4.117	3.801	3.801
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	393.137	393.137	369.762	369.762
Indenizações a receber – transmissão	3	1.817.663	1.817.663	1.928.038	1.928.038
Indenizações a receber – geração	3	816.734	816.734	1.900.757	1.900.757
		4.431.622	4.431.622	5.802.700	5.802.700
		17.411.722	17.411.722	16.865.534	16.865.534
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(15.394.055)	(15.394.055)	(14.397.697)	(14.397.697)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(672.083)	(672.083)	(720.498)	(720.498)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ)	2	(380.022)	(380.022)	(283.291)	(283.291)
Passivos financeiros da concessão – conta de compensação de variação de custos da Parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	(41.383)	(41.383)	(414.800)	(414.800)
Concessões a pagar	3	(18.979)	(18.979)	(21.227)	(21.227)
Plano de Regularização de Créditos Tributários (PRCT) do Estado de Minas Gerais	2	-	-	(282.876)	(282.876)
Fornecedores	2	(2.444.705)	(2.444.705)	(2.342.757)	(2.342.757)
Adiantamento de clientes	2	(89.896)	(89.896)	(232.762)	(232.762)
		(19.041.123)	(19.041.123)	(18.695.908)	(18.695.908)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	3	-	-	(41.111)	(41.111)
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda RME)	2	(569.207)	(569.207)	(507.232)	(507.232)
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda SAAG)	3	(374.185)	(374.185)	(311.593)	(311.593)
		(943.392)	(943.392)	(859.936)	(859.936)
		(19.984.515)	(19.984.515)	(19.555.844)	(19.555.844)

(1) Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros;

(2) Opções da Sonda no montante de R\$4.117 registrados no Ativo da Companhia em função da incorporação da Cemig Telecom.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição e Ativos Financeiros da Concessão Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 14 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Indenizações a Receber – Transmissão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função da aceitação dos termos da Lei 12.783/13, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. Os critérios de VNR e taxas do WACC regulatório são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig.

Indenizações a Receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções da SAAG, RME e Sonda. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das informações contábeis intermediárias.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Outros passivos financeiros: a Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 147,66% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles empréstimos, financiamentos e debêntures e para dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 8,07%, CDI + 1,60% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

b) Instrumentos Financeiros – Derivativos

Opções de Venda

A Companhia possui determinadas opções de venda para as quais realiza-se o cálculo do valor justo da opção com base no modelo *Black and Scholes Merton* (BSM), no qual as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento do ativo objeto na data de 30 de setembro de 2018; taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

Analiticamente, o cálculo do preço de exercício das opções, da taxa de juros livre de risco e do tempo até o vencimento é primariamente determinístico, de modo que a principal divergência entre as PUT's se dá na mensuração do preço de fechamento e na volatilidade do ativo objeto.

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as opções da Companhia, são como segue:

Consolidado	Saldo em 30/09/2018	Saldo em 31/12/2017
Opção de venda RME	569.207	507.232
Opção de venda SAAG	374.185	311.593
Opção de venda /compra – Ativas e Sonda	(4.117)	(3.801)
	939.275	815.024

Opção de Venda SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

A Cemig GT utiliza para a mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG o modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”). Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 30 de setembro de 2018 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP's. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas Informações Contábeis Intermediárias um passivo no valor de R\$374.185 (R\$311.593 em 31 de dezembro de 2017), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	196.173
Variação do valor justo	73.299
Reversões	(5.334)
Saldo em 30 de setembro de 2017	264.138
Saldo em 31 de dezembro de 2017	311.593
Variação do valor justo	62.592
Saldo em 30 de setembro de 2018	374.185

A Cemig GT efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 5,20% a 9,20% ao ano e volatilidade entre 20% e 80% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$348.825 e R\$415.096, respectivamente.

Opção de Venda de ações da RME

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da RME – Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”), uma opção de venda da totalidade das ações da RME de propriedade do Fundo, exercível originalmente em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na investida, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela RME.

Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

A RME possui ações ordinárias e preferencias emitidas pela Light, e, atualmente, exerce o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessa investida. Desta maneira, esta opção foi considerada instrumento derivativo contabilizada pelo seu valor justo por meio do resultado.

Em 22 de novembro de 2017 a Cemig firmou com o Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”), a BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“BV Financeira”) e o BB-Banco de Investimento S.A. (“BB-BI” e, em conjunto, “Bancos Acionistas”) o Primeiro Aditamento ao Acordo de Acionistas da RME - Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”), para formalizar a postergação parcial da data de exercício da Opção de Venda outorgada pela Cemig aos Bancos Acionistas, passando a data de exercício de 30 de novembro de 2017 para 30 de novembro de 2018.

Em 21 de setembro de 2018, a Cemig recebeu Notificações de Intenção de Exercício de Opção de Venda - Terceira Janela da RME - Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”), do BB-Banco de Investimento S.A., da BV Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento e do Banco Santander (Brasil) S.A. (em conjunto “Bancos Acionistas”), comunicando o exercício, em caráter irrevogável e irretratável, do direito de venda da totalidade das ações de suas propriedades representativas de 50% do capital social votante e 25% do capital social total da RME. A aquisição das ações deverá ocorrer até o dia 30 de novembro de 2018 pela CEMIG ou por um terceiro por ela indicado.

Valor da exposição da Companhia

A movimentação do valor das opções, correspondente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício correspondente, nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017.

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.149.881
Variação do valor justo	100.957
Reversões	(8.020)
Saldo em 30 de setembro de 2017	1.242.818
Saldo em 31 de dezembro de 2017	507.232
Variação do valor justo	62.054
Reversões	(79)
Saldo em 30 de setembro de 2018	569.207

No cálculo do valor justo da opção com base no Black-Scholes-Merton as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento da ação da Light na data de 30 de setembro de 2018 (como referência para o valor da participação indireta detida pelos acionistas diretos da RME na Light); taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 1,76% a 9,76% ao ano e volatilidade entre 20,0% e 90,0% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$564.862 e R\$573.582, respectivamente.

Opções Sonda

Como parte do processo de reestruturação societária, foram assinados, entre a Cemig Telecom e Sonda, Contrato de Outorga de Opção de Compra (emitido por Cemig Telecom) e Venda (emitido por Sonda). Com a incorporação da Cemig Telecom pela Cemig, ocorrida em em 31 de março de 2018, o contrato de opção passa a ser entre a Cemig e a Sonda.

Assim, a Cemig fica simultaneamente com um direito (opção de venda) e uma obrigação (opção de compra). O preço de exercício da opção de venda será equivalente a quinze vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. O preço de exercício da opção de compra, por sua vez, será equivalente a dezessete vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. Ambas as opções, se exercidas, resultam na venda das ações da Ativas atualmente detida pela Companhia e o exercício de uma das opções resulta na nulidade da outra. As opções serão exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2021.

As opções de compra e venda de ações da Ativas (“Opções Ativas”) foram mensuradas a valor justo e registradas pelo seu valor líquido, pela diferença entre os valores justos das duas opções na data de fechamento das informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2018. De acordo com o valor das opções, o valor líquido das Opções Ativas pode constituir um ativo ou um passivo da Companhia.

A mensuração foi efetuada mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). No cálculo do valor justo das Opções Ativas com base no modelo BSM, as seguintes variáveis são contempladas: preço de fechamento do ativo objeto na data de 30 de setembro de 2018, taxa de juros livre de risco, volatilidade do preço do ativo objeto, tempo até o vencimento da opção, preços de exercício na data de exercício.

O preço de fechamento do ativo objeto embasou-se no valuation elaborado pela mesma consultoria especializada responsável pelo cálculo das opções. A data base da avaliação é 30 de setembro de 2018, mesma data de fechamento das informações contábeis intermediárias da Companhia, e a metodologia utilizada para cálculo do valor justo da Empresa é o Fluxo de Caixa Descontado (FCD) no valor da transação de ações da Ativas pela Sonda, ocorrida em 19 de outubro de 2016. O cálculo da taxa de juros livre de risco foi embasado em rendimentos de Letras do Tesouro Nacional. O tempo até o vencimento foi calculado assumindo a data de exercício em 30 de setembro de 2021.

Considerando que os preços de exercício das opções são contingentes aos resultados contábeis futuros da Ativas, a estimativa dos preços de exercício na data de vencimento embasou-se em análises estatísticas e em informações de empresas comparáveis com ações listadas em bolsa.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste positivo, em 30 de setembro de 2018, no montante de R\$322.847, registrado no resultado financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar planos de ação, a fixação de diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual e a Companhia é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia (1)	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor Conforme contrato 30/09/2018	Valor justo 30/09/2018	Valor Conforme contrato 31/12/2017	Valor justo 31/12/2017
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$1.000.000	821.268	256.898	50.792	(32.462)
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	109.538	16.738	-	-
					930.806	273.636	50.792	(32.462)

1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI.

Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI.

2) Em milhares de US\$.

A Companhia utiliza uma metodologia de marcação à mercado para o instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do Swap são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo Black & Scholes.

O valor justo apurado em 30 de setembro de 2018 foi de R\$273.636, que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação dos derivativos em 30 de setembro de 2018, porém os contratos de swap protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e possuem valor contratual de R\$930.806, em 30 de setembro de 2018, reforçando a efetividade da estratégia financeira de proteção adotada pela Companhia.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e Financiamentos e Fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/09/2018		31/12/2017	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	1.559.320	6.243.361	1.014.535	3.356.082
Fornecedores (Itaipu Binacional)	73.916	295.951	73.698	240.220
	1.633.236	6.539.312	1.088.233	3.596.302
Euro				
Empréstimos e financiamentos – Euro (nota 20)	581	2.702	1.105	4.383
Passivo Líquido Exposto	1.633.817	6.542.014	1.089.338	3.600.685

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de setembro de 2019 será uma redução de 6,19% para o dólar (R\$3,7560) e uma redução de 7,20% para o Euro (R\$4,3194). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições Cambiais	Valor Contábil	Cenário Provável Dólar R\$ 3,7560 Euro R\$ 4,3194	Cenário Possível Dólar R\$ 4,6950 Euro R\$ 5,3993	Cenário Remoto Dólar R\$ 5,6340 Euro R\$ 6,4791
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos	6.243.361	5.856.806	7.321.008	8.785.209
Fornecedores (Itaipu Binacional)	295.951	277.627	347.034	416.441
	6.539.312	6.134.433	7.668.042	9.201.650
Euro				
Empréstimos e financiamentos	2.702	2.507	3.134	3.761
Passivo líquido exposto	6.542.014	6.136.940	7.671.176	9.205.411
Efeito líquido da variação cambial		(405.074)	1.129.162	2.663.397

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano para a variação do CDI, conforme descrito em maiores detalhes no tópico “ Operações de Swap” desta nota explicativa.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de setembro de 2018. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
Ativos		
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (nota 5)	1.393.202	916.762
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	650.079	1.088.137
Contas a receber – Renova (nota 28)	434.938	350.200
Adiantamentos a fornecedores	137.044	122.920
Fundos vinculados	113.041	106.227
CVA e outros componentes financeiros – SELIC* (nota 14)	1.246.131	369.010
Geração – indenização a receber – SELIC (nota 14)	-	1.084.346
Ressarcimento – descontratação de energia (nota 28)	108.045	-
Créditos junto à Eletrobrás	4.216	4.216
	<u>4.086.696</u>	<u>4.041.818</u>
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 20)	(5.399.656)	(7.202.558)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 20)	(99.282)	(118.891)
Adiantamento de clientes – CDI	(89.896)	(188.344)
CVA e outros componentes financeiros – SELIC (nota 14)	(41.383)	(414.800)
Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT (nota 19)	-	(282.876)
	<u>(5.630.217)</u>	<u>(8.207.469)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.543.521)</u>	<u>(4.165.651)</u>

(*) Montantes de CVA e Outros Componentes Financeiros indexados à SELIC.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2019, a taxa SELIC será de 7,00% e a taxa TJLP será de 7,3548%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia e suas controladas, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais – (Reapresentado)	30/09/2018	30/09/2019		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 7,00% TJLP 7,3548%	Cenário Possível SELIC 8,75% TJLP 9,1935%	Cenário Remoto SELIC 10,50% TJLP 11,0322%
Ativos				
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (nota 5)	1.393.202	1.490.726	1.515.107	1.539.488
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	650.079	695.585	706.961	718.337
Contas a receber – Renova (nota 28)	434.938	465.384	472.995	480.606
Adiantamentos a fornecedores	137.044	146.637	149.035	151.434
Fundos vinculados	113.041	120.954	122.932	124.910
CVA e outros componentes financeiros – SELIC* (nota 14)	1.246.131	1.333.360	1.355.167	1.376.975
Ressarcimento – desconstrução de energia (nota 28)	108.045	115.608	117.499	119.390
Créditos junto à Eletrobrás	4.216	4.511	4.585	4.659
	4.086.696	4.372.765	4.444.281	4.515.799
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 20)	(5.399.656)	(5.777.632)	(5.872.126)	(5.966.620)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 20)	(99.282)	(106.584)	(108.409)	(110.235)
Adiantamento de clientes – CDI	(89.896)	(96.189)	(97.762)	(99.335)
CVA e outros componentes financeiros – SELIC (nota 14)	(41.383)	(44.280)	(45.004)	(45.728)
	(5.630.217)	(6.024.685)	(6.123.301)	(6.221.918)
Passivo Líquido Exposto	(1.543.521)	(1.651.920)	(1.679.020)	(1.706.119)
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		(108.399)	(135.499)	(162.598)

(*) Montantes de CVA e outros componentes financeiros indexados à SELIC.

Risco de Inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Redução da Inflação	30/09/2018	31/12/2017
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (*)	359.258	110.832
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (TARD) – IGPM (nota 28)	216.752	107.614
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (nota 11)	254.930	235.018
Transmissão – indenização a receber – IPCA (nota 14)	1.817.663	1.928.038
Transmissão – ativos remunerados por tarifa – IPCA (nota 14)	462.989	496.121
Bonificação de outorga – IPCA (Nota 14)	2.396.907	2.337.135
	5.508.499	5.214.758
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures – IPCA (nota 20)	(3.718.981)	(3.800.889)
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA	(672.083)	(720.498)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA	(380.022)	(283.291)
	(4.771.086)	(4.804.678)
Ativo Líquido	737.413	410.080

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL após o 3º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

No que se refere à probabilidade de redução da inflação, em função da Companhia ter mais ativos do que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2019, a taxa IPCA será de 4,0738% e a taxa de IGPM será de 4,2668%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Redução da inflação	30/09/2018	30/09/2019		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 4,0738% IGPM 4,2668%	Cenário Possível (-25%) IPCA 3,0554% IGPM 3,2001%	Cenário Remoto (-50%) IPCA 2,0369% IGPM 2,1334%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição – IPCA (*)	359.258	373.893	370.235	366.576
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (TARD) – IGPM (nota 28)	216.752	226.000	223.688	221.376
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (nota 11)	254.930	265.807	263.088	260.369
Transmissão – Indenização a Receber – IPCA (nota 14)	1.817.663	1.891.711	1.873.200	1.854.687
Transmissão - Ativos remunerados por tarifa - IPCA (nota 14)	462.989	481.850	477.135	472.420
Bonificação de Outorga – IPCA (Nota 14)	2.396.907	2.494.552	2.470.142	2.445.730
	5.508.499	5.733.813	5.677.488	5.621.158
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures – IPCA	(3.718.981)	(3.870.485)	(3.832.611)	(3.794.733)
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ) - IPCA	(672.083)	(699.462)	(692.618)	(685.773)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ)	(380.022)	(395.503)	(391.633)	(387.763)
	(4.771.086)	(4.965.450)	(4.916.862)	(4.868.269)
Ativo Líquido	737.413	768.363	760.626	752.889
Efeito Líquido da Variação do IPCA e IGP-M		30.950	23.213	15.476

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL após o 3º ciclo de revisão tarifária.

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros, fato já ocorrido pela Revisão Tarifária Extraordinária concedida às distribuidoras em Março de 2015.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	35.699	1.214.018	1.836.168	10.607.502	8.331.011	22.024.398
Concessões a pagar	203	401	1.828	8.304	14.637	25.373
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ) (nota 22)	11.487	23.063	105.810	628.609	132.342	901.311
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ) (nota 22)	3.521	7.075	32.436	192.597	509.531	745.160
	50.910	1.244.557	1.976.242	11.437.012	8.987.521	23.696.242
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.282.353	155.195	7.157	-	-	2.444.705
	2.333.263	1.399.752	1.983.399	11.437.012	8.987.521	26.140.947

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.963	3.910	7.655	55.018	-	68.546
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ) (nota 22)	-	-	-	445.245	-	445.245
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) (nota 22)	565	1.135	5.206	30.928	6.511	44.345
	173	348	1.596	9.476	25.069	36.662
- Pré-fixadas	2.701	5.393	14.457	540.667	31.580	594.798
Fornecedores	9.107	-	-	-	-	9.107
	11.808	5.393	14.457	540.667	31.580	603.905

Risco de Crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa em 30 de setembro de 2018, considerado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$763.152.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Cemig Holding administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos

aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)*
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

* O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Risco Hidrológico

A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos com cláusulas restritivas (“covenant”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia e suas controladas encontram-se adimplentes com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral. Mais detalhes na nota explicativa nº 20.

Administração de Capital

A comparação do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio é apresentada seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017	30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
Total do Passivo	28.210.245	27.909.453	2.090.257	1.522.956
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.493.383)	(1.030.257)	(39.974)	(38.672)
(-) Fundos vinculados	(113.041)	(106.227)	(93.112)	(87.872)
Passivo Líquido	26.603.821	26.772.969	1.957.171	1.396.412
Total do Patrimônio Líquido	14.972.851	14.330.136	14.968.534	14.325.986
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	1,78	1,87	0,13	0,10

30. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 25 de maio de 2018, a Cemig publicou o Edital de Licitação nº 500-Y12121 (“Edital”) para alienação de determinados ativos de telecomunicações que foram incorporados da extinta CEMIG Telecomunicações em 31 de março de 2018.

Os ativos objeto da licitação representam um conjunto formado pelos bens e pelas posições contratuais da Companhia nos Contratos de Infraestrutura e de Serviços, foram segregados em dois lotes sendo alienados de acordo com a melhor proposta econômica por lote, tendo como balizamento para fixação dos valores mínimos de arrematação para cada um dos lotes a avaliação formal dos ativos, sendo R\$335.070 para o Lote 1 e R\$32.473 para o Lote 2.

A proposta econômica vencedora do Lote 1, apresentada pela American Tower do Brasil – Comunicação Multimídia Ltda., foi de R\$575.906, ou seja, 71,87% superior ao valor mínimo de arrematação definido no Edital. A proposta econômica vencedora do Lote 2, apresentada pela Algar Soluções em TIC S.A., foi de R\$78.555, ou seja, 141,05% superior ao valor mínimo de arrematação definido no Edital.

Em 24 de agosto de 2018 a Cemig celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ativos e outras Avenças com a American Tower do Brasil – Comunicação Multimídia Ltda., vencedora do Lote 1 e com a Algar Soluções em TIC S.A., vencedora do Lote 2 do mesmo procedimento licitatório.

Em 01 de novembro de 2018, foram concluídas as operações de alienação, após implementadas as condições suspensivas definidas no Edital, inclusive a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Desta forma, para a elaboração destas informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2018, a avaliação da Companhia é que os ativos de telecomunicações que compõem o Edital atendem aos requisitos de classificação do Pronunciamento Técnico CPC.31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada e, desta forma, são apresentados separadamente no balanço patrimonial, tendo como base para mensuração os valores contábeis, uma vez que são inferiores aos valores justos menos as despesas de venda.

A composição dos ativos e dos passivos associados são conforme segue:

	Consolidado	Controladora
	30/09/2018	30/09/2018
ATIVO		
Ativos classificados como mantidos para venda		
Contas a receber	1.339	1.339
Estoques	6.862	6.862
Imobilizado e intangíveis	262.705	262.705
Outros ativos não circulantes	10.291	10.291
Total do Ativo	281.197	281.197
PASSIVO		
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda		
Outros passivos não circulantes	(5.142)	(5.142)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(775)	(775)
Total do Passivo	(5.917)	(5.917)

Em decorrência da classificação como mantido para venda, a depreciação desses ativos foi cessada e as receitas, custos e despesas resultantes desses ativos foram apresentadas na demonstração de resultado em montante único como operação descontinuada, separadamente do resultado das operações continuadas.

A seguir, são apresentadas as receitas, custos e despesas decorrentes das operações descontinuadas, relacionadas aos ativos classificados como mantidos para venda, em 30 de setembro de 2018:

	Consolidado	Controladora
	Jan a Set/2018	Jan a Set/2018
Resultados das Operações Descontinuadas		
Receitas Operacionais		
Outras Receitas Operacionais		
Serviço de telecomunicações	137.049	92.276
Arrendamentos e aluguéis	5.387	3.688
Outras receitas operacionais	525	24
	142.961	95.988
Deduções da Receita Operacional		
PIS-Pasep/COFINS	(5.308)	(3.659)
ICMS	(29.044)	(19.254)
Outros	(1.556)	(1.046)
	(35.908)	(23.959)
	107.053	72.029
Despesas Operacionais		
Serviços de terceiros	(22.159)	(17.210)
Depreciação e amortização	(14.500)	(6.115)
Outras despesas operacionais líquidas	(17.145)	(10.372)
	(53.804)	(33.697)
Receitas Financeiras	763	507
Imposto de Renda e Contribuição Social		
IR e CSLL correntes	(3.345)	(2.258)
IR e CSLL diferidos	(15.019)	(10.947)
	(18.364)	(13.205)
Lucro Líquido	35.648	25.634

	Consolidado	Controladora
	Jul a Set/2018	Jul a Set/2018
Resultados das Operações Descontinuadas		
Receitas Operacionais		
Outras Receitas Operacionais		
Serviço de telecomunicações	46.950	46.950
Arrendamentos e aluguéis	1.998	1.998
Outras receitas operacionais	17	17
	48.965	48.965
Deduções da Receita Operacional		
PIS-Pasep/COFINS	(1.884)	(1.884)
ICMS	(10.395)	(10.395)
Outros	(525)	(525)
	(12.804)	(12.804)
	36.161	36.161
Despesas Operacionais		
Serviços de terceiros	(9.358)	(9.358)
Outras despesas operacionais líquidas	(5.425)	(5.425)
	(14.783)	(14.783)
Receitas Financeiras	252	252
Imposto de Renda e Contribuição Social		
IR e CSLL correntes	(2.150)	(2.150)
IR e CSLL diferidos	(5.204)	(5.204)
	(7.354)	(7.354)
Lucro Líquido	14.276	14.276

Os fluxos de caixa das operações descontinuadas, relacionadas aos ativos classificados como mantidos para venda, em 30 de setembro de 2018 são como segue:

	Consolidado	Controladora
	Jan a Set/2018	Jan a Set/2018
Fluxos de Caixa das Atividades Descontinuadas		
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	51.271	43.310
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(7.631)	-
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	43.640	43.310

Os valores do resultado de dos fluxos de caixa da controladora são divergentes do valor consolidado devido a incorporação da Cemig Telecom ocorrida em 31 de março de 2018. Mais detalhes vide nota explicativa nº 1.

Os ativos classificados como mantidos para venda e o resultado das operações descontinuadas estão apresentados no segmento de telecomunicações, na nota explicativa nº 31 destas Informações Contábeis Intermediárias.

31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia também atua nos mercados de gás e telecomunicações através de suas controladas Gasmig e Cemig Telecom (vide nota explicativa nº 1), e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações. Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

As informações por segmento referentes ao período findo em 30 de setembro de 2018 e 2017 estão apresentadas de forma consolidada nas tabelas a seguir:

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 (Reapresentado)								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	TELECOMUNICAÇÕES (1)	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL (Reapresentado)
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO (Reapresentado)					
ATIVOS DO SEGMENTO	15.083.981	3.925.781	21.490.936	1.900.985	304.058	1.625.398	(1.148.043)	43.183.096
INVESTIMENTO EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.618.530	1.152.096	1.841.593	-	-	24.876	-	7.637.095
ADIÇÕES AO SEGMENTO	228.926	-	543.859	40.302	8.631	184	-	821.902
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	12.726	-	-	-	-	-	12.726
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE								
RECEITA LÍQUIDA	4.795.883	478.258	10.443.959	1.186.796	-	97.316	(207.961)	16.794.251
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia elétrica comprada para revenda	(2.921.763)	-	(5.696.990)	-	-	(2)	42.694	(8.576.061)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(171.357)	-	(1.119.124)	-	-	(1)	149.579	(1.140.903)
Gás comprado para revenda	-	-	-	(897.903)	-	-	-	(897.903)
Total	(3.093.120)	-	(6.816.114)	(897.903)	-	(3)	192.273	(10.614.867)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(166.779)	(76.587)	(669.637)	(36.511)	(14.807)	(24.060)	-	(988.381)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(2.994)	(1.577)	(12.674)	-	351	(5.927)	-	(22.821)
Obrigações pós-emprego	(33.817)	(19.886)	(166.273)	-	-	(30.352)	-	(250.328)
Materiais	(30.493)	(2.967)	(38.542)	(1.271)	(973)	(190)	17	(74.419)
Serviços de terceiros	(80.966)	(28.046)	(619.133)	(14.497)	(4.819)	(15.365)	9.991	(752.835)
Depreciação e amortização	(122.768)	-	(440.055)	(54.796)	(1.166)	(319)	-	(619.104)
Provisões (reversões) operacionais	(74.742)	(4.097)	(251.112)	-	666	(72.833)	-	(402.118)
Custos de construção	-	(12.726)	(543.860)	(35.620)	-	-	-	(592.206)
Outras despesas operacionais líquidas	(61.537)	(11.515)	(177.001)	(8.535)	(2.866)	(7.367)	5.680	(263.141)
Total do Custo de Operação	(574.096)	(157.401)	(2.918.287)	(151.230)	(23.614)	(156.413)	15.688	(3.965.353)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(3.667.216)	(157.401)	(9.734.401)	(1.049.133)	(23.614)	(156.416)	207.961	(14.580.220)
Resultado de equivalência patrimonial	(250.755)	160.055	19.582	-	(763)	(4.105)	-	(75.986)
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	877.912	480.912	729.140	137.663	(24.377)	(63.205)	-	2.138.045
Receitas financeiras	443.594	24.314	301.822	50.876	1.104	31.998	(2.246)	851.462
Despesas financeiras	(1.502.090)	(3.694)	(493.217)	(27.028)	(4.107)	(10.902)	2.246	(2.038.792)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(180.584)	501.532	537.745	161.511	(27.380)	(42.109)	-	950.715
Imposto de renda e contribuição social	(12.242)	(84.074)	(172.064)	(52.486)	8.659	24.093	-	(288.114)
RESULTADO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	(192.826)	417.458	365.681	109.025	(18.721)	(18.016)	-	662.601
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS								
Resultado do período prov. de op. Descontinuadas (nota nº 30)	-	-	-	-	35.648	-	-	35.648
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(192.826)	417.458	365.681	109.025	16.927	(18.016)	-	698.249
Participação dos acionistas controladores	(192.826)	417.458	365.681	108.507	16.927	(18.016)	-	697.731
Participação de acionista não controlador	-	-	-	518	-	-	-	518
	(192.826)	417.458	365.681	109.025	16.927	(18.016)	-	698.249

- (1) Conforme divulgado na nota explicativa nº 30, determinados ativos de telecomunicações foram classificados como mantidos para venda. As receitas e despesas do segmento de telecomunicações emergentes das operações em continuidade, permanecem sendo reconhecidas no resultado do segmento de telecomunicações.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2017								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	TELECOMUNICAÇÕES (1)	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	13.868.749	4.147.643	18.430.584	2.049.736	334.918	3.369.322	(368.877)	41.832.075
INVESTIMENTO EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.565.559	1.671.072	1.748.994			634.501	-	8.620.126
ADIÇÕES AO SEGMENTO	249.826	-	705.295	40.097	34.738	-	-	1.029.956
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	11.226	-	-	-	-	-	11.226
RECEITA LÍQUIDA	5.307.670	547.179	8.281.712	1.061.564	88.389	83.160	(215.893)	15.153.781
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia elétrica comprada para revenda	(3.021.466)	-	(4.717.386)		-	(9)	53.469	(7.685.392)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(261.295)	(262)	(661.101)		-	-	131.319	(791.339)
Gás comprado para revenda	-	-	-	(789.861)	-	-	-	(789.861)
Total	(3.282.761)	(262)	(5.378.487)	(789.861)	-	(9)	184.788	(9.266.592)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(218.933)	(84.022)	(877.192)	(36.286)	(14.559)	(44.675)	-	(1.275.667)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(4.182)	(1.871)	(18.131)	-	(380)	(1.213)	-	(25.777)
Obrigações pós-emprego	(42.539)	(19.850)	(201.745)	-	-	(29.483)	-	(293.617)
Materiais	(7.468)	(2.110)	(32.089)	(1.434)	(107)	(111)	13	(43.306)
Serviços de terceiros	(97.890)	(21.278)	(550.614)	(12.231)	(20.624)	(7.278)	29.346	(680.569)
Depreciação e amortização	(136.400)	-	(400.754)	(41.836)	(25.974)	(11.819)	-	(616.783)
Provisões (reversões) operacionais	(97.543)	(9.148)	(347.608)	-	(456)	(104.038)	-	(558.793)
Custos de construção	-	(11.226)	(705.296)	(20.232)	-	-	-	(736.754)
Outras despesas operacionais líquidas	(35.322)	(6.550)	(240.404)	(7.506)	(18.501)	(5.044)	1.746	(311.581)
Total do Custo de Operação	(640.277)	(156.055)	(3.373.833)	(119.525)	(80.601)	(203.661)	31.105	(4.542.847)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(3.923.038)	(156.317)	(8.752.320)	(909.386)	(80.601)	(203.670)	215.893	(13.809.439)
Resultado de equivalência patrimonial	151.126	-	-	-	(1.951)	(169.855)	-	(20.680)
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	1.535.758	390.862	(470.608)	152.178	5.837	(290.365)	-	1.323.662
Receitas financeiras	126.202	5.013	302.727	24.240	2.149	89.734	-	550.065
Despesas financeiras	(847.998)	(1.886)	(616.487)	(30.594)	(11.450)	236.464	-	(1.271.951)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	813.962	393.989	(784.368)	145.824	(3.464)	35.833	-	601.776
Imposto de renda e contribuição social	(215.688)	(120.333)	245.677	(45.316)	307	(69.241)	-	(204.594)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	598.274	273.656	(538.691)	100.508	(3.157)	(33.408)	-	397.182
Participação dos acionistas controladores	598.274	273.656	(538.691)	100.076	(3.157)	(33.408)	-	396.750
Participação de acionista não controlador	-	-	-	432	-	-	-	432
	598.274	273.656	(538.691)	100.508	(3.157)	(33.408)	-	397.182

32. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E REVISÃO TARIFÁRIA DA CEMIG D

Em 28 de maio de 2018, a ANEEL homologou o resultado da 4ª Revisão Tarifária da Cemig D. O resultado homologado representou um reajuste tarifário de 23,19%, devendo ser ressaltado que o percentual de reajuste correspondente aos custos gerenciáveis pela Cemig D (Parcela B) foi de 4,30%. O percentual remanescente, de 18,89%, tem efeito econômico nulo para a Cemig D, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos dentro da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 9,00% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia e encargos de transmissão, e; (ii) 9,89% referente outros itens financeiros componentes da tarifa.

Esse reajuste vigorará de 28 maio de 2018 até 27 de maio de 2019.

33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017, as controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R\$23.508 no período de janeiro a setembro de 2018 (R\$56.851 no mesmo período de 2017);
- exceto pelo saldo de caixa e equivalentes recebido na incorporação da Cemig Telecom em 31 de março de 2018, no montante de R\$428, os demais saldos incorporados não possuem efeito no fluxo de caixa da Companhia.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Antecipação do Pagamento de Dívidas

Em 06 de novembro de 2018, a Cemig GT realizou a recompra de 24.565 debêntures de sua 5ª emissão, no valor de R\$132 milhões, com o objetivo de reduzir seu endividamento, melhorar sua rentabilidade e aprimorar sua qualidade de crédito. Estas debêntures foram canceladas na CETIP.

Recebimento pela Cemig GT da primeira parcela do mútuo concedido à Cemig D

Em 20 de novembro de 2018, a Cemig GT recebeu o valor de R\$486 milhões, referente ao pagamento da primeira parcela de principal e juros do mútuo concedido à Cemig Distribuição, em 18 de setembro de 2018, no valor de R\$630 milhões. Em decorrência disso, a Cemig GT retornou à condição de compliance em relação às condições previstas na cláusula “Limitation on Restricted Payments”, no âmbito de sua emissão de Eurobonds.

Cancelamento de oferta pública de ações de emissão da Light e alienação de ações detidas pela RME nesta investida

Em 26 de novembro de 2018, os acionistas integrantes do bloco de controle da controlada em conjunto Light S.A. (“Light”) – composto pela Companhia, RME – Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) e Luce Empreendimentos e Participações S.A. (“Lepsa”) – recusaram os termos e condições propostos para ancoragem da oferta pública para alienação de ações da Light por entender que não atendiam aos interesses da Light e seus *stakeholders*, considerando, dentre outros, as atuais condições de mercado.

Desta forma, em 27 de novembro de 2018, a Companhia e sua controlada em conjunto emitiram fato relevante comunicando ao mercado o cancelamento da oferta pública da Light e, nesta mesma data, no contexto do exercício da Opção de Venda das ações de emissão da RME descritas na nota explicativa nº 29, a RME alienou 4.350 mil ações detidas na Light, que representam 2,13% do seu capital social pelo valor total de R\$64,5 milhões. Com essa alienação, a soma das participações da Cemig, RME e Lepsa no capital social da Light, passou a ser de 49,99%.

* * * * *

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor-Presidente

Luiz Humberto Fernandes
Diretor Vice-Presidente

Maurício Fernandes Leonardo Júnior
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor de Distribuição e
Comercialização

Franklin Moreira Gonçalves
Diretor de Geração e Transmissão

Maura Galuppo Botelho Martins
Diretora de Gestão de Pessoas

José de Araújo Lins Neto
Diretor de Gestão Empresarial

Thiago de Azevedo Camargo
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação

Dimas Costa
Diretor Comercial

Daniel Faria Costa
Diretor de Gestão de Participações

Neila Maria Barreto Leal
Diretora Jurídica

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-85.260